

CLEDIONE JACINTO DE FREITAS

**“OS INDESEJÁVEIS”: agentes públicos e a gestão da mobilidade de
trecheiros e pessoas em situação de rua**

**ASSIS
2014**

CLEDIONE JACINTO DE FREITAS

**“OS INDESEJÁVEIS”: agentes públicos e a gestão da mobilidade de
trecheiros e pessoas em situação de rua**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo.

**ASSIS
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

F866i Freitas, Cledione Jacinto de
“Os indesejáveis”: agentes públicos e a gestão da mobilidade
de trecheiros e pessoas em situação de rua/Cledione Jacinto de
Freitas. – Assis, 2014
189f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

1. Psicologia social. 2. Nômades. 3. Servidores públicos.
4. Políticas públicas. I. Título.

CDD 301.1

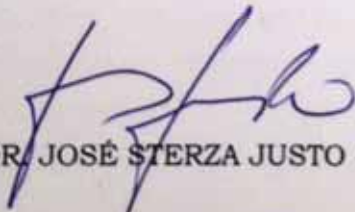
CLEDIONE JACINTO DE FREITAS

'OS INDESEJÁVEIS': agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua

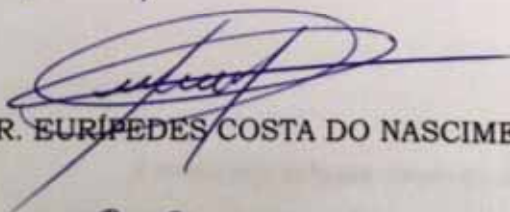
Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras - UNESP para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Data da Aprovação: 12/12/2014

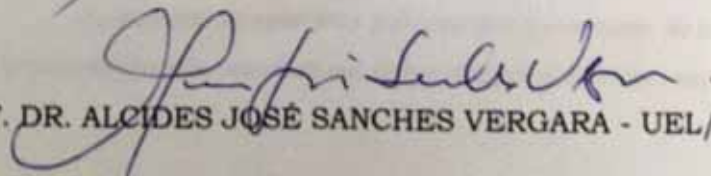
COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. JOSÉ STERZA JUSTO - UNESP/Assis



Membros: PROF. DR. EURÍPEDES COSTA DO NASCIMENTO - UNESP/Assis



PROF. DR. ALCIDES JOSÉ SANCHES VERGARA - UEL/Londrina

*À minha mãe pelo seu constante desejo de sedentarização;
Ao meu pai, ao contrário, pelo seu desejo constante de se deslocar;
Desse embate venceu minha mãe, mas meu pai forjou escapes para viver suas andanças.*

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis, pela oportunidade em cursar o mestrado, o que contribuiu sobremaneira para minha formação acadêmica.

À José Sterza Justo por ter aceitado o desafio da pesquisa, pela orientação sempre de forma a contribuir para o progresso do trabalho; pelo acolhimento de um novato no campus, pelo companheirismo e incentivo em todos os momentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa nos sete meses iniciais, o que possibilitou o início da pesquisa e também minha instalação no município da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa nos outros 17 meses contribuindo significativamente para a realização da pesquisa e do trabalho.

Aos agentes públicos e cidadãos que participaram da pesquisa e contribuíram significativamente para a construção do entendimento dos processos de atenção às pessoas em situação de rua e trecheiros e seus deslocamentos.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Figuras e Modos de Subjetivação na Contemporaneidade: Tédio, Dessexualização, Imigração e Errância pela convivência sempre gratificante e pelas trocas enriquecedoras tanto acadêmicas quanto pessoais.

Aos membros da banca do Exame Geral de Qualificação pelos apontamentos e reflexões que possibilitaram um novo direcionamento sobre o modo de atenção dos agentes públicos sobre os nômades urbanos.

Aos membros da banca de defesa pelas importantes contribuições no que concerne aos desdobramentos da pesquisa.

A todos os funcionários da UNESP/Assis, em especial os da seção de pós-graduação, da biblioteca e do departamento de Psicologia Evolutiva, Escolar e Social pela atenção e presteza dispensadas.

A todos os amigos e colegas de Pós-graduação, pelos momentos de compartilhamento de ideias, de momentos de convívio e descontração, com destaque especial para os da turma de 2012 do Mestrado, pelos dias e tardes passados juntos.

A todos que de alguma maneira contribuíram para minha formação acadêmica e profissional, mesmo não fazendo parte da rede de relações que mantenho neste momento, mas assim mesmo, ainda permanecem presentes.

É chegada a hora de escrever a parte mais difícil e complexa dos agradecimentos, pois essa é a vez de homenagear os amigos. Dado o grande número de amizades estabelecidas durante os anos, essa tarefa se torna cada vez mais onerosa visto que a possibilidade de algum não constar nos agradecimentos é bem possível, assim optei por realizar um agradecimento mais genérico.

A quantidade de amigos se dá pela construção de amizades nômades, de amizades em trânsito que não possui um núcleo único, estando em vários espaços e momentos distintos em constante movimento, não obedecendo a uma lógica preestabelecida com idas e retornos, afastamentos e aproximações, mas todas produzindo sentidos e afetos.

Nessas amizades móveis, com algumas já de longa data, há aquelas construídas na relação com o imigrante, com os escritores, cronistas e poetas, produtores de TV, com os (as) estudantes de Psicologia e psicólogos (as), com os acadêmicos de Direito, bacharéis em Letras e Pedagogia, professores, mestrandos, mestres, doutorando e doutores.

Não dá para deixar de incluir os amigos que estudam e pesquisam sobre gênero, criminologia, África, educação e medicalização, Lacan, Atenção Psicossocial, Psicanálise, transnacionalismo, nomadismo e errância, tédio, humor, dessexualização, dos que trabalham na Assistência Social, na Saúde ...

Ah! Tem os amigos e amigas de viagem para assistir show e interunesp, de conversar até de madrugada; de ida aos bares e festas; daqueles que me acolheram em suas casas quando estava “sem-teto”; daqueles que partilharam de uma experiência de Associação de classe; os amigos que compartilhavam jantares, conversas com vinho, cachaça ou água, pois precisávamos hidratar; os (as) amigos (as) para quem dei ou recebi tantas caronas; dos amigos que se mudaram e permaneceram e dos que mudaram e retornaram; dos amigos que tiveram a paciência de ler e reler meus textos, etc.

Mas não posso deixar de agradecer aos amigos e principalmente às amigas que suportaram meus momentos de chatice, meus monólogos já que muitas vezes era apenas eu quem falava, de ouvir minhas aflições relacionadas à pesquisa e ficarem sem entender o que eu dizia, mas mesmo assim me ouviam, ou fingiam me ouvir, sempre e me incentivavam a continuar minha caminhada.

A todos (as) meus profundos agradecimentos e espero que nossa amizade nômade e em trânsito, possa produzir muitos momentos e movimentos.

FREITAS, Cledione Jacinto de. “Os Indesejáveis”: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua. 2014. 189f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2014.

RESUMO

A atenção dispensada pelos agentes públicos aos trecheiros e pessoas em situação de rua é cada vez mais crescente subsidiada por um arsenal de normas, orientações, estratégias, instituições, profissionais, políticas, para dar conta das várias facetas da vida nômade e cidadina. Por esse motivo, a pesquisa teve como objetivo principal investigar a maneira como esses agentes encarregados dos serviços públicos de assistência social lidavam com trecheiros e pessoas em situação de rua e concebiam esse modo de vida. Interessou, sobretudo, identificar práticas e intervenções no modo de vida de trecheiros e pessoas em situação de rua que procuravam desqualificar a nomadismo ou que o tomava como um modo de vida condenável ou que gerava sofrimentos e que, portanto, precisava ser evitado. Interessou, ainda, compreender como, pelo olhar dos profissionais da assistência social, se produz a figura do “indesejável”, do estrangeiro, que precisa ser deslocado para outros espaços por meio de políticas públicas de assistência. A pesquisa ocorreu em uma cidade com aproximadamente cem mil habitantes na região oeste do Estado de São Paulo. Essa cidade está localizada num importante corredor de circulação de trecheiros, formado pelo cruzamento de rodovias tronco que ligam o norte do Estado ao Paraná e a região oeste do Estado à região leste, na qual está situada capital. A metodologia empregada foi a etnografia em Psicologia com observação participante. Acompanhamos o trabalho da equipe do município, constituída por assistentes sociais, psicólogos e funcionários de nível médio, lotada no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e na Unidade de Assistência ao Migrante (UAM), bem como de outros profissionais que participaram do Grupo de Trabalho de População de Rua ou que estavam envolvidos com a questão da atenção do nomadismo, além de cidadãos que estavam presentes e participaram direta e indiretamente da pesquisa, possibilitando observar as práticas e discursos que constroem em relação aos trecheiros que aportam na cidade e das pessoas em situação de rua que insistem em permanecer nas praças. O acompanhamento ocorreu em todas as etapas do trabalho, abrangendo desde a participação em reuniões da equipe para discutir casos e formular estratégias até as abordagens e atendimentos realizados em ruas e praças públicas. Foi possível observar que as práticas de assistência procuravam retirar nômades e errantes dos logradouros públicos, cumprindo a função de desocupação dos espaços públicos, especialmente as praças, removendo-os para instituições tais como hotel social, família, residência e trabalho/emprego, ou, no caso dos trecheiros, a remoção se fazia pelo envio dos mesmos a outras cidades ou até impedindo-os de entrarem na cidade. Todo o processo de investigação culminou com interrogações acerca de espaços e lugares disponíveis e disponibilizados para os nômades, além do tempo de parada e permanência permitido a eles. Em suma, a questão que permanece é o tipo de regulação e modulação dos espaços cidadãos que não admitem a presença de pessoas em situação de rua e trecheiros.

Palavras-chave: Trecheiros. Nomadismo. Espaço e lugar. Indesejáveis. Agentes públicos.

FREITAS, Cledione Jacinto de. "**The Undesirables** ": public officials and the management of roamers mobility and people on the streets. 2014. 189f. Dissertation (Psychology Master Degree). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2014.

ABSTRACT

The state officials attention given to roamers and people on the streets is becoming increasingly subsidized by an arsenal of standards, guidelines, strategies, institutions, professional, political, to account for the various facets of nomadic and city life. For this reason, the research aimed to investigate how these officials responsible for public welfare office dealt with roamers and people on the streets and conceived this way of life. Imported mainly identify practices and interventions in roamers way of life and people on the streets seeking to disqualify the nomadism that took as a reprehensible way of life or that generated suffering and therefore, needed to be avoided. Interested also understand how, by the look of professional social work, produces the figure of the "undesirable" from abroad, that needs to be moved to other spaces through public assistance policies. The research took place in a city of approximately one hundred thousand inhabitants in the western region of São Paulo. This city is located in an important roamers circulation corridor formed by the intersection of trunk roads linking the north of the state to the Paraná and the west of the State to the eastern region, which is the capital. The methodology used was ethnography in Psychology with participant observation. We follow the work of the city's team, made up of social workers, psychologists and mid-level employees, crowded in Social Reference Center of Specialized Assistance (CREAS) and the Migrant Assistance Unit (UAM), and other professionals who participated the Working Group on Homelessness or who were involved with the issue of care of nomadism, and townspeople who were present and participated directly and indirectly in the search, allowing observe the practices and discourses that are construct for roamers who come in town and people on the streets who insist on staying in the squares. The program took place at all stages of work, ranging from participation in team meetings to discuss cases and formulate strategies and approaches to care provided in public streets and squares. It was observed that the care practices sought to remove nomads and wanderers of public places, doing the cleaning function of public spaces, especially the squares, removing them to institutions such as social hotel, family, home and work / employment, or, in the case of roamers, the removal was done by sending the same to other cities or even preventing them from entering the city. All the research process led to questions about available spaces and places made available to the nomads, in addition to downtime and allowed them to stay. In short, the question that remains is the type of regulation and modulation of city spaces that does not allow the presence of people in the street and roamers situation.

Key-words: Roamers. Nomadism. Mobility. Undesirable. Public officials.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BF – Bolsa Família

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único

CAM – Centro de Atendimento ao Migrante

CAPS – Centro de Atenção Psocissocial

CAPS Ad – Centro de Atenção Psocissocial álcool e drogas

CETREM – Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

eCR – equipe de Consultório de Rua

ESF – Estratégia Saúde da Família

ESF-Rua – Estratégia Saúde da Família – População de Rua

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NASF – Núcleo de Atenção à Saúde da Família

NOB – Norma Operacional Básica

NOB-RH – Norma Operacional Básica – Recursos Humanos

OP – Outros Profissionais que participaram da pesquisa

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduo

PAS – Profissional da Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PS – Profissional da Saúde

PIS – Programa de Integração Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UAM – Unidade de Atendimento ao Migrante

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	16
OBJETIVOS	22
Geral	22
Específicos	22
MÉTODO	23
Estudo Etnográfico	23
Instrumentos	25
Participantes	26
Local da pesquisa.....	27
Procedimentos	30
Forma de organização e análise dos dados.....	31
1. CIDADES E POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA	34
1.1 A cidade e o social.....	34
1.1.1 Mobilidade urbana, a questão social, riscos e perigos.....	38
1.2 A política pública de assistência social	49
1.3 Errância, nomadismo e políticas públicas.....	62
1.3.1 A centralidade na família.....	65
1.3.2 A configuração dos serviços: intersetorialidade e rede.....	67
1.3.3 A universalidade na política assistencial	70
1.4 Agentes públicos como pilar da Assistência Social e da gestão do espaço urbano	73
2. CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS TEMAS	79
2.1 A equipe do CREAS que atua com pessoas em situação de rua	79
2.1.1 O portão do CREAS.....	80
2.2 UAM.....	81
2.3 O grupo de trabalho	85

2.4	Abaixo-assinado	89
2.4.1	Ministério Público	91
2.5	Praças	92
2.5.1	O banheiro, a banca e o coreto	95
2.6	Rondas	97
2.7	Hotel Social	101
2.8	Casa de Passagem	105
2.9	Atividade delegada	107
2.10	Internações	109
2.11	Esmola/mendicância	115
2.12	Álcool e outras drogas	119
2.13	Trabalho e residência	123
2.14	Retorno para a família	128
2.15	Público-privado	132
2.16	A socialização	134
2.17	Pertences nos locais públicos	136
2.18	Resistentes não morrem?	137
2.19	Sujo e o limpo	138
2.20	Violência	141
2.21	Atendimento aos trecheiros	142
3.	DISCUSSÃO	146
3.1	A política pública de assistência social e a mobilidade de pessoas em situação de rua e trecheiros	147
3.3	A mobilidade e a presença dos indesejáveis na cidade	161
3.4	A busca da sedentarização dos nômades urbanos	169
	CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	175
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é um escrito em trânsito e, por conseguinte, um texto inacabado muito pelo método utilizado, produzindo ressonâncias, mesmo terminada a pesquisa de campo. Essas ressonâncias se deram pelo surgimento de outra questão de interesse, principalmente na reta final da pesquisa, com as releituras do material coletado e com as inquietações decorrentes do processo de pesquisa e leitura dos dados contidos no diário de campo.

A questão surgida nesse processo é sobre a atuação dos agentes públicos na mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros, bem como dos espaços disponíveis para eles, mostrando além das questões das políticas assistenciais, práticas, concepções e sentidos dos profissionais sobre os modos de vida dessas pessoas e a mobilidade nos espaços citadinos também estava presente.

Descrever, analisar e discutir esse movimento ocorrido, ou melhor, que continua, é deveras complexo, visto que o tempo entre o término da pesquisa e os escritos não foi longo, e como a pesquisa produz efeitos extensivos, a dificuldade tornou-se maior, pois foi necessário recorrer a autores que tratam da nova problemática para tentar explicar esse processo.

Nesse sentido, o mérito desse trabalho pôde ser captar essa nova faceta, qual seja: considerar que a mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros produziram efeitos nos agentes públicos e nos citadinos, necessitando estratégias para sua gestão. No entanto, essa questão, mesmo presente durante toda a pesquisa de campo, só tornou evidente na reta final.

Assim sendo, o esforço de discorrer sobre um processo de mudança e os desdobramentos teóricos, técnicos, cognitivos e afetivos não será tarefa fácil, pois demarcar objetivamente os conteúdos a serem estudados, além de adotar uma atitude reflexiva demanda esforços para organizar os acontecimentos desconexos, contraditórios, caóticos e interconectados que a pesquisa produziu e produz.

Nessa senda, os textos que fazem parte dessa dissertação acabaram seguindo esta dinâmica: iniciando com considerações referentes à cidade e o manejo do social, passando pelas políticas que referenciam o trabalho dos agentes públicos e do papel destes; considerações sobre o processo de indesejabilidade produzidos pelos nômades que deságuam na questão da mobilidade que os caracterizam e das políticas e práticas dispensadas a eles.

Feita as considerações sobre o processo de escrita do trabalho, passamos a descrever o percurso pessoal e profissional do pesquisador com o intuito de tornar mais inteligível e contextualizada a escolha de tratar da indesejabilidade e das práticas dos agentes públicos sobre ela.

Minha vida esteve sempre relacionada à mobilidade, muito devido às mudanças de localidades que meus pais realizavam em períodos curtos, seja mudança de cidades ou de fazendas, o certo era que eles não conseguiram permanecer anos em um mesmo local. Nessas mudanças houve ocasiões de dormirem em estações rodoviárias com todos os pertences aguardando a partida do ônibus.

Durante a infância a experiência de espaço-tempo era referenciada pela vida no campo, vivendo a rusticidade das residências, muitas vezes inacabadas, convivendo com a dinâmica estabelecida entre o homem e a domesticação de animais, a relação de distância entre os vizinhos, além das brincadeiras com artefatos produzidos com objetos presentes na natureza.

Essas mudanças constantes só cessaram após a mudança para uma cidade do interior do estado de Mato Grosso do Sul, devido à insistência de minha mãe para continuarmos frequentando a escola. Isso ocorreu quando tinha dez anos, desde então residimos no mesmo município, mas não deixamos de trocar de endereço periodicamente.

Nesse município concluí o ensino básico e também o ensino superior graduando-me em Psicologia. Nesse período ingressei na prefeitura municipal, tornando um agente público lotado na Secretaria Municipal de Saúde como agente de controle de vetores, visitando residências para fiscalizar e orientar os moradores sobre os riscos de ocorrência de dengue e dos procedimentos para prevenir a doença.

Após sete anos de trabalho como agente de controle de vetores, já graduado em Psicologia, consegui o primeiro emprego como psicólogo em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atuando com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, permanecendo por um ano no cargo.

Em seguida mudei para uma cidade vizinha, com apenas quatro mil habitantes; trabalhei nas secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação atendendo crianças, adolescentes e adultos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Depois de seis meses recebi convite para retornar ao município de residência para trabalhar no CREAS, atuando com crianças, adolescentes, mulheres, idosos vítimas de violências e com trecheiros que desembarcavam na cidade. O atendimento para os trecheiros

disponibilizado pela Unidade tratava-se de banho, alimentação e passagem para a cidade mais próxima. Isso só acontecia após a entrevista com a assistente social.

No CREAS permaneci por oito meses, pelo fato de ter sido convocado a assumir o cargo de psicólogo no CRAS de um município vizinho, onde permaneci por dois anos. Nesse CRAS também assumi a função de coordenador atuando com famílias em vulnerabilidade e também participando da elaboração das estratégias de atendimento e construção da Política de Assistência Social do município. Desvinculei do serviço por ter ingressado no Mestrado em Psicologia na presente universidade.

A desvinculação também ocorreu devido à mudança para uma cidade do interior paulista para a realização da pesquisa de campo, que durou nove meses, com os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, acrescida de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e de outras secretarias além de outros participantes que estavam no local de pesquisa interagindo com os profissionais.

O contato com trecheiros ocorreu nos três municípios em que trabalhei, todos de pequeno porte, de forma superficial no município de quatro mil habitantes, por eles passarem esporadicamente na cidade. O atendimento, nessa cidade, consistia em entrevista pela assistente social e posterior encaminhamento para alguma cidade da região.

No município que fui coordenador do CRAS, já havia um fluxo maior de trecheiros devido à cidade estar na divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo e o atendimento não diferenciava substancialmente do município anterior. Nesse caso, como o CREAS não realizava o serviço, a própria secretária era responsável pelo atendimento fornecendo passagem para apenas um município a todos que solicitavam e preenchida pelas atendedoras da recepção.

Já no município onde trabalhei no CREAS, essa unidade era a responsável pela política que ficava a cargo de uma assistente social que realizava busca ativa na praça da cidade e na rodoviária, encaminhamento para carvoeiras, realizando contato com os proprietários para admissão dos trecheiros ou concedia passagens para os municípios vizinhos após realização de entrevista.

Foi nesse trabalho que começou a tomar corpo a questão do atendimento aos trecheiros, pois a cidade possuía apenas uma pessoa em situação de rua que fazia parte da paisagem da cidade e já que me inquietava a maneira como os profissionais reagiam frente à chegada deles ao CREAS, fechando a porta das salas de atendimento dizendo que tinham medo de “fazerem alguma coisa”, ou diziam que não suportavam o “cheiro deles”, além dos encaminhamentos para a carvoeira como atendimento.

Os encaminhamentos dos trecheiros também eram motivados para dar resposta às solicitações do Ministério Público, que atuava quando havia concentração de trecheiros na rodoviária acionando a polícia e a Secretaria Municipal de Assistência Social para “resolver o problema”. Quando ocorria tal situação havia encaminhamento de todos os trecheiros em curto período.

Foram essas formas de atenção aos trecheiros que me motivou a pesquisar sobre a atuação dos agentes públicos sobre eles. O acréscimo das pessoas em situação de rua foi um fato *sui generis*: a criação de um Grupo de Trabalho, no município em que a pesquisa foi realizada, com a finalidade de discutir, dar respostas e soluções ao poder público e aos cidadãos no município.

Nesse sentido, o interesse inicial de investigar as formas de atenção e atuação dos agentes públicos sobre os trecheiros nos municípios de pequeno e médio porte foi acrescido pela atuação sobre as pessoas em situação de rua, pois as duas populações eram atendidas pela Assistência Social do município da realização da pesquisa.

Para complementar, teceremos algumas considerações sobre a escolha do título “Os indesejáveis” e não outro como “os excluídos”. Tal escolha foi motivada pelas experiências durante o percurso profissional de agente público de assistência social, onde a questão dos trecheiros, pessoas em situação de rua ou outro público que não as vítimas de violência recebiam tratamento diverso.

No caso específico dos trecheiros o movimento era de deslocamento para espaços não utilizados pelos cidadãos e, de manter à distância do centro da cidade até seu encaminhamento para a próxima cidade e também distância física desses nômades com os agentes responsáveis pelo atendimento, pois para os agentes, eles chegavam invariavelmente maltrapilhos e exalando odor desagradável.

Dessa maneira, os agentes públicos buscavam delimitar uma distância segura entre eles e os trecheiros, já que muitos agentes acreditavam que correriam perigo se não houvesse essa distância, como também, garantiriam seus olhos, ouvidos e nariz longe dos odores, sujeira e linguajar dos nômades.

Assim, a presença desses nômades se tornava indesejável e, dessa forma, eram buscadas estratégias para livrar-se deles como colocação em carvoarias e concessão de passes rodoviários, após passar pelo exame da assistente social. Esse processo era constante, pois, mesmo realizando os encaminhamentos desses, outros desembarcavam e recomeçava o processo.

Dessa forma, adotamos o termo indesejável pela inevitabilidade dos agentes públicos e da cidade conseguirem-se livrar, por mais que tentassem, dos nômades que adentravam a cidade, tendo que conviver com a presença destes e com os sentidos e afetos produzidos.

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas subjetivações da dromologia e da hipercinética da atualidade se encontram aquelas produzidas pelas, assim chamadas “pessoas em situação de rua” ou pelos “trecheiros”¹. O ponto comum entre eles é o fato de viverem nas ruas, não terem residência, moradia, trabalho e círculos de relacionamentos sociais e afetivos fixos ou estáveis; vivem à feição da vida líquida² descrita por Bauman (2007).

A principal diferença entre eles diz respeito justamente ao grau de deambulação. Dentre as “pessoas em situação de rua” é comum encontrar quem circula por certos lugares e regiões da cidade, se abrigam em pontos determinados, como viadutos, becos e praças, e ali são capazes de permanecer até serem retirados à força ou algum outro tipo de pressão. Alguns até chegam a ser incorporados à “paisagem” da cidade e tratados como um residente local.

Já os “trecheiros” até podem permanecer algum tempo numa determinada cidade, porém, ainda que estejam sendo bem tratados não resistem ao impulso da deambulação – seu traço típico e forte – e acabam se deslocando para outra cidade. O trecheiro é aquele visitante da cidade que nela desembarca, às vezes, à procura de algum trabalho, outras vezes à procura de um auxílio da assistência social do município para prosseguir sua viagem a pé ou por concessão de passagens do ônibus intermunicipal sem qualquer propósito definido, para explorar as oportunidades do lugar.

Seja como for, todos eles representam algum incômodo para os cidadãos e são transformados em objeto de grandes preocupações da ciência, dos gestores das cidades, alvo de políticas públicas e também alvo de ações de violência, como tem sido observado em muitas ocasiões em que são espancados, ameaçados ou até assassinados. Nessa via, houve interesse em estudos relativos a essas questões.

O estudo com Pessoas em Situação de Rua no Brasil não é um fato recente e acumula bastante referencial bibliográfico como se pode constatar na dissertação de mestrado de Ricardo Mattos (2006). Da mesma forma, projetos e iniciativas de assistência a esse público, levados a cabo por entidades filantrópicas, religiosas e governamentais já existem há bastante tempo e cresceram significativamente, sobretudo, a partir do ano de 2004, com a implantação

¹ Sujeitos que perambulam de cidade em cidade, permanecendo nas ruas e sobrevivendo da ajuda dos serviços públicos de assistência social ou de achagues (pedido de ajuda feito com educação, esperteza e justificativas convincentes, segundo eles mesmos definem o que entendem como a “arte de achar”).

² Para Bauman (2007) vida líquida é aquela que não pode manter sua forma ou permanecer seu curso por muito tempo, está em constante mudança e assim como os líquidos não solidificam, não tem forma definida nem busca se fixar. Se faz de constantes reinícios em que o sujeito vive uma identidade transitória, é uma vida voltada para a velocidade e instantaneidade.

do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), criado pela Lei nº 8742 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

No entanto, com os trecheiros e andarilhos as pesquisas são mais recentes e em número significativamente menor, tendo como referência os trabalhos de Justo e colaboradores nos últimos 20 anos. (JUSTO, 1998, 2000, 2004, 2011, 2012; JUSTO; NASCIMENTO, 2012, 2005; NASCIMENTO, 2012, 2004; NASCIMENTO; JUSTO; FRANÇA, 2009; PERES; JUSTO, 2005; CANTELMO; JUSTO, 1996).

Um fato notável, tanto no que diz respeito às pessoas em situação de rua, quanto em relação aos trecheiros, é o avanço do saber técnico-profissional e das políticas públicas sobre elas, tentando gerir e administrar essa forma de viver e controlar sua presença e visibilidade na cidade.

Se antes os mendigos citadinos e visitantes maltrapilhos que passavam pelas cidades eram objeto de ações filantrópicas ou da população citadina, hoje são objeto quase exclusivo de ações de saberes especializados e de profissionais contratados pelo poder público para executar sua política em relação a essa população. Tal mudança de esfera de tratamento se repercute, sobretudo, na maneira como essa população é vista e significada. De objeto/referente do imaginário popular, passa a ser objeto/referente dos saberes científicos especializados e dos técnico-profissionais contratados pelo poder público para gerenciá-los.

A produção de sentido sobre moradores de rua e trecheiros que antes emergia das práticas e contatos diretos da população com eles, agora perpassa pelos profissionais e seus saberes, encarregados da implementação das políticas públicas de assistência social. Deste modo é necessário conhecer as representações, conceitos e pré-conceitos, medos e fantasias e discursos pelos quais os profissionais que recebem a incumbência de gerir a presença na cidade dos incômodos “moradores de rua” e trecheiros legitimam suas práticas junto a essa população.

O foco da presente pesquisa, diferentemente de boa parte dos trabalhos realizados nesse campo, se dirige para os agentes públicos com o intuito de recolher e analisar suas concepções e práticas frente a moradores de rua e trecheiros.

Enquanto a maioria das pesquisas procura desvendar os enigmas da vida na rua ou na itinerância e produzir saberes capazes de instrumentar práticas orientadas para a retirada dessa população da rua ou para a interrupção do circuito da deambulação dos trecheiros (MATTOS, 2005; MATTOS; FERREIRA, 2004; FRANGELLA, 2004; ROSA, 2005; DI FLORA, 1987), nosso trabalho se volta para os saberes e práticas dos profissionais que lidam com eles sob suposto de que essa é a fonte primordial das retratações sociais da vida na rua e no “trecho”.

Considerando a força do imaginário social e das práticas dos agentes públicos encarregados dos serviços de assistência social na produção de sentido e na modelação da vida dos trecheiros, justifica-se tomar como objeto principal de análise a maneira como agem e se posicionam em relação a esse modo de vida errante.

São poucos os trabalhos científicos e acadêmicos no Brasil que tomam como objeto os agentes públicos que trabalham com pessoas em situação de rua e a quase nulidade quando se trata de profissionais que se ocupam de trecheiros e andarilhos, salvo os trabalhos já pontuados anteriormente.

Tal escassez de produção científica justifica ainda mais a importância de trabalhos nessa linha de pesquisa que permitam ampliar a compreensão das práticas e dos sentidos que os profissionais fomentam sobre o objeto do seu próprio trabalho e as práticas e sentidos que produzem em relação às formas de vida errantes, que escapam ao sedentarismo como alternativa de existência.

Outro motivo é o número de nômades e errantes no país que conta, segundo as estatísticas estatais, com mais de 31.000 pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos (BRASIL, 2008b), somente nas 27 capitais e cidades com mais de 300.000 habitantes nas quais esse dado foi levantado.

A Pesquisa considera trecheiro as pessoas que haviam residido em seis ou mais cidades até a data da pesquisa, no entanto, não avança nessa discussão ficando restrito a municípios de residência. Não questiona sobre as cidades que eles transitam, mas não permanecem e, menos ainda, sobre as formas de vida desses sujeitos e as formas de atendimento disponibilizadas.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008b) contabilizou 11, 9% de trecheiros, aproximadamente 3.800 trecheiros, no entanto, como a pesquisa não considera algumas cidades de grande porte nem os municípios de médio e pequeno porte esse número pode ser consideravelmente maior devido ao trânsito intenso por esses municípios.

O fluxo de trecheiros utilizando os serviços de assistência social ocorre em praticamente todas as cidades brasileiras, gerando dificuldades e provocando desafios na prestação de serviços devido à parca rede de serviços públicos, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte, nas áreas de assistência social, saúde, educação e trabalho, entre outras.

Além disso, a complexidade do problema dificulta sobremaneira ações resolutivas simplistas, tais como aquelas, bastante comuns, que pretendem reterritorializar, assentar e

sedentarizar os errantes sob a convicção de que o nomadismo, a errância, a perambulação e outras formas de vida pautadas pelo movimento e pela recusa a formas de vida estacionárias são indignas, desumanas e inadmissíveis no cenário urbano.

Essa complexidade se deve à presença do cidadão nas ruas, consequência do estilo de vida na cidade moderna, que logo começou a gerar preocupações e se tornou objeto de coerções e tentativas de erradicá-la do cenário urbano. Estamos nos referindo a mendigos, desocupados, “vagabundos”, “loucos” e tantas outras figuras que, fugindo à racionalidade cidadina moderna dominante, passaram a ser vistos e tratados como enjeitados e indesejáveis, carregando consigo a marca indelével da discriminação do senso comum.

As diferentes denominações carregam consigo diferentes conceitos dados a essa população tanto pelas ciências quanto pelas políticas assistenciais e isso tem contribuído bastante para a produção de sentidos e de práticas destinadas a essa população (MATTOS, 2006; ROSA, 2005; DI FLORA, 1987). A própria população também cria suas denominações, conceitos e valores com os quais opera no cotidiano em relação a esses personagens urbanos.

A figura dos trecheiros é que mais nos interessa particularmente, tanto por ser pouco tratada nas pesquisas científicas, quanto por ser objeto de políticas públicas específicas e que demonstram, com bastante clareza, o modo como a cidade lida com a presença e o trânsito de visitantes ou de não residentes que nela desembarcam “sem eira, nem beira”, ou seja, sem um destino e um propósito determinados e legitimados pela racionalidade dominante.

Quanto à representação de si mesmas, das pessoas em situação de rua, Mattos e Ferreira (2004) identificam cinco categorias nas quais se reconhecem pelo olhar do outro: vagabunda, louca, suja, perigosa e coitadinha. Segundo os autores, é assim que os próprios moradores de rua se percebem vistos pelos demais cidadãos.

Nascimento (2012), em um trabalho dedicado a investigar a percepção dos dirigentes e profissionais de instituições assistenciais (públicas e filantrópicas) em relação a andarilhos de estrada - possivelmente um trabalho pioneiro nessa temática – chega a conclusões parecidas com as do trabalho de Mattos e Ferreira (2004). Porém, acrescenta outras imagens com as quais os trecheiros, particularmente, são apreendidos por tais agentes: “Os relatos [dos dirigentes e profissionais de instituições assistenciais³] indicaram que a percepção deles se estrutura a partir de certos conceitos enraizados no imaginário social da cultura brasileira tais como: vagabundagem, doença mental, desvinculação familiar e opção de vida”. (NASCIMENTO, 2012, p. 134).

³ As explicações contidas dentro dos colchetes são nossas para explicitar a quem se referem os relatos.

Na mesma direção, mas englobando também os agentes estatais, Justo (2012) afirma que o custo para o trecheiro da ajuda recebida pelas políticas assistenciais é o rastreamento e monitoramento de suas andanças, registradas em cada posto de assistência por onde passa, e que os agentes estatais transmitem aos usuários dos serviços, como um espelho, as imagens e estigmas que projetam neles [trecheiros e andarilhos]: “[...] ‘vagabundo’, ‘pilantra’, ‘proveitador’, ou outros tão invalidadores, como os de ‘coitado’, ‘sofredor’, ‘filho desgarrado por Deus’ e assim por diante”. (JUSTO, 2012, p. 90).

Essas questões se dão primordialmente na cidade e nas relações cidadinas, tendo os espaços e lugares públicos o *lócus* de atenção, tanto dos cidadãos quanto dos agentes públicos que atuam sobre os nômades urbanos. Sustentados pelos parâmetros estabelecidos pelas políticas públicas e pelos direitos humanos, buscam lidar com a indesejabilidade que esses nômades representam.

Cidade, mobilidade, espaço, lugar, políticas públicas e agentes públicos, direitos humanos, indesejabilidade são linhas que se atravessam e que constituem os textos que seguem, em que se busca dar conta da problemática proposta: como é a atenção dispensada pelos agentes públicos para com as pessoas em situação de rua e trecheiros que habitam, ou melhor, que transitam pelas cidades brasileiras. Quais ações, práticas e discursos constituem o fazer do agente público – tema tratado na discussão dos dados da pesquisa de campo – e quais medidas são adotadas para dar conta dessa demanda.

Para levar a cabo a proposta desta dissertação organizamos os assuntos tratados da seguinte forma: no primeiro bloco expomos os objetivos e o método nos detendo na explanação da etnografia e da observação participante como possibilidade de recurso metodológico na Psicologia; no segundo bloco apresentamos textos orientadores que abordam questões que perpassam a atuação dos agentes públicos sobre os trecheiros e pessoas em situação de rua.

No primeiro texto desse bloco discutimos a relação entre a cidade e a questão social, principalmente após a constituição dos Estados Modernos, com ênfase na atuação sobre a errância e o nomadismo.

No segundo texto tratamos da política pública de assistência social, *lócus* de atuação no social, traçando uma retrospectiva histórica das suas transformações até se tornar política pública nos dias atuais, sustentada por um arcabouço de normas e saberes.

No terceiro texto exploramos a atuação das políticas públicas brasileiras sobre a errância e nomadismo, discutindo três questões que perpassam essas políticas que são a

centralidade na família, a rede de serviços e a universalização e sua relação com sedentarização do sujeito.

No quarto texto do bloco focamos nos agentes públicos, destacando o crescimento significativo desse ator nos últimos anos, bem como, sua importância na condução das ações e práticas estatais sobre o social, nesse incluso as pessoas em situação de rua e trecheiros.

No terceiro bloco apresentamos a descrição das categorias de análise, vinte e uma ao todo, relatando as falas dos agentes públicos, os espaços e instituições em que eles agiam e encaminhavam, as estratégias para gerir a mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros.

Por fim, realizamos a discussão dos dados apresentados nas categorias com intuito de entender como ocorre a atuação dos agentes públicos sobre as pessoas em situação de rua e trecheiros e seus modos de vida.

OBJETIVOS

Geral

Investigar as concepções e sentidos que os profissionais encarregados dos serviços públicos de atenção aos trecheiros e pessoas em situação de rua produzem em relação a esse modo de vida, em suas práticas cotidianas de trabalho e nas falas que justificam e acompanham tais práticas.

Específicos

- 1- Acompanhar o trabalho de campo e as reuniões dos profissionais do CREAS e da UAM que atendem a população de rua, trecheiros, migrantes e itinerantes. E mapear suas práticas e recolher falas sobre os usuários desses serviços.
- 2- Analisar as concepções que os agentes estatais possuem dos trecheiros e pessoas em situação de rua, bem como o entendimento que têm das políticas públicas para essas populações.
- 3- Analisar a atuação dos agentes públicos sobre a mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros e da gestão dos espaços citadinos em que essas pessoas utilizam.
- 4- Analisar o modo como a cidade se organiza para receber ou para expulsar os trecheiros, sua constituição arquitetônica, seus espaços públicos e vagos, bem como a dinâmica da mobilidade da cidade.
- 5- Analisar como os saberes técnico-científicos legitimam a prática dos agentes estatais em relação aos trecheiros e pessoas em situação de rua.
- 6- Analisar políticas e práticas dos agentes públicos encarregados de lidar com a presença dos trecheiros na cidade e os sentidos que adquirem enquanto expressões de políticas urbanas relativas à errância e aos indesejáveis representados na figura dos trecheiros e pessoas em situação de rua.

MÉTODO

Estudo Etnográfico

Para conseguir levar a cabo esse tipo de pesquisa – em campo aberto – tomamos como referência o método Etnográfico em Psicologia, tal como é concebido por Sato e Souza (2001), conjugado com a observação participante. No entanto, é necessário esclarecer que apenas o tomamos como referência e utilizamos dele apenas a observação participante já que, nosso objeto de estudo, bem como nossos objetivos de pesquisa, não comportava a realização de uma etnografia propriamente dita.

Como pontuam as autoras, a etnografia “É definida como uma pesquisa sobre e nas instituições baseada na observação participante e/ou em registros permanentes da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece”. (SATO; SOUZA, 2001).

No sentido de complementar as considerações acima, Viégas (2007) define que a “*Etnografia* é um método de pesquisa oriundo da antropologia social, cujo significado etimológico pode ser ‘descrição cultural’. Assim, ela representa a tentativa de estudar a sociedade e a cultura, seus valores e práticas [...]” (VIÉGAS, 2007, p.104, grifo da autora), não seguindo padrões pré-determinados, mas sim configura um estudo do desenrolar do cotidiano e dos sentidos produzidos.

Uma das principais características da etnografia, portanto, é a investigação de campo, com a inserção do pesquisador no *locus* da pesquisa, com a conseqüente relação com os sujeitos ou participantes. Complementando com dizeres de Boumard (1999) a Etnografia como método, além da observação participante, em alguns casos, pode contar também com a pesquisa-ação:

Centralizada sobre a noção de observação participativa, ela [a etnografia] insiste sobre as técnicas de trabalho de campo, as práticas de conversação, o diálogo etnográfico como dispositivo, as técnicas de inquérito em geral, levando a recortes com as histórias de vida ou algumas formas da pesquisa-ação. (BOUMARD, 1999).

A observação participante como técnica de pesquisa possibilita ao pesquisador diferentes níveis de trabalho, desde aqueles que privilegiam a observação estando mais voltados a anotar os acontecimentos, até os que privilegiam a participação direta atuando junto com os sujeitos de pesquisa. Mas em todos os casos o objetivo é apreender a dinâmica das interações estabelecidas entre os membros de um grupo, comunidade ou instituição detalhando, descrevendo, documentando e analisando os sentidos e significados produzidos

nessas interações, sem desconsiderar o papel do pesquisador que também passa a ser parte do processo de pesquisa.

Traçada em linhas gerais a definição da etnografia e sua relação com a observação participante, cabe ressaltar a imersão no campo, como fator fundamental para a realização da pesquisa nessa perspectiva metodológica. Sato e Souza (2001, p. 45) enfatizam que:

A pesquisa etnográfica também nos leva a considerar que será o tempo de convivência o meio pelo qual as particularidades, os jeitos de ser, os modos de representar poderão ser expressos de maneira a dificultar que as pessoas exibam apenas aquilo que avaliam que o pesquisador deve ou quer escutar, possibilitando, então desvelar processos criados pelas pessoas em sua vida diária.

As autoras chegam a afirmar que um trabalho etnográfico com observação participante necessita de uma duração, no mínimo, entre 8 a 12 meses. Evidentemente que é difícil estabelecer um tempo adequado para um trabalho de campo, sobretudo considerando a diversidade de campos que são tomados para investigação com seus respectivos graus de dificuldade para a inserção do pesquisador, porém é certo que qualquer imersão num círculo ou contexto sócio-cultural não se faz repentinamente.

A grande vantagem da imersão do pesquisador no campo é poder acompanhar de perto acontecimentos deflagrados, as condutas no cotidiano e em espaços micropolíticos, as falas e demais expressões que irrompem na mundanidade, enfim, poder estar em contato direto com o objeto de investigação em sua concretude.

Ainda com relação à pesquisa de campo, o método etnográfico não pressupõe dicotomizações no processo de pesquisa, já que o pesquisador realiza tanto a coleta de dados e a observação, quanto a análise dos dados. Conforme assinalam Sato e Souza (2001):

A orientação etnográfica posiciona-se claramente em favor da não dicotomização entre as etapas de coleta e análise de 'dados', configurando-se o 'estar no campo' como um constante diálogo entre a natureza do objeto, as hipóteses de trabalho e o que o campo 'fala' [...] o trabalho de campo etnográfico é extensivo e não intensivo. Os acontecimentos somente virão com o tempo e, também, os significados. (SATO; SOUZA, 2001, p. 42-43).

O sujeito na pesquisa etnográfica toma lugar de destaque e sua presença ativa no campo faz parte do processo, pois “[...] a investigação etnográfica dá lugar pleno ao sujeito numa atitude de atenção flutuante, nunca neutra, sempre à espreita duma eventual produção de sentido”. (BOUMARD, 1999).

Nesse sentido, o método etnográfico em psicologia apresenta-se como uma ferramenta bastante útil para a presente pesquisa que visa justamente apreender imagens e representações da vida nômade e errante nas ruas, que acompanham as práticas e discursos dos agentes

públicos dos serviços assistenciais, em sua rotina de trabalho com essa população. Como enfatiza Hammersley (1992, p.192 apud SATO; SOUZA, 2001, p. 45):

Consideramos que a utilização da abordagem etnográfica no âmbito da pesquisa em psicologia é importante instrumental para a construção de conhecimentos sobre as pessoas - no caso, sobre a vida das pessoas nos locais de trabalho - por envolver um longo trabalho de estada no campo, possibilitando elaborar sínteses 'ecologicamente válidas'.

Dado o exposto justificamos a adoção do método etnográfico, com observação participante, enfatizando que o convívio com os agentes públicos em tempo contínuo possibilitou verificar como se procede o atendimento aos trecheiros e às pessoas em situação de rua, as motivações desses profissionais em trabalhar com esse público, com a finalidade de se entender as práticas desenvolvidas por esses profissionais, as políticas dispensadas a eles, quais tecnologias de controle nessas políticas e os escapes produzidos.

Além dessas acresce-se a visão que os profissionais possuem dos modos de vida trecheiro e de viver e habitar a rua; a interação entre profissionais, trecheiros e pessoas em situação de rua e a dinâmica das instituições para receber, atender e realizar encaminhamentos, além da dinâmica interna; como a equipe se organiza, como discutem os casos, as políticas públicas e como se relacionam entre si.

Instrumentos

Para a realização da pesquisa foram adotados como instrumentos o diário de campo e a observação participante (SATO; SOUZA, 2001). Na observação participante o pesquisador pôde ter contato direto com os profissionais, no ambiente de trabalho, entres os meses de abril a novembro de dois mil e treze, presenciando falas, discussões de atendimentos, procedimentos adotados e encaminhamentos, além de participar de rondas e visitas nos espaços públicos.

Essas observações ocorreram nas reuniões do Grupo de Trabalho População de Rua, que aconteciam uma vez por semana; nas visitas à UAM, também uma vez por semana em períodos e dias alternados para entender as mudanças na dinâmica de atendimento dos profissionais; em rondas nas praças do município; em dois eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social; reunião com um Promotor de Justiça; reunião com profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e atendimento da equipe do CREAS em uma praça do município.

O conteúdo dessas observações era descrito em um diário de campo imediatamente após a saída do campo pelo pesquisador, de maneira cursiva, constando a sequência dos acontecimentos juntamente com as falas desses profissionais.

As falas dos profissionais, exceto nas rondas, foram descritas em um caderno de anotações que o pesquisador levava consigo em todas as reuniões e visitas. Porém, essa descrição foi um momento delicado visto que, caso os profissionais notassem as constantes anotações poderiam ficar inibidos ou constrangidos, com risco de não continuar a falar livremente sobre os atendimentos e os procedimentos adotados. Nesse sentido, o pesquisador privilegiava as frases e conteúdos mais difíceis de recordar.

Não houve entrevistas estruturadas com os profissionais, a opção foi de manter diálogos com os profissionais sobre assuntos do trabalho diário e também sobre suas percepções e pontos de vista. Esses diálogos ocorreram com maior frequência com os profissionais da UAM, pois o atendimento aos trecheiros ser basicamente de perguntas e respostas curtas e rápidas.

Participantes

Antes de iniciar cabe fazer algumas breves considerações sobre a escolha dos agentes públicos como objeto da pesquisa. Isso se deve pelo crescimento sistemático de instituições, políticas de atuação e cuidado da coisa pública e, por conseguinte, o crescimento do número de pessoas imbuídas na administração, gerenciamento e execução de políticas estatais, acrescido de permissionários e concessionários, que também assumem as funções públicas.

Dentre os agentes públicos, o foco de atenção está sobre os da Assistência Social, por serem preferencialmente os que atuam diretamente com as pessoas em situação de rua, incluindo os trecheiros, subsidiados por uma ampla gama de normas, orientações, procedimentos, técnicas e regulamentos.

Participaram direta e indiretamente da pesquisa profissionais e estagiários da Secretaria Municipal de Assistência Social, profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, policiais militares, profissionais da prefeitura do município que trabalham na estação rodoviária, guichês de empresa de transporte interurbano, membros de uma cooperativa de reciclagem de lixo do município, professor e aluno de uma Universidade.

Além desses, também houve a participação de membros de duas instituições religiosas, promotor de justiça, prestadores de serviço (hotel social), “migrantes” (pessoas que não recebiam o rótulo de trecheiros), trecheiros, pessoas em situação de rua e familiares (de

uma pessoa em situação de rua), além de prefeito, vereadores, convidados para participarem de eventos e cidadãos.

Vale ressaltar que essas pessoas tiveram participação esporádica e, na maioria dos casos, por estarem nos locais em que o pesquisador estava acompanhando os profissionais da Secretaria de Assistência Social, tanto do CREAS quanto da UAM, em interação com pessoas em situação de rua ou trecheiros, transeuntes, policiais etc., além da participação desses profissionais nos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou Secretaria Municipal de Saúde.

O contato mais sistemático ocorreu com três profissionais da Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM), quatro profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), quatro profissionais da Secretaria de Saúde, dois membros de instituição religiosa, quatro profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o profissional que presta serviço para as comunidades terapêuticas.

A escolha por colocar as falas dos participantes no geral, apenas diferenciando entre profissional da assistência social (PAS), profissional da saúde (PS) e outros profissionais que participaram da pesquisa (OP) foi deliberada, pelo motivo de haver poucos profissionais na assistência social que atuam com pessoas em situação de rua, bem como poucos profissionais da saúde que participaram do grupo.

Local da pesquisa

A cidade escolhida para a realização da pesquisa é uma cidade média, com aproximadamente cem mil habitantes, do interior paulista cortada por importantes rodovias que ligam a capital ao estado do Paraná, com grande fluxo de trecheiros e andarilhos, assim como a presença de várias pessoas em situação de rua, tanto do município, quanto das cidades vizinhas.

A referida cidade possui trabalho com pessoas em situação de rua e trecheiros desde o final de 1990, e passou pelas mudanças da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004a), do CETREM⁴ (Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes) para o CREAS como demonstra os estudos de Justo (2012).

⁴ O Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREM) foi uma unidade até a consolidação da Política Nacional de Assistência Social de 2004 responsável pela acolhida, alojamento e encaminhamento de pessoas em situação de rua, trecheiros, andarilhos, migrantes nos municípios paulistas.

Após a desativação do CETREM o município não teve outra instituição para abrigar as pessoas em trânsito e, por esse motivo, foi criado sob a coordenação do CREAS o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que mudou para Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM) no ano de 2012, para o encaminhamento dos trecheiros e migrantes que desembarcavam na rodoviária do município.

Hoje, toda a política para pessoas em situação de rua e trecheiros no município está a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como unidade de execução o CREAS, composta por uma equipe com assistente social, pedagoga e educadora social. Na UAM três profissionais para atendimento, dois atendentes e uma profissional para realizar os serviços diversos.

A assistência social do município buscava criar e fortalecer a rede de atendimento às pessoas em situação de rua e trecheiros com a inclusão dos CRAS, da saúde e de entidades de cunho religioso que ofertam cuidados a essa população no Grupo de Trabalho, criado no ano de 2012 para encontrar alternativas de atendimento principalmente às pessoas em situação de rua que ficam nas praças do município. É nesse panorama que se insere a pesquisa.

O percurso da pesquisa de campo durou nove meses. Um mês para o contato com a coordenação do CREAS a fim de prepararmos nossa entrada no Grupo de Trabalho de População de Rua e na UAM. Oito meses participando do Grupo, das rondas, das visitas em locais que prestam serviço à prefeitura, de eventos, de reuniões e das atividades na Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM).

O CREAS está situado na região central da cidade, em um prédio todo fechado com muro alto e cerca elétrica e, na entrada, dois portões de grade cobrem toda extensão indo até o telhado da área. Para entrar na unidade é necessário acionar o interfone, se identificando para poder adentrar e ser atendido ou para poder conversar com as profissionais que estão nas suas respectivas salas.

A identificação é necessária para todos os desconhecidos ou para os usuários da unidade, sendo a atendente a pessoa responsável pelo primeiro contato via interfone, abrindo ou não o portão para as pessoas que estão do lado de fora. Quando a pessoa não é convidada a entrar a atendente chama algum profissional para conversar do lado de dentro da unidade com a pessoa que permanece do lado de fora, orientando-o ou deixando entrar para ser atendido dentro da unidade.

A unidade conta com uma área que serve também como garagem, uma sala onde fica o advogado e também é utilizada para a realização das reuniões do Grupo de Trabalho População de Rua e do CREAS, recepção, cozinha, sala da coordenação, sala da equipe do

CREAS, que não trabalha com população em situação de rua, sala da equipe população de rua. Nos fundos há uma sala que é utilizada como cozinha e também para reuniões para maior número de pessoas, além de servir de espaço para as confraternizações na instituição.

O CREAS é responsável pela execução da política de assistência social de média complexidade no município, atendendo crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violência, pessoas que fazem uso e abuso de drogas, pessoas em situação de rua (foco da presente pesquisa).

As pessoas em situação de rua é o foco de maior atenção para o CREAS, tanto que há uma equipe específica para atuar sobre essa população. Essa atenção torna-se mais evidente com a criação do Grupo de Trabalho População de Rua para criar estratégias de atendimento e ações específicas para as pessoas em situação de rua do município.

Outro local onde o pesquisador realizou a pesquisa foi a Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM) referenciada ao CREAS localizada na estação rodoviária do município, com horário de atendimento entre segunda e sexta no período das sete às dezenove horas e aos sábados, domingos e feriados com plantão de aproximadamente duas horas.

A UAM é responsável pelo atendimento dos trecheiros e migrantes no município e adota como prática primordial a concessão de passagens rodoviárias para os municípios vizinhos, além de oferecerem banho e lanche para os que solicitam.

Conta com três funcionários, dois atendentes e um auxiliar de serviços diversos, que se reveza em dois turnos de seis horas cada, para atender aos migrantes e trecheiros que desembarcam na rodoviária e procuram a unidade.

A unidade está situada logo na entrada da rodoviária, em um espaço utilizado anteriormente pela polícia militar, com uma sala de atendimento, uma sala de espera, uma sala que fica fechada e que um policial solicitou para realizar revistas, além de uma cozinha.

A sala de atendimento contava com duas escrivaninhas com cadeiras, um armário para guardar as passagens e os documentos da unidade, um computador para realizar cadastro e registro de informações sobre os trecheiros e migrantes, para consultar a data da concessão de passagem.

O atendimento aos trecheiros era breve, onde os profissionais, após perguntarem sobre o destino desejado, realizavam o preenchimento dos passes rodoviários e encaminhavam os trecheiros para o embarque imediato nas plataformas indicadas, acompanhando, na maioria dos atendimentos, os trecheiros até o local designado.

Procedimentos

O trabalho de campo foi realizado, semanalmente, junto à equipe do CREAS encarregada dos atendimentos à população de rua e na UAM, responsável pelo atendimento aos trecheiros, no período entre abril de 2013 a dezembro de 2013, totalizando, 38 visitas de acompanhamento no CREAS e 38 visitas de acompanhamento na UAM.

Acompanhamento das ações dos profissionais da UAM, que consistiam na recepção e encaminhamento de trecheiros que desembarcam na Rodoviária local, realizada na Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM), instalada no próprio terminal rodoviário. Nessa unidade, um funcionário da UAM recebe os usuários e dá o encaminhamento, em geral, uma passagem de ônibus para outra cidade, anotando em seguida em livro de registros, o nome do beneficiário e a data da passagem. Acompanhamos o trabalho desses profissionais, em plantões regulares, participando das entrevistas que realiza com os usuários e dos encaminhamentos, assim como dialogando sobre os casos atendidos.

Abordagem de moradores de rua nos logradouros e praças da cidade realizada pelos profissionais do CREAS. Uma equipe do CREAS é encarregada de fazer abordagens nas ruas procurando retirar delas trecheiros, mendigos, moradores de rua, “loucos” e demais personagens considerados em situação de risco, em sofrimento psíquico ou em uma condição de vida tida como indigna, para em seguida hospedar no hotel social ou encaminhar para clínicas de recuperação ou hospital psiquiátrico. Participamos das reuniões semanais dessa equipe onde foram discutidos os casos e as ações a serem realizadas, bem como acompanhamos a equipe nas abordagens que fizeram nas ruas da cidade e nos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Todas as nossas experiências de participação no CREAS, junto à equipe de abordagem das pessoas em situação de rua; na UAM junto aos profissionais que atendiam os trecheiros; no Grupo de Trabalho População de rua; nossos contatos com outros profissionais e cidadãos que participaram direta e indiretamente da pesquisa foram registrados em relatórios diários, tipo “diário de campo”, de maneira cursiva e detalhada contemplando falas e condutas dos profissionais em relação aos trecheiros e moradores de rua, para posterior realização da análise e discussão dos dados.

Forma de organização e análise dos dados

O foco da discussão da pesquisa foi progressivamente centrando nas políticas de gestão dos espaços urbanos e da mobilidade, a partir da atuação dos agentes públicos nos serviços de assistência social a trecheiros e pessoas em situação de rua, assim como, das formas de conceber os modos de vida dessas pessoas e dos sentidos produzidos dessa atuação.

Tal direcionamento do foco da pesquisa ocorreu após as releituras do material contido no diário de campo e também da categorização das temáticas. Nessa via, as questões da mobilidade, do uso dos espaços públicos pelas das pessoas em situação de rua e trecheiros foram ganhando destaque.

Dessa forma a discussão passou a privilegiar os modos de gerenciamento dos espaços que as pessoas em situação de rua e trecheiros poderiam utilizar e permanecer e também da sua mobilidade. As ações de gestão da presença e mobilidade de pessoas em situação de rua e trecheiros no espaço urbano ocorriam, primordialmente, nas praças e na rodoviária do município.

A questão da mobilidade das pessoas em situação de rua foi discutida detidamente no Grupo de Trabalho População de Rua, incluído na pesquisa por ser uma fonte importante de coleta de dados e, também por ser um caso raro em se tratando de município de médio porte, tornando-se assim ímpar sua análise.

No que se refere à análise e discussão da atenção aos trecheiros, mesmo com material em menor proporção no corpo do trabalho, é importante por apresentar as facetas de atendimento dos trecheiros e também pela UAM ser a responsável por gerir a mobilidade das pessoas que passavam pela unidade.

O trabalho da UAM teve menos destaque porque se tratava de um serviço bem consolidado e com uma rotina bem estabelecida. As práticas ali se repetiam dia a dia e a forma como os profissionais encaravam os usuários e o seu próprio trabalho era bem definida e explícita, traduzindo o entendimento que o poder público municipal tinha dessa população.

Na atenção aos trecheiros, realizada na UAM, eram disponibilizados apenas três profissionais e nenhuma ação além de encaminhamento aos municípios vizinhos ou pernoite no hotel quando aportava na cidade alguma família em trânsito. Por esse motivo consideramos contemplar a análise e discussão da atenção dispensada aos trecheiros, para também, confrontar com a atenção dispensada às pessoas em situação de rua no município.

Nesse sentido, os dados serão inicialmente apresentados em categorias descritivas com

o fim de melhor visualização das questões surgidas durante o processo de pesquisa, e também, após o término desta. A escolha das categorias segue caráter meramente didático, pois elas se interpenetram formando um emaranhado de pontos de intersecção, não sendo possível dissociá-las.

As categorias tratam do CREAS, da sua equipe e do portão da unidade; da UAM; do Grupo de Trabalho; sobre um abaixo assinado pedindo a remoção de moradores de rua de uma determinada área; das intervenções da equipe nas praças do município; das rondas; do hotel social; da casa de passagem; da atividade delegada; das internações; da questão da esmola; da questão de álcool e outras drogas; trabalho e moradia; retorno à família; da socialização; da relação entre público e privado; da morte; da limpeza; da violência e também do atendimento aos trecheiros.

Essas categorias serão analisadas e discutidas com base nas questões formuladas durante e após o processo de pesquisa conforme consta no método etnográfico, como aponta Viégas (2007). Essas questões são parte integrante da pesquisa etnográfica e permite uma orientação do que emerge no campo.

Como as questões se apresentam durante o processo de pesquisa, podendo se estender para além do término da coleta de dados, ressoando e produzindo questionamentos, mesmo depois de passados meses da pesquisa de campo, fazendo necessário maior atenção ao que emerge no processo de pesquisa.

Nesse processo muitos dos acontecimentos, familiares ao pesquisador, podem passar despercebidos, só se tornando inteligível tempos depois. Nesse sentido, Sato e Souza (2001, p. 42) diz que “Por tudo isso, o trabalho de campo etnográfico é extensivo e não intensivo. Os acontecimentos somente virão com o tempo e, também, os significados”.

Essas questões são decorrentes da observação participante e também dos dados coletados e descritos no diário de campo. Elas também são formuladas tendo em vista as impressões, sensações e questionamentos teóricos que o pesquisador descreveu complementarmente às anotações dos relatos das visitas. (VIEGAS, 2007; SATO; SOUZA, 2001).

As questões em que se baseiam a análise e discussão dos dados estão voltadas à mobilidade dos trecheiros e pessoas em situação de rua; da Política Pública de Assistência Social e das práticas dos agentes públicos sobre essas pessoas sustentadas por essa política como se seguem:

- 1 – Por que agir sobre a mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros?
- 2 – Por que a Política Pública de Assistência Social mesmo não sendo a política pública responsável pela mobilidade cumpre esse papel?
- 3 – Qual o papel que desempenha, para os agentes públicos, as instituições de internação e de acolhida das pessoas em situação de rua e trecheiros?
- 4 – O que significa a presença dos indesejáveis nos lugares públicos?
- 5 – Quais os motivos dos agentes públicos não deixarem os trecheiros entrarem na cidade?
- 6 – Por que, mesmo as pessoas em situação de rua não retornando e permanecendo na família, no trabalho, os agentes públicos buscavam constantemente essas medidas?

1. CIDADES E POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA

1.1 A cidade e o social

Abordaremos nesse tópico, as transformações da cidade e da vida cidadina concomitante à questão social e para tanto faremos um recorte histórico, iniciando no renascimento por considerarmos que nesse momento surge de maneira mais contundente o manejo da questão social, incluindo nesse manejo os nômades, vagabundos, pobres entre outros.

No Renascimento com o avanço da navegação e abertura dos portos, as cidades começam a modificar-se, servindo como ímã (ROLNIK, 2004) recebendo pessoas de várias regiões, mercadores, vagabundos, estrangeiros entre outros que, na maioria das ocasiões, não conseguiam adentrar os muros da cidade, mesmo portuária, criando um espaço de moradia e trocas extramuros constituindo, tanto dentro como fora das muralhas, os primeiros não nobres ricos, fruto do início do capitalismo. (SENNETT, 2001).

Ainda cabe ressaltar que nesse período existia, para além do litoral, território adentro, as cidades, ou melhor, protocidades feudais constituídas em torno dos grandes castelos dos senhores feudais para abastecer a parte de dentro do muro do castelo.

Com as revoluções e o incremento do capitalismo nos fins do século XVIII, início e meados do século XIX os muros caem, as cidades crescem e iniciam a formação das primeiras metrópoles que com o crescimento súbito trouxeram indústrias, fábricas, migração do campo e imigração de outros países, desordenamento do controle do crescimento das residências, bairros e “barracos” devido ao grande número de desempregados.

Acresce-se a esses, o aumento de doenças, devido à insalubridade, tanto das fábricas quanto das moradias e das ruas, aumento de vagabundos pedintes, da prostituição, da criminalidade, da libertinagem, da perda dos “bons modos”.

Além dessas mudanças, houve a ascensão da burguesia e família burguesa como modelo de vida a ser seguido, o início do higienismo, a invenção da infância e conseqüente imputação do cuidado pela família nuclear e não mais a extensa ou a criadagem, criando assim, um panorama propício à emergência dos “problemas sociais” decorrentes dessas transformações.

Essas transformações ocorreram principalmente no decorrer do século XIX como pontua Harvey (2001) com a nova roupagem da modernidade e a crescente urbanização e

também das consequências psicológicas, sociológicas, técnicas, organizacionais e políticas decorrentes de tais processos como se verifica a seguir.

Também parece que o modernismo, depois de 1848, era em larga escala um fenômeno urbano, tendo existido num relacionamento inquieto, mas complexo a experiência do crescimento urbano explosivo (com várias cidades passando da marca do milhão no final do século), da forte migração para os centros urbanos, da industrialização, da mecanização, da reorganização maciça dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política de que os levantes revolucionários de Paris de 1848 e 1871 eram um símbolo claro, mas agourento. A crescente necessidade de enfrentar os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça foi um dos canteiros em que floresceram movimentos modernistas. O modernismo era ‘uma arte das cidades’ e, evidentemente, encontrava ‘seu habitat natural nas cidades’. (HARVEY, 2001, p. 34).

Para lidar com tais questões, a cidade cria estratégias para espacializar os indesejáveis no início da modernidade colocando-os em alojamentos para poder controlá-los. Nesse sentido, fez-se necessário “O alojamento em cortiços, para uma grande parte da população, não simplesmente para mendigos, ladrões, trabalhadores causais e outros proscritos, tornou-se a moda característica da cidade crescente do século XVII.” (MUMFORD, 1991, p. 391).

A vida das metrópoles no século XIX é caracterizada pelo surgimento dos novos tipos como o *Flâniere* (BENJAMIN, 2000) com seu conhecimento da cidade, seus espaços, sua história, suas passagens e o *Blasé* (SIMMEL, 1973) com sua atitude de indiferença em relação aos demais são característicos dos modos de vida da época.

Ainda seguindo os passos de Simmel e Benjamin podemos perceber as transformações sofridas pelas cidades na virada do século XIX para o século XX com sua crescente racionalização da vida e da urbe, com a busca da excitação, com o surgimento da multidão e dos atuais recicladores entre outros.

Essa racionalização também era necessária nos modos de se relacionar, pois sem ela o caos poderia surgir, como pontua Simmel (1973, p. 14) “Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextrincável”.

Mesmo com a racionalização exigida nas cidades modernas na busca incessante de ordem e controle, muitas situações fugiram ao dito controle estabelecido para o convívio pacífico entre os cidadãos.

Dentre essas fugas podemos perceber os crimes, a prostituição, acidentes, ocupações irregulares, epidemias, desemprego, “desagregação” familiar, pessoas em situação de rua,

mendigos, trecheiros entre outros. Diante de tais fugas ao controle são buscados mecanismos para o restabelecimento da ordem com medidas repressivas.

Mas tais perturbadores da ordem não são exclusivos dos tempos modernos, existiam ao longo dos tempos, apenas modificando os atores responsáveis, contudo, os mais incômodos eram os vagabundos, depois os loucos.

Os leprosos juntamente com os vagabundos pedintes perturbavam a ordem do reino que utilizava medidas quase sempre idênticas para solucionar o problema, que consistia em expulsão da cidade, transportados para fora pela “nau dos loucos” (FOUCAULT, 2003), deixados à própria sorte.

Os que conseguiam escapar da nau e retornavam, sofriam marcação a ferro, trabalhos forçados, prisão e caso houvesse reincidências a última medida seria a execução, ou como exemplifica Foucault (2003, p. 64) “Uma decisão do parlamento datada de 1606 decide que os mendigos de Paris serão chicoteados em praça pública, marcados nos ombros, a cabeça raspada e expulsos da cidade.”.

Atualmente essa nau dos loucos se converte no ônibus dos indesejáveis que transportam as pessoas em situação de rua e trecheiros para fora da urbe através de concessão de passes rodoviários. (JUSTO, 2012).

Todas essas medidas sofreram mudanças com a consolidação dos Estados Nacionais que, com seus ideais liberais, buscavam alternativas mais humanitárias para a solução dos problemas surgidos principalmente com transformações econômicas, sociais decorrentes da crescente industrialização tendo como consequências o aumento rápido da pobreza, do êxodo rural.

Além dessas consequências há a ocupação desordenada da cidade e construção de casas amontoadas sem salubridade, com esgoto a céu aberto, com a promiscuidade que colocava em risco o ideal burguês de família, exigindo assim, intervenção que solucionasse o problema sem a perda do contingente humano. Era preciso educá-los aos modos de vida civilizados requeridos pelos valores democráticos e liberais.

É interessante notar que nesse período há uma transformação do modo de configuração familiar, a cidade passa da família extensa, característica do regime anterior, para a família nuclear, signo do modelo burguês como postula Le Goff (1998, p. 100) “É na cidade que passa da família ampliada, que é o tipo de família do campo e da feudalidade, em que vivem juntos os filhos, os parentes, diversas gerações, em suma, à família nuclear – os pais e filhos apenas”.

Não foi só a transformação da família que é importante ressaltar nessa nova configuração da modernidade. Sob os auspícios do Iluminismo, já com os ideais liberais presentes, essa nova questão mudou os rumos da arquitetura das cidades, que passa agora, a se preocupar em organizar a cidade para lidar tanto com as revoluções, com as resistências e insurreições, como também com a questão social, para lidar com a massa de pobres e miseráveis das cidades.

Essa transformação foi descrita de forma impar por Benjamin (2006) que deu o nome desse processo de haussmanização, executada pelo Barão Haussmann na cidade de Paris sob o Império de Napoleão III. Nesse processo Haussmann impôs uma transformação radical na cidade de Paris derrubando prédios, igrejas, alargando ruas e avenidas, pavimentando e deixando em linha reta as ruas, realocando as “classes populares” para as periferias.

A ação era no sentido de transformar as passagens da cidade e os Boulevares com o intuito de aplacar as forças revolucionárias e insurgentes, como expressa Benjamin (2006, p. 69) “A verdadeira finalidade dos trabalhos de Haussmann era proteger-se contra a eventualidade de uma guerra civil. Queria tornar para sempre impossível a construção de barricadas nas ruas de Paris”.

Esse ideário de transformação radical das cidades também é expressa por Berman (2007) que escolhe três cidades para sua discussão. No prefácio ele recorre ao empreendimento brasileiro de construir uma cidade no meio do nada, por Juscelino Kubistchek e levada a cabo por Niemayer, uma cidade idealizada, racionalizada, hierarquizada e especializada em que cada classe social teria seu espaço.

Essa transformação também ocorreu na cidade de São Petersburgo, porém a transformação radical da cidade, à custa de milhares de vidas, servia para mostrar a pujança do Estado russo e complementa com a transformação da cidade de Nova Iorque perpetrada por Moses que queria levar a cidade rumo ao desenvolvimento, devastando vários bairros populares em nome do progresso.

É importante frisar que essas transformações ocorreram com o auxílio dos saberes científicos que emergiram no século XIX como a arquitetura, como também, com as ciências humanas e biológicas, que tomaram como objeto de estudo e atuação, as mazelas da questão social.

1.1.1 Mobilidade urbana, a questão social, riscos e perigos

Concomitante a essa mudança de foco de atenção do Estado para com o cidadão surgiram e/ou consolidaram as ciências sociais e humanas tais como Sociologia, Psicologia, Direito, Medicina, Psiquiatria, Psicanálise, Arquitetura, Serviço Social, Pedagogia que contribuíram cada uma à sua maneira para o processo de normalização das condutas, higienização dos corpos e da cidade, vitalização e ordenamento da cidade, Garantia de Direitos, socorro aos necessitados e educação das crianças e das famílias.

Donzelot (2001, p. 01) complementa pontuando que “A partir do final do século XIX surgiu uma nova série de profissões: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Todas elas se reúnem em torno de uma bandeira comum: o trabalho social”.

Além das ciências sociais outro fator importantíssimo para a mudança da relação Estado-Indivíduo foi a invenção da polícia, entendido conforme os dizeres de Foucault (2003, p. 63), como o “[...] conjunto das medidas que tornam necessário para todos aqueles que não poderiam viver sem ele”, responsável pelo gerenciamento da vida de todos os cidadãos intervindo nos seus modos de viver com a finalidade de educá-los e, nesse sentido, Von Justi (apud DONZELOT, 2001, p.12-13) complementa e esclarece a função da polícia ao dizer que:

A polícia tem por objetivo assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ele for capaz. A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em consolidá-la, melhorá-la e em agir de forma que tudo concorra à felicidade dos membros que a constituem. Ela visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva à consolidação e ao aumento de seu poder, como também à felicidade pública.

Nesse momento se tornou propício a ascensão de um novo conjunto de mecanismos e estratégias para lidar com todas essas “problemáticas” que persistia em afetar o Estado denominado de *O Social* (DONZELOT, 2001) ou da *Questão Social* (CASTEL, 2009).

O Social ou a *Questão Social* constituem de um híbrido entre Estado, instituições e ciências para manutenção da coesão estatal e reduzir ou eliminar as fraturas que podem perverter essa coesão nascendo de um “[...] regime de flutuação, onde as normas substituem a lei, os mecanismos reguladores e corretivos substituem o padrão”. (DELEUZE, 2001, p.10).

Ainda seguindo as trilhas de Deleuze (2001, p. 05) sobre as tecnologias que se ocupam do social podemos constatar um conjunto de saberes atuando em campos delimitados com objetivos específicos com vistas à normalização, pois “O social tem por referência um setor particular em que se classificam problemas na verdade bastante diversos, casos especiais,

instituições específicas, todo um pessoal qualificado (Assistentes ‘sociais’, trabalhadores ‘sociais’), para cuidarem dos que não se encaixarem nos padrões estabelecidos como civilizados, desenvolvidos e sociáveis.

Robert Castel (2009, p. 30) vem definir o que ele denomina de *A Questão Social* lembrando que essa problemática não é exclusiva do século XIX, mas remete ao século XVI, sofrendo metamorfoses durante o passar do tempo, sendo essencialmente: “[...] uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”.

Risco que gera inquietação como busca de coesão, como se pode notar a seguir: “*A ‘questão social’ pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade*”. (CASTEL, 2009, p. 41, grifos do autor).

Castel (2009, p. 415-416) complementa chamando a atenção para a relação pauperismo-fratura-dissociação ao dizer que “A ‘questão social’ é então, exatamente, a tomada de consciência de que essa fratura central, posta em cena através das descrições do pauperismo, pode levar à dissociação do conjunto da sociedade”.

A questão social também é objeto de análise por Hanna Arendt (2011), colocando-a como a pobreza, que é um estado de carência constante e miséria aguda, postulando a emergência dessa questão com a Revolução Francesa de 1789, quando essa utiliza a pobreza como questão política para a consecução de seus objetivos.

Hannah Arendt (2011) complementa dizendo que a pobreza tornou-se questão social quando houve a troca da luta da questão da libertação da opressão bem como a luta para instaurar a liberdade, para outra que consistia em: “[...] libertar o processo vital da sociedade dos grilhões da escassez, para que ela se convertesse em abundância. Agora, o objetivo da revolução não era mais a liberdade e sim a abundância” (ARENDR, 2011, p. 98) com a finalidade de garantir a felicidade do povo (pobre).

Hannah Arendt (2011) considera que os escritos de Marx contribuíram significativamente para a consolidação dessa mudança de atenção da liberdade para a necessidade, assim como da opressão para a escassez com questão da luta de classes e a consequente exploração da burguesia sobre os proletários, colocando o proletário como o ator de transformação das condições sociais e os proletários, em sua imensa maioria, miseráveis, não possuíam outra ferramenta além de sua força de trabalho, necessitando assim, serem empoderados.

A pobreza como questão social é um dos maiores chamarizes para a atuação do Estado, para pesquisas, para obras de instituições, para criação de categorias de intervenção e para a propositura de alternativas de sua erradicação.

Donzelot (2001, p. 61) cita um exemplo de atuação para suprir as necessidades dos pobres categorizando os necessitados, pois “[...] a fim de se tornar os socorros úteis àqueles, e somente àqueles de que necessitam, os filantropos se encarregam inicialmente, de mudar sua natureza”. (DONZELOT, 2001, p. 64).

A pobreza traz consigo uma série de implicações e estigmas tais como, “desestrutura familiar”, indolência, delinquência, drogadição, promiscuidade sexual, vadiagem, analfabetismo, desqualificação profissional, etc., e, é nesses aspectos que o trabalho social visa atuar, ou conforme aponta Foucault (2010, p. 49), a busca da correção desses “males” pelas instituições sobre os indivíduos e sua família visto que:

O contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado: economia; ou no máximo, é a família em sua relação com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apoiam. O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que exige entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc. esse contexto, portanto, é que o campo de aparecimento do indivíduo a ser corrigido.

A família como objeto do social foi locus privilegiado para a ortopedia social que visa o endireitamento tanto da família quanto de seus membros visto que:

O que perturba a família são os filhos adulterinos, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados e inutilizáveis. (DONZELOT, 2001, p. 29).

Essa ortopedia da família, juntamente com outras tecnologias trouxeram novas configurações de uma família regida pela hierarquia para uma família onde o primordial são os modos de relacionamento dos seus membros.

Portanto, “[...] a família tende a tornar-se uma estrutura relacional cuja consistência depende, quanto ao essencial, da qualidade das relações entre seus membros. A promoção de uma ordem familiar enquanto tal, tornando-a dependente de autorregulações que ela própria deve controlar”. (CASTEL, 2009, p. 533).

Nessa tônica Costa (2004) traz a íntima relação entre cidade e família surgida no século XIX, que perdura até os dias atuais. A cidade era o reflexo da família, visto que o “Universo familiar e universo cidadão interpenetravam-se, modelavam-se mutuamente, numa estreita ligação de simbiose e dependência”. (COSTA, 2004, p. 36).

Nesse sentido, se a família não cumpria com suas obrigações a cidade estaria em sérios riscos. Por esse motivo, “A partir da terceira década do século passado, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos”. (COSTA, 2004, p.11).

As intervenções estatais, institucionais, das ciências no social estiveram e ainda estão voltadas para a massa de inúteis, dos indesejáveis, dos causadores de instabilidade social e hoje se torna cada vez mais premente a atenção aos vulneráveis bem como as suas situações de vida nos espaços, territórios citadinos que geram riscos. (CASTEL, 2009).

Uma das preocupações do social é dar conta da errância, por esta trazer a instabilidade à sociedade sedentarizante, por remeter o desejo de errar, de não fixar, de sair “sem eira nem beira” (JUSTO, 2011), ou como aponta Maffesoli (2001, p. 51) ao caracterizar o fundamento da errância como desejo de evasão, de migrar, se deslocar, de romper com a fixação, pois “O que move é coisa totalmente diferente: o desejo de evasão. É uma espécie de ‘pulsão migratória’ incitando a mudar de lugar, de hábito, de parceiros, e isso para realizar a diversidade de facetas de sua personalidade”.

Maffesoli (2001) continua enfatizando a errância como fundadora e propiciadora de mudanças, de transformações, promovendo interações e convivências, não sendo exclusividade de alguns, pois “Assim, qualquer que seja o nome que se lhe possa dar, a errância, o nomadismo está inscrito na própria estrutura da natureza humana; quer se trate do nomadismo individual ou social”. (MAFFESOLI, 2001, p.37-38).

Justo (2011, p. 19) também dá sua contribuição para o entendimento da errância ao afirmar que:

Tomada em sua radicalidade, a errância significa uma movimentação constante, sem parada, sem rumo certo, sem destino e objetivo definidos. [...] Em dimensões mais constrictas, a errância pode ser apreendida nas diferentes formas de perambulação do homem pelo mundo (viagens, êxodos, peregrinações, caminhadas, migrações), impulsionado por diferentes motivos.

No entanto, o Estado moderno com seu ideário sedentarizante, trata de controlar, gerir, modular a errância e o nomadismo por estes não serem mais considerados modos de vida desenvolvidos e modernos, remetendo a arcaísmos e a retroguardação como postula Maffesoli (2001, p. 24) “O nomadismo é totalmente antitético em relação à forma de Estado moderna. E esta se preocupa constantemente em suprimir o que considera sobrevivência de um modo de vida arcaico”.

Mas a preocupação com a errância, expressa na figura do vagabundo, não é fruto apenas dos Estados modernos, ela remete também às sociedades pré-industriais que agiam

com medidas repressivas na tentativa de excluir a vagabundagem que trazia insegurança e imaginário de subversão que esta representava. (CASTEL, 2005).

Já após a constituição dos Estados Modernos, com sua preocupação de manter a vida, há uma reordenação na questão da errância e do nomadismo, se antes as táticas eram voltadas para a punição direta, agora o objetivo é outro: gerir os corpos para sedentarizá-los como aponta Maffesoli (2001, p. 130):

Certamente, ao longo de todo o século XIX, o nomadismo sofreu um cerco, houve um constante esforço das instituições para estabilizar os costumes, domesticar a paixão, moralizar os comportamentos, mas tudo isso foi insuficiente para erradicar essa pulsão vital que incita a buscar a aventura, a descobrir o estranho e o estrangeiro, e isso a fim de dar outra vez àquilo que tende a fechar-se sobre si e, assim, a morrer de inanição.

Esse panorama não se modificou nas últimas décadas, apenas sofreu alterações em suas configurações, muito pela ascensão da Sociedade de Controle⁵ (DELEUZE, 2008) e também da dromologia⁶ (VIRILIO, 1996) ancoradas na velocidade e na modificação do espaço/tempo – espaço abertos e tempo não segmentado.

Apoiados também pelas noções de rede, monitoramento, territorialização, acompanhamento, atrelados às novas tecnologias, produziram estratégias de controle, modulação da dromologia, da velocidade dos fluxos e, nessa via, a errância e o nomadismo também não escaparam de tais estratégias.

Essas estratégias podem ser vistas nos cadastramentos dos beneficiários e usuários das políticas assistenciais e de saúde por meio dos sistemas informatizados e interligados que podem ser acessados pelos agentes em qualquer parte do país, contendo informações sobre as vidas desses sujeitos (JUSTO, 2012), bem como o esforço de criar sistemas informatizados

⁵ A sociedade de controle, na concepção de Deleuze (2008), surge como sucedânea da sociedade disciplinar, substituindo o espaço fechado e a clausura pelos espaços abertos e o tempo segmentado pelo tempo contínuo. Não se trata mais de confinar e enclausurar para vigiar e disciplinar os corpos e nem de organizar atividades em espaços de tempo segmentados, sob o princípio de colocação de cada coisa num determinado tempo e lugar, mas sim de deixar o sujeito fluir e transitar por espaços abertos e sem enquadramentos de tempo, no entanto, criando-se dispositivos capazes de vigiá-lo e controlá-lo onde quer que esteja e a qualquer tempo. Na sociedade de controle espaço e tempo são flexíveis fazendo com que se possa realizar diferentes coisas em diferentes lugares e sem limite de tempo. Dessa forma o trabalho, por exemplo, não tem um segmento de tempo delimitado e nem um espaço determinado. É possível trabalhar em qualquer lugar e a qualquer hora do dia ou da noite, como ocorre, em geral, com tele-trabalhadores.

⁶ Virilio (1996) utiliza o radical *Dromo*, extraído do Grego, para enfatizar a importância do movimento e da velocidade, ao longo da história do homem e, sobretudo, no mundo atual. Segundo ele é a velocidade e as mobilidades que estão na base da economia (produção e distribuição veloz; velocidade do deslocamento de capitais), da política (tem poder quem é capaz de controlar velocidade e rotas do mercado, das massas, de forças militares, da produção de conhecimento e assim por diante), da constituição do sujeito (sujeito que se faz em movimento, criando trajetividades, sujeito transumante, trajetivo). A partir do radical Dromo cria vários neologismos: dromopolítica, dromocracia, dromológico etc.

específicos para as pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos para saber além dos dados vitais, as rotas que eles transitam.

A errância do andarilho torna-se assim, objeto de ameaça por escapar de vários mecanismos de dromocontrole produzidos pela sociedade contemporânea, tornando-se assim uma ameaça, tal como postula Justo (2012, p. 88),

Tal errância do andarilho acaba representando uma ameaça por ser construída à revelia das amarras dos instrumentos e estratégias de controle social. Diferentemente daquelas cineses e movimentações devidamente reguladas pelos refinados instrumentos de dromocontrole ou de controle remoto, amplamente espalhados, a errância do andarilho, por escapar das principais agências sociais de controle de produção de circulação do sujeito, torna-se mais independente, autônoma e por isso mesmo pode representar alguma ameaça.

Essa ameaça também é vista pelo desprendimento dos errantes dos aparelhos sociais bem como dos sistemas de proteções e obrigações instituídos, como nos mostra Donzelot (2001, p. 50) “É no nível das pessoas sem fé, sem eira, nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem em nada ligados ao aparelho social, desempenham o papel de perturbadores nesse sistema das proteções e obrigações.”, por esse motivo precisam ser controlados.

Ainda nessa linha Castel (2009, p. 128) acrescenta outros fatores que trazem preocupação e ameaça à sociedade por não se encaixarem nos padrões normativos instituídos, visto que “[...] [os vagabundos] romperam o pacto social – trabalho, família, moralidade, religião – e são inimigos da ordem pública”.

Família, trabalho e propriedade – o tripé de sustentação da vida sedentária e dos modos capitalísticos não são os que movem a errância. Para os parâmetros do sedentário o errante é fonte de preocupação como assegura Maffesoli (2001, p. 165-166) “Em relação ao sedentário, o errante é, de fato, sempre inquietante”.

Inquietante também pelo fato de os errantes, constituídos preponderantemente por pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos, não possuem, ou melhor, não se referenciam pela propriedade, instituição social por excelência como aponta Castel (2005, p. 22) “A propriedade é de fato a instituição social por excelência, no sentido de que ela cumpre a função essencial de salvaguardar a independência dos indivíduos e de assegurá-los contra os riscos da vida”.

Como os errantes não estão engatados nas funções fundamentais da vida sedentarizante – família, trabalho, propriedade – tornam-se desfiliaados⁷, fora das seguranças

⁷ Castel (2009, p. 24) considera desfiliação “[...] a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional [...]”, não configurando “necessariamente a ausência completa de vínculos, mas também à

que tais funções possam oferecer, entregue às incertezas, constituindo os “inúteis para o mundo” do qual a questão social, manifestada na figura dos agentes públicos, deve se encarregar, pois:

O núcleo da questão social hoje seria pois, novamente, a existência de ‘inúteis para o mundo’, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa. (CASTEL, 2009, p. 593).

Vulnerabilidade e riscos são os pontos nodais da questão social na atualidade, o ponto focal de atuação da política social brasileira que busca “emancipar” e incluir esses supranumerários⁸ que ainda persistem em produzir os mesmos comportamentos anteriores.

Hoje, com a crescente preocupação com as drogas, com os “drogados” e com o tráfico, com o aumento da sensação de insegurança, além da favelização que insiste em fazer parte da paisagem das grandes cidades, faz reavivar um conceito utilizado já no século passado que é o risco.

Esse conceito é definido por Castel (1987) da seguinte maneira:

Um risco não resulta da prevenção moderna de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou *fatores* (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis. (CASTEL, 1987, p. 125, grifo do autor).

Castel (2005, p. 61) complementa e explicita a noção de risco ao postular que “Um risco no sentido próprio da palavra é um acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará podem ser previamente avaliados”.

Riscos que fazem parte da paisagem das cidades, visto que o inimigo já não é mais o estrangeiro e sim o cidadão, o vizinho, que a qualquer momento pode perverter a ordem e tomar de assalto para causar danos, sensação que Bauman (1999) vai caracterizar como medo fazendo os indivíduos se encerrarem nos seus lares como se pode notar a seguir:

Os medos contemporâneos, os ‘medos urbanos’ típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no ‘inimigo interior’. Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade *como um todo* – como propriedade coletiva e garante coletiva da segurança individual – do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar *dentro* da cidade. (BAUMAN, 1999, p. 55, grifos do autor).

ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido” (p. 536), em suma é um sujeito desengatado das produções sociais.

⁸ Castel (2009, p. 28) diz que os supranumerários são os inúteis para o mundo, não integrados e não integráveis, já que vivenciam “[...] a impossibilidade de conseguir um lugar estável nas formas dominantes da organização do trabalho e nos modos reconhecidos de pertencimento comunitário [...]”.

Riscos e medos geram insegurança, pois o indivíduo nessa situação não consegue “[...] nem controlar o presente, nem antecipar positivamente o futuro” (CASTEL, 2005, p. 31), e dessa sensação de insegurança o sujeito se sente desprotegido, buscando mecanismos e instituições que lhe garantam a segurança desejada e, Castel (2005) complementa essa questão ao apontar que:

A insegurança é tanto a *insegurança social* como insegurança civil. Ser protegido nesta esfera significa estar ao abrigo das peripécias que ameaçam degradar o estatuto social do indivíduo. Portanto, o sentimento de insegurança é a consciência de estar à mercê dessas eventualidades. (CASTEL, 2005, p. 27, grifos do autor).

A situação dos que são historicamente considerados vagabundos e, hoje dos andarilhos, trecheiros e pessoas em situação de rua, sofreu mudanças quanto à atenção dedicada, mas em sua maioria ainda são considerados como alguém fora dos padrões de sociabilidade, indisciplinado como postula Donzelot (2001, p. 119): “O vagabundo, esse ‘degenerado impulsivo’, essa encarnação do atavismo e da indisciplina reunidos é interessante demais aos olhos da psiquiatria para que ela, como a justiça, o transforme em uma categoria particular.”

Categoria que não é tão recente, remetendo aos séculos XVI e XVII, tornando objeto da questão social, principalmente devido à insegurança gerada pela sua presença nesse período conforme diz Castel (2009, p. 14):

O caso do vagabundo foi a grande questão social dessas sociedades [pré-industriais]. Ela mobilizou um número extraordinário de medidas de caráter repressivo para tentar – em vão, aliás – erradicar esta ameaça de subversão interna e de insegurança cotidiana que os vagabundos representam.

Essa insegurança se dá após o crescimento de vagabundos, desempregados e miseráveis nas cidades, deslocando a atenção da questão social para o trabalho e seu valor, como aponta Le Goff (1998, p. 50) “Será preciso esperar o crescimento dos vagabundos, dos desempregados, dos miseráveis, para que haja novamente um questionamento sobre o valor do trabalho”.

Mas, mesmo com a insegurança trazida pela categoria dos sem trabalho, a burguesia tolerava esses sujeitos, considerando até interessantes e desejados, pois poderia praticar um gesto nobre, que consistia em dar esmolas. Nesse sentido, “O mendicante é quase desejado na cidade, ele permite ao burguês trabalhar pela sua salvação oferecendo esmolas”. (LE GOFF, 1998, p. 51).

No entanto antes da ascensão e consolidação da burguesia a prática dos cidadãos era colocar os indesejáveis fora da cidade, mas a uma distância que se podia controlar como aponta Le Goff (1991, p. 174) “Aliás, os cidadãos mantêm esses pobres, esses doentes, a pouca distância da cidade, fora das muralhas, suficientemente longe para evitar o ‘contágio’, suficientemente perto para ter a consciência tranquila, olhando-os de tempos em tempos e ‘assistindo-os’”.

Para cessar essa insegurança e a ameaça de subversão gerada pela presença dos vagabundos, foi adotada como medida para solucionar o problema, a Grande Internação (FOUCAULT, 2003, 2009) em asilos, casas de trabalho ou nas casas de correção.

Castel (2009, p. 74) complementa a assertiva anterior ao dizer que “A ‘grande reclusão’ dos mendigos, implementada também em escala europeia do século XVII, não desmente, a despeito das aparências o princípio da assistência a quem está próximo”.

Assistência precária, prestada pela Igreja conforme aponta Sennett (2001): “O aparecimento dos esmolares laicos e mendicantes, andando ao acaso, encorajou homens e mulheres necessitados a vir *para* igrejas que davam tudo por elas” (SENNETT, 2001, p. 155, grifo do autor) e, pelo Reino, somente para os andarilhos, reconduzindo em seguida, ao seu local de origem.

Aos que conseguiam permanecer na cidade sofriam as sanções impostas, mesmo a esmola sendo uma prática da burguesia, pois houve uma mutação na moralidade sobre a mendicância, que mesmo ocorrendo era reprovada como uma forma de vagabundagem e fuga do trabalho, passando a ser criminalizada.

Todos aqueles aptos para o trabalho que mendigavam eram presos, pois “Mendigação torna-se, para o pobre válido, um crime. A mendicância, até então reprovada, passa a ser reprimida”. (LE GOFF, 1992, p. 176), atitude que perdurou no Brasil até o ano de 2009, com a descriminalização da mendicância no país.

Ghon (2003) ao falar sobre a cidade brasileira acentua para a busca do país de parecer desenvolvido, mesmo à custa da violência contra os indesejáveis, tirando eles da visão dos estrangeiros já que a política estatal no Brasil, no período de 1900 a 1930, era de buscar o capital estrangeiro.

E para que isso ocorresse era necessária uma mudança significativa das cidades, uma reformulação total das cidades com vistas a embelezá-las para atrair esses estrangeiros e como parte dessa política “[...] os pobres e mendigos eram recolhidos das ruas como vagabundos. Muitos deles, sem casa nem local de moradia, passavam as noites em pensões, dormindo até em escadas, para fugir das ‘barrachadas’ da polícia”. (GHON, 2003, p. 63-64).

O Vagabundo tornou-se desfilado do social por não ter emprego, residência, higiene satisfatória, não ser territorializado entre outros, como também, por representar risco à ordem social como bem expressa Castel (2009, p. 56) ao postular que:

A representação do vagabundo será sobredeterminada pela reminiscência dessas figuras ameaçadoras. Entretanto, como se verá, o vagabundo representa um outro tipo de estrangeiro. Tornou-se outro, desfilado em relação a uma ordem social a que havia pertencido anteriormente. Em um sentido estrito, a figura do vagabundo só pode aparecer em um mundo estruturado do qual se desatrelou. O estrangeiro e/ou o andarilho, ao contrário, simbolizam a alteridade total em relação a um tipo de organização comunitária que ainda autogerencia suas turbulências. (CASTEL, 2009, p. 56).

O afluxo dos indesejáveis e desfilados para as cidades traziam (trazem) a insegurança aos cidadãos e, por esse motivo faz-se necessário gerir essa massa que vinha de todos os lugares como aponta Foucault (2008, p. 24): “[...] a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos. Etc., [...]”, esse afluxo se torna mais visível nos últimos anos com a crescente mobilidade intra e intercitadinas.

Bauman (1999) ao tratar da globalização tem como figuras expoentes o turista e o vagabundo, sujeitos antitéticos onde a um é possibilitado a entrada e ao outro é vedada até a parada e esses vagabundos pós-modernos “[...] são viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas. Não se permite nem que fiquem parados (não há lugar que lhes garanta permanência, um fim para a indesejável mobilidade) nem que procurem um lugar melhor para ficar”. (BAUMAN, 1999, p.101).

Nesse sentido, os turistas sonham com um mundo livre dos vagabundos tido por Bauman (1999, p. 16) como os indesejáveis sociais, os pobres, e retira a ilusão desses turistas de um mundo sem vagabundos ao afirmar que “*Um mundo sem vagabundos é uma utopia da sociedade dos turistas.*” (grifos do autor).

Mesmo antes da globalização a questão social para com os “despossuídos” já se fazia presente nas cidades brasileiras que lidavam de forma diversa conforme as épocas. Antes “A rua colonial era um local reservado a homens, vagabundos, capoeiras, ciganos, ladrões, negros, quadrilheiros, prostitutas, mendigos ou penitentes” (COSTA, 2004, p. 119), após independência os “Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc., servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica”. (COSTA, 2004, p. 33).

Essa questão é também descrita por Ghon (2003, p. 190) ao escrever que “O período do final do século passado e início deste [séc. XIX para séc. 20] assinalam a existência de uma massa de despossuídos que perambulava pelas ruas, a chamada turba urbana,

condensação de desempregados ambulantes, prostitutas, artistas de rua, mendigos etc.”, que era questão de saúde pública, de polícia como também de institucionalização.

Até meados do século XX a questão social era regida pela sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2009) em que suas ações se davam em espaços fechados tais como na escola, na fábrica, na igreja, na família, na prisão entre outros com centralização das ações para garantir a disciplina.

Na sociedade de controle (DELEUZE, 2008) o espaço de intervenção é o aberto, ramificado, como se pode notar nas políticas públicas baseadas nos critérios de território, descentralização em que os agentes públicos transitam nesses territórios, traçando estratégias de intervenção a mais direta possível.

Essas mudanças nas cidades contemporâneas se devem em muito ao que Virilio (1996) postula como dromologia, a assunção da velocidade como questão política e a gestão do movimento como poderosa estratégia política e de exercício de poder.

A cidade deixa de ser um lugar de enraizamento para ser um lugar de trânsito como se nota a seguir: “A cidade é apenas uma paragem, um ponto sobre a via sinóptica de uma trajetória, antigo talude de fortificação militar, plataforma de vigilância, fronteira ou margem, onde se associam instrumentalmente o olhar e a velocidade de locomoção dos veículos”. (VIRILIO, 1996, p. 21).

A cidade dromológica regula os fluxos de movimentos, cria corredores de trânsito, gerenciando a massa de passantes, viajantes e cidadãos nos espaços urbanos – ruas, praças, estradas, rodovias e outros espaços de fluxos.

Ao remetermos a espaços de fluxos torna-se importante considerar o que Augé (2012) postula como não-lugares, aqueles espaços de passagem, de não fixação, de trânsito rápido, aqueles não identitários e de rápida circulação de pessoas em que o sujeito permanece o mínimo de tempo possível ou são colocados em movimento.

O fluxo de movimento também pode possibilitar experiências aos passantes, destes percorrerem as cidades e encontrarem sentidos nesse percurso, conforme postula Certeau (1994, p. 173) onde a cidade possui possibilidades a serem desvendadas ao caminhar assim, “‘A cidade’, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra”, complementando.

Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer.

Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. (CERTEAU, 1994, p.177-178).

O espaço e o controle da velocidade é parte fundamental para a atuação das políticas públicas que busca gerir as populações em territórios, controlando seus fluxos tanto territoriais quanto afetivos, econômicos, para que não escape dos tentáculos da rede produzidos na sociedade de controle.

No caso dos nômades e errantes as estratégias são para conter ou modular seu fluxo, colocando-os em instituições, deslocando-os no território citadino ou fazendo-os estar em trânsito permanente.

Além de tais estratégias ainda persistem condutas, ações, práticas e discursos que desqualificam a errância e o nomadismo ou a criminalizam, praticadas mesmo por aqueles que atuam diretamente sobre eles e deveriam garantir seus direitos, ou das políticas públicas que ainda persistem em utilizar como instrumental o tripé sedentarista família-emprego-propriedade para um público que faz do movimento seu modo de viver, bem como o desprendimento dos modos sedentarizantes durante seu trajeto.

1.2 A política pública de assistência social

Como de praxe faz-se necessário um recorte histórico da Assistência Social como técnica e estratégia predominante no manejo do social para se compreender a atual política pública dispensada pelo estado brasileiro após o ano de 1993 e, principalmente após o ano de 2004, para a população em risco e/ou vulnerabilidade pessoal e/ou social, bem como para as pessoas em situação de rua (nesse incluso os andarilhos e trecheiros).

No tocante à explanação da história da Assistência Social, ou melhor, do Serviço Social, cremos que a tese de Nascimento (2012) é esclarecedora ao postular que o Serviço Social, ao longo da história, foi atravessado por duas grandes problemáticas: a da submissão e da normalização.

O foco principal dos serviços assistencialistas consistia na lógica da caridade, calcada nos ideais cristãos, bem como no clientelismo, visando a disciplina e normalização do indivíduo e da família para adequação a padrões de sociabilidade, de aceitação das medidas normalizadoras, como também de modos de vida condizentes aos humanamente aceitáveis.

É interessante notar que essas duas problemáticas não são antagônicas ou dissociadas, elas se intercambiam, influenciam-se mutuamente e se agregam a outras tecnologias de cuidado das questões sociais.

Nascimento (2012) realiza o percurso do serviço social ao longo da história, que passaremos a descrever a seguir, remetendo seu início na antiguidade a partir da concepção monoteísta defendida por Moisés e, nesse período o serviço social estava relacionado ao conceito de auxílio ao próximo.

Passa pela ascensão do cristianismo como religião oficial de Roma, a partir do século III em que essa concepção de auxílio ao próximo ganha novas roupagens, principalmente com os ensinamentos morais de Cristo e a concepção de igualdade dos homens perante Deus.

A concepção do serviço social vinculada à moral cristã prossegue Idade Média adiante, agora com a preocupação voltada para a caridade e a criação de instituições para administrar as obras de assistência destinadas aos pobres sob a responsabilidade das grandes ordens religiosas.

Com a chegada do Renascimento, com as mudanças ocorridas como o enfraquecimento do sistema feudal e com o surgimento da Reforma Protestante que dá ao homem o domínio da razão e da linguagem e, nesse período, a pobreza passa a ser vista como provação, sendo dever da sociedade assistir aos necessitados.

Mas foi com Rousseau que surge o conceito de filantropia, a caridade secularizada e apartada dos conceitos religiosos, tendo em Vicente de Paula a figura mais importante nesse momento histórico, com a preocupação intensiva de eliminar a pobreza e a mendicância das ruas além dos chamados estrangeiros, pessoas fora da cidade que a adentravam.

Nesse período, segundo Nascimento (2012), inicia o movimento de intervenção do Estado na assistência aos miseráveis, dentre eles, com destaque para os velhos, órfãos, viúvas e doentes. Havia também, nesse período a discriminação de pessoas que viviam na rua, prostitutas, ladrões entre outros, considerados defeitos morais.

Com o aumento do pauperismo na Europa e a crescente discriminação dos indigentes e vagabundos faz o Estado, no século XVIII, adotar estratégias para manobrar essa massa de miseráveis para não correr o risco de revoltas dessa população. Nesse período destaca os ideários iluministas e liberais, que atravessa o século, buscando garantir a ordem pública e, conseqüentemente, tentando afastar os riscos de aniquilação social.

No século XIX, com o crescimento da industrialização e do desenvolvimento tecnológico, tornaram-se necessárias novas estruturas organizacionais com a intervenção estatal nas práticas de caridade.

No entanto, é no fim do século XIX e início do século XX que há a profissionalização da assistência social com a criação do primeiro curso de Serviço Social em 1898 nos Estados Unidos, além da participação de entidades internacionais que têm como foco o serviço social e a assistência social. Após essa data, também houve congressos e a elaboração das regulamentações da profissão.

No Brasil o serviço social, enquanto ciência, só ocorre após o regresso de duas senhoras brasileiras (Maria Kiel e Albertina Ramos) que foram à Bélgica estudar na Escola de Serviço Social de Bruxelas. Ao retornarem fundaram a primeira escola de serviço social no Brasil no ano de 1936, mas ainda com fortes influências europeias e da língua francesa, ancoradas ainda, sob o viés paternalista e familiar, referenciadas nos aspectos empíricos.

No entanto, a mudança significativa nos rumos do serviço social e da assistência social ocorreu após o Congresso de Araxá no ano de 1967 que dá à profissão caráter eminentemente científico, que buscava a ruptura do modelo positivista-funcionalista para uma aproximação da tradição marxista com projeto político de transformação social. (NASCIMENTO, 2012).

Tendo em vista que o serviço social e, por conseguinte, a assistência social passou por várias transformações até tornar o referente na política pública da assistência atual. Por esse motivo, nosso objetivo, nesse capítulo, é rastrear os marcos da preocupação pública-governamental com a assistência que irá progressivamente associar-se à ciência e profissionalizar as práticas assistenciais até chegar ao que temos hoje.

Considerando a amplitude da temática da Assistência Social/Serviço Social tanto na questão histórica como nos fundamentos epistemológicos, nosso objetivo nesse momento é traçar algumas linhas sobre a Assistência Social brasileira da Era Vargas com a Criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ao atual Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A escolha se justifica pela mudança ocorrida após o governo Vargas, em que a assistência deixa de ser essencialmente, ou melhor, apenas privada para também se tornar pública, culminando com a política pública atual conforme conhecemos e que prega a garantia de direitos em contraposição ao assistencialismo e à filantropia, tão característicos nos períodos que antecederam a criação do Sistema Único de Assistência Social.

No Estado Novo – Era Vargas – a questão social sofreu transformações, principalmente com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a preocupação com a família e com os pobres, chegando Vargas a ser considerado o “pai dos pobres”.

Para a Assistência Social merece destaque o surgimento da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) em 1942 para atender às famílias dos pracinhas que foram enviados

para lutar na Segunda Guerra Mundial, podendo ser considerado a emergência da Assistência Social como questão estatal, mesmo sendo incipiente.

As responsáveis pela condução da “política” foram as primeiras damas (fato que ainda persiste em alguns municípios sustentando a velha lógica do clientelismo) que contava com outros atores, em especial, as esposas de homens da alta sociedade. (DAMÁSIO, 2009).

O primeiro damismo é a assunção das primeiras damas à frente da LBA para servir aos anseios do presidente, tendo como primeira presidente a senhora Darci Vargas e última Ruth Cardoso (TORRES, 2002), sendo importante frisar que essas figuras tinham um papel social muito forte, mostrava a preocupação do Estado com o social.

Torres (2002) e Cisne (2007) postulam ainda que a LBA era uma estratégia e um mecanismo de afirmação política dos presidentes com fins na questão social, na busca de “atender” ao povo para atingir seus objetivos, e o instrumento preferencial, quiçá fundamental, foi o assistencialismo na Era Vargas, seguido pelos demais, ou nas palavras de Torres (2002, p. 98-99).

Trata-se na verdade, de um mecanismo de poder que utiliza recursos públicos e a pessoa da primeira-dama para buscar legitimidade do governo, haja vista tratar-se de um governante sem bases partidárias historicamente definidas [Collor] e de correlação de forças fluidas e alianças pouco sólidas.

Cisne (2007) chama a atenção para o papel desempenhado pela mulher frente à LBA e a consequente feminização da assistência social, muito em decorrência dos ideários positivistas que impetrou nas mulheres papel de cuidadoras e, portanto, responsáveis pela incumbência de garantir as reformas no social.

Essa prática e ideário ainda persistem nos dias atuais. Essa questão não é restrita às primeiras damas ou às assistentes sociais, ela perpassa e se expande para a mulher atendida pela política assistencial, principalmente pelos benefícios estatais.

Acresce-se ainda o papel subalterno desempenhado pela primeira dama, visto que, assumir a assistência social não era função masculina, não existindo nenhum presidente que se ocupou formalmente dessas questões “deixando” à mulher a gerência das demandas referentes às questões relativas à família e seu desenvolvimento (TORRES, 2002; CISNE, 2007), pois estas, como dito acima, eram as responsáveis pela condução da família, treinada a colaborar com o marido na ascensão e manutenção do poder, visto que:

[...] o primeiro-damismo nasce eminentemente como gestão política de racionalidade decisória e de ascendência ao marido governante, diferentemente dos moldes de atuação das primeiras-damas dos governos posteriores, que passaram a desenvolver atividades assistenciais vinculadas ao paternalismo e ao assistencialismo [...]. (TORRES, 2002, p. 83).

Juscelino Kubitschek ao transferir a Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília levou ao êxodo de pessoas do Sul e Sudeste para o pouco habitado Centro-Oeste reconfigurando o mapa demográfico brasileiro com o surgimento de metrópoles no planalto e, com elas mudaram também as questões sociais que afligiam os grandes centros.

É interessante notar ainda que Juscelino com seu ideário de crescimento econômico impulsionou a industrialização e também a vinda de grandes indústrias (principalmente as automobilísticas), mas mesmo com o crescimento econômico a pobreza assolava grande parte da população e a agenda estatal para a Assistência Social ainda não havia modificado a contento, ainda voltada para a questão do trabalho, ou da falta dele. (DAMÁSIO, 2009).

Com o Golpe de 1964 e a instituição da Ditadura Brasileira, que perdurou até o ano de 1985, a política de industrialização, ou melhor, a continuação do Milagre Brasileiro não foi esquecido, ganhando impulso significativo dos Estados Unidos da América que, com a divisão do globo em dois grandes blocos, “temiam” a ameaça do socialismo e/ou das ideias socialistas e, com isso o Brasil começou a importar todo tipo de produção americana, inclusive intelectual – no caso as produções teóricas e práticas do Serviço Social.

Lembrando que toda ideia ou suposta ideia marxista era reprimida e, a Assistência Social como política de Estado ainda era incipiente funcionando com base no modelo anterior, sem avanços significativos, apenas com alguns avanços nas garantias trabalhistas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) além do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) para alfabetizar os jovens e adultos, no entanto, a política era para os contribuintes. (DAMÁSIO, 2009).

Com a crescente repressão imposta pela Ditadura Militar ganhou força no Brasil principalmente após a década de 70 os Movimentos Sociais que lutavam por mudanças significativas no país, pela queda da ditadura e retomada da democracia e também pelo reconhecimento dos direitos das minorias. (GHON, 2003).

Esses movimentos sociais contribuíram sobremaneira para a formulação da Constituição de 1988, também chamada de constituição cidadã que em seu texto trouxe os princípios postulados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

É importante lembrar que o período de transição entre o término da Ditadura e o Estado democrático foi muito valioso para a consolidação dos movimentos sociais enquanto locus de resistência, como mobilizador e difusor de ideais e como movimento de garantia de direitos tais como saúde, educação, moradia, propriedade (terra), emprego e Assistência Social (GHON, 2003) que nesse período teve grande influência dos ideais marxistas.

Mesmo com todas essas lutas, o Estado ainda não postulava a Assistência Social como política pública à parte, permanecendo ainda sendo anexa à Saúde ou delegada às instituições de caridade, associações filantrópicas e clubes de serviço.

Como escrito anteriormente o serviço social passa por alguns pressupostos epistemológicos que nortearam e norteiam a atuação dos profissionais de assistência social nas políticas estatais, hoje políticas públicas.

Para Ferreira (2011) o assistente social fundamenta-se num saber teórico influenciado pelas políticas sociais e pela legislação social que legitima a gestão das respostas de bem-estar-social às necessidades do cidadão e da satisfação dos direitos sociais e está referenciado pelas bases epistemológicas do marxismo, do funcionalismo, do estruturalismo, do liberalismo, do sistematismo e do construtivismo.

Ferreira (2011) defende ainda o construtivismo crítico como modo de atuação, concluindo que há duas formas de intervenção: a intervenção assistencialista, individual e a intervenção promotora de autonomia que visa atingir o meio externo do indivíduo.

Mendes (2004) enfatiza e assume como norteador do ensino dos profissionais do Serviço Social a formação sócio-histórica, numa aproximação com as referências críticas de Marx como de toda a tradição marxista, fazendo uma leitura crítica das outras epistemologias que fazem parte da atuação do assistente social, como a positivista, a funcionalista e neo-funcionalista, a fenomenológica, funcionalismo-estrutural e teoria crítica social.

Acredita ainda que essa leitura crítica sob o referencial sócio-histórico possibilitará a formação e atuação profissional consciente das transformações sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais, bem como da luta de classes, permitindo assim uma atuação transformadora.

Nesse diapasão Silva (2010) questiona a formação profissional que não leva em conta a vertente marxista como paradigma, o que, segundo o autor, inviabiliza uma formação teórico-metodológica, ético-política profunda, defendendo uma formação e atuação orientadas pela vertente marxista como modo de romper com o pragmatismo teórico-prático presente na formação e atuação dos assistentes sociais.

Silva (2010) considera ainda que é impossível que a vertente marxista se torne unitária, mas acredita que para a mudança é necessário que ela seja a orientadora dos trabalhos para lidar com os imperativos do neo-liberalismo. Acredita ainda que só a partir do viés marxista é possível uma mudança de fato.

O marxismo enquanto emergência e preponderância nos cursos e também na atuação dos assistentes sociais remetem à década de oitenta como aponta Silva (2010), influenciando

assim a atuação dos novos assistentes sociais e também da confecção de políticas e diretrizes para o ensino que pretende tornar o assistente social agente de emancipação.

Nesse ínterim, algumas políticas atuais estão atreladas à prática e ao discurso marxista, tanto para questionar os modos de produção quanto para propor novas alternativas. Nesse sentido, a vertente marxista assume papel preponderante no agir e pensar do serviço social e consequentemente na atuação dos assistentes sociais frente à questão social.

A política social no Brasil enquanto questão estatal de fato, com uma série de garantias, ocorreu após a Constituição de 1988 (BRASIL, 2012a) e pode ser considerada um marco na constituição das políticas públicas, pois garantiu uma série de direitos, colocando o Estado como responsável para gerir tais políticas e incluindo em seu texto a sociedade como parte integrante tanto na formulação quanto na fiscalização – o chamado Controle Social.

No que concerne à assistência social, esta ganhou novo impulso ao ser incluída dentro do Título VIII que trata da **Ordem Social** (grifo nosso), no capítulo II da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

Segundo a Constituição (BRASIL, 2012a) a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição e tem por objetivos:

- I – a **proteção à família**, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção integral ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família [...]. (BRASIL, 2012a, p. 120, grifo nosso).

O que chama a atenção no texto constitucional é a questão da ordem social ser mantida e a Assistência Social, bem como a Previdência Social e a Saúde como instrumentos, ou melhor, estratégias para garantir a manutenção da ordem por meio de ações voltadas principalmente à família e aos ciclos da vida dos indivíduos, pois se conseguir proteger a família e os indivíduos dos riscos e vulnerabilidades, as estratégias serão consideradas eficazes.

No ano de 1993 (BRASIL, 2009a) a Política Estatal de Assistência Social ganhou novo impulso com a Lei 8.742, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que visou regulamentar o texto constitucional além de instituir os objetivos, as diretrizes, os princípios, a organização, a gestão, os benefícios, os programas, os serviços, os projetos bem como o financiamento.

São definidos alguns pontos importantes para nosso trabalho, que são a centralidade na família, a sua convivência e a convivência comunitária, a descentralização político-administrativa, a universalização dos direitos socioassistenciais como também a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social, além do respeito à dignidade e autonomia do cidadão.

A Política Nacional de Assistência Social de 1998 (BRASIL, 1999) política pública com forte participação social veio reforçar a centralidade na família e instituir três conceitos chaves para o trabalho que são a territorialização, a vulnerabilidade e o risco que servirão de norte para o trabalho e atenção da política de assistência social posterior, como também surge no texto a questão da **proteção social** e da inclusão social como finalidade dessa política e as estratégias acima como fundamentos para alcançar tais objetivos.

A presente Política Nacional já buscava trabalhar no território para reduzir os riscos e vulnerabilidades fortalecendo os laços familiares e comunitários. Note-se o fortalecimento de laços familiares e não mais em modelos de famílias se alinhando às novas terminologias que pautam nas configurações familiares em contraposição a modelos familiares.

Em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social e com a Norma Operacional Básica instituiu-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS – com forte inspiração no Sistema Único de Saúde – SUS.

A política estatal retomou as prioridades da Política Nacional anterior acrescentando à questão da separação das proteções sociais em básica e especial de média e alta complexidade, a matricialidade familiar, a Defesa Social e Institucional, a **Vigilância Socioassistencial**, a **Rede Socioassistencial**, os níveis de gestão dos municípios e Estados bem como a Gestão da Informação, o Monitoramento e a Avaliação dos programas, serviços e projetos, além dos municípios e Estados – descentralização. (BRASIL, 2004a, grifo nosso).

Outro ponto importante para o avanço da política pública assistencial foi a instituição da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) que veio normatizar os profissionais mínimos necessários para cada unidade de atendimento.

Normatizou também os princípios éticos desses profissionais, o plano de cargos e carreiras, as formas de contratação, as equipes de referência, as diretrizes nacionais para a política de capacitação entre outros, com vistas a garantir a permanência dos profissionais e garantir a **qualidade** do serviço prestado. (FERREIRA, 2011).

Ao dizer da qualidade do serviço prestado em 2009, surge a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c) que vem descrever todos os serviços de

Proteção Social Básica que são Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade os serviços são o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), **Serviço Especializado em Abordagem Social**, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (BRASIL, 2009c, grifo nosso).

Já na Proteção Social Especial de Alta Complexidade compreende os serviços de Acolhimento Institucional que subdivide em abrigo institucional, Casa-lar, Casa de Passagem⁹ e Residência Inclusiva, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, definindo público alvo, idade, metodologias, a abrangência, a articulação em rede e o impacto social esperado. (BRASIL, 2009c).

A construção da política pública de Assistência Social brasileira foi cada vez se tornando mais complexa, com maiores ramificações, abarcando cada vez mais, variados tipos populacionais, especializando as formas de atenção e intervenção, bem como construindo rede de relações com outras políticas públicas tendo como norte as famílias e indivíduos em vulnerabilidade e risco social e pessoal e, dentre esses variados tipos, estão as pessoas em situação de rua.

A atenção sistemática à população de rua é recente. Ocorreu principalmente após a Política Nacional de Assistência Social de 1998 (BRASIL, 1999) que traz em seu texto já algumas diretrizes para o trabalho, antecipando alguns pontos da Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS de 2004. (BRASIL, 2004a).

A nova Política Nacional já traça linhas mais específicas ao enquadrar essa população como pertencente à Proteção Social Especial de Média e alta complexidade, portanto surge uma sistematização mesmo que mínima, que orientará o trabalho e a formulações de políticas específicas para essa população.

⁹ Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c) a Casa de Passagem é uma modalidade de acolhimento institucional que oferta acolhimento provisório a adultos ou famílias com vínculos rompidos, nessa categoria se enquadra as pessoas em situação de rua.

Outros fatores que auxiliam a consolidação dessa política pública estão entre as normativas e eventos públicos organizados pelo Estado bem como articulações entre sociedade civil e poder público, entre eles a lei nº 11.258 de 30 de dezembro de 2005, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) acrescentando um artigo referente ao serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. (BRASIL, 2006a).

Acresce-se a esses, o Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado nos dias 01 e 02 de setembro de 2005 (BRASIL, 2006b), a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua que pesquisou 71 cidades chegando ao número de 31.922 pessoas em situação de rua. (BRASIL, 2008b).

É interessante notar o importante papel dos movimentos sociais voltados à população em situação de rua para a consolidação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua de 2008. (BRASIL, 2008a).

Nesse sentido, remetemos a Frangella (2004) que em sua tese de doutorado descreve a luta dos movimentos sociais nos governos de Luiza Erundina e Marta Suplicy na cidade de São Paulo, bem como a luta de Adailza Spozati para Assegurar as primeiras leis voltadas às pessoas em Situação de Rua e, nessa perspectiva:

A presente Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas a redes familiares e comunitárias, o acesso integral aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuem para a efetivação deste processo. (BRASIL, 2008a, p. 03).

A presente política ainda traz à tona a questão discutida nesse texto que é a centralidade na família como orientadora das ações das políticas públicas, ou seja, ela é o ator principal/fundamental para a constituição de tais políticas pois:

[...] é imprescindível que as políticas públicas que têm a família como célula base estimulem e regulem suas funções, ao mesmo tempo envidando esforços para o restabelecimento de laços familiares e sociais fragilizados e agindo como agente controlador e regulador das inúmeras violências físicas, psíquicas e simbólicas que acontecem dentro das famílias, muitas vezes levadas a cabo por alguns de seus membros contra os outros. (BRASIL, 2008a, p. 4).

Na busca de alcançar esse grande público foi criado outros instrumentos em consonância com a NOB/SUAS, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Nesse contexto foi criado o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP (BRASIL, 2011a) como um espaço de atendimento integrado que inclui banho, espaço para convivência bem como acesso a direitos.

No entanto, mesmo não estando na normativa a população mínima das cidades para a contemplação do Centro Pop, esse serviço só contempla os grandes centros urbanos, principalmente as cidades acima de trezentos mil habitantes. No caso de cidades menores, o critério para implantação do Centro é ter oitenta pessoas em situação de rua comprovada por pesquisa.

Apesar de os Centros Pop ainda não abrangerem todo território nacional, as pessoas em situação de rua (inclusive pelo Estado andarilhos e trecheiros) estão presentes em praticamente todos os espaços urbanos como também percorrendo vários espaços interurbanos e rurais.

O Estado se utiliza de outros dois equipamentos denominados de unidades de referência para atender à população supracitada nos locais não cobertos pelo Centro Pop que são o CRAS e o CREAS. Essas duas unidades atuam de forma complementar para atendimento das pessoas em situação de rua.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (BRASIL, 2011b) responsável por ofertar serviços de Proteção Social Básica tendo como foco de atendimento o Serviço de Proteção e Atendimento Integral da Família e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para famílias em vulnerabilidade nos territórios de referência atua na questão das pessoas em situação de rua na inserção no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) que lhes garantem acessos aos benefícios concedidos pelo Estado, principalmente o Bolsa Família (BF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O trabalho propriamente dito às pessoas em situação de rua na grande maioria dos municípios brasileiros fica a cargo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (BRASIL, 2009b) através principalmente do Serviço Especializado de Abordagem Social.

Esse serviço visa identificar no território de referência pessoas em situação de rua, trecheiros, andarilhos para acolhida, atendimento especializado e encaminhamento para a **rede socioassistencial**, busca da recondução à família ou passe gratuito para a próxima cidade. É ainda interessante pontuar que tanto o CRAS quanto o CREAS tem como motes de trabalho a matricialidade familiar e a territorialização.

Tendo em vista que a política pública de assistência social adota como princípio básico a territorialização e a matricialidade familiar com vistas ao fortalecimento de seus

vínculos, a questão da errância e do nomadismo parece ainda estar em caminho oposto aos ideais da política.

Tal fato se dá pela errância e o nomadismo ser essencialmente desterritorializado, não seguindo a lógica da sedentarização buscada pela política assistencial, o que causa desconfortos, resistências, conflitos visto que, os que se opõem a tal política são vistos como indesejáveis, demandando estratégias de retorno à velha e “boa” convivência familiar e comunitária ou o retorno à cidade de origem.

Ainda em relação ao nomadismo, a errância e a vida sedentária buscada pela política pública de assistência social Justo (2012) faz uma crítica contundente e muito pertinente aos modos de atuação dessas políticas voltadas às pessoas em situação de rua, principalmente aos andarilhos e trecheiros pois,

A grande ponderação a se fazer quanto às políticas públicas ou aos serviços de entidades assistenciais, religiosas ou filantrópicas dirigidas a andarilhos, trecheiros e à população em situação de rua é que, no fundo, elegem como objeto principal o retorno do sujeito à vida sedentária, imaginando que somente a recolocação no trabalho, numa residência fixa, numa família é capaz de prover uma condição satisfatória de vida com um mínimo de dignidade. Não admitem a possibilidade da vida despregada de qualquer território psicossocial. Não conseguem também visualizar a existência humana fora do trabalho estruturado nas condições convencionais. Trata-se de um olhar bastante conservador que ignora até mesmo as recentes transformações na organização familiar, nas relações de trabalho, nos vínculos afetivos, todas contemplando a movimentação ou nomadismo, e não mais a sedentarização do sujeito em qualquer plano da vida. (JUSTO, 2012, p. 85).

A política de assistência social hoje com foco/objeto na territorialização, na gestão descentralizada, na matricialidade sociofamiliar e principalmente com o conceito de rede denota a emergência da Sociedade de Controle (DELEUZE, 2008) como fundamentadora das ações, visto que o espaço aberto agora é o lócus de atuação dos profissionais, bem como pode-se notar que o acompanhamento é imprescindível para a eficácia do trabalho.

A rede é a tônica da política estando presente em quase todos os documentos e nos discursos dos profissionais da assistência social, pois ela possibilita a circulação do usuário por vários setores sendo acompanhado/monitorado dentro do território durante esse percurso, mas como hoje o acompanhamento/monitoramento são referenciais que tal política tomam como objetivos imprescindíveis e como eles também não passam ideia de fim tão postulado pela sociedade de controle.

Para tanto faz necessário utilizar do mecanismo/estratégia gestão para conseguir dar conta de tais problemáticas, pois é necessário gerir as ações, as pessoas, os recursos, visto que não podemos mais erradicá-los, a tônica hoje parece ser gerir para controlar os riscos. (CASTEL, 2005).

As transformações da assistência social no Brasil principalmente a partir do século XX até a atualidade teve como um de seus fundamentos a Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2009) com o foco nas instituições fechadas tais como, albergues, abrigos, orfanatos como também na busca da correção dos indivíduos com vistas ao enquadramento à norma ou à normalização.

A lógica disciplinar passa principalmente após fins da década de 1970, para a sociedade de controle em que as ações começaram a ter o lócus nos espaços abertos, no território utilizando como estratégias o acompanhamento e a rede.

Mesmo com a preponderância da sociedade de controle na política pública de assistência social não podemos desconsiderar a força de ação que a sociedade disciplinar ainda exerce em tais políticas, podendo se dizer que a política de assistência social é um híbrido entre sociedade disciplinar e sociedade de controle.

Nessa linha, a busca ativa é um dos mecanismos mais importantes que podemos verificar no que a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (BRASIL, 2004a) postula como Vigilância Socioassistencial.

Outras duas estratégias presentes na Política Nacional de Assistência Social de 2004 (BRASIL, 2004a), não explicitamente, e que está atrelada à vigilância socioassistencial e à rede socioassistencial é a referência e contra referência.

Elas vem tentar dar efetividade aos serviços ofertados, pois tais estratégias visam garantir a certeza da vinculação e permanência do usuário dentro da rede, por meio do tráfego de informações entre as unidades e instituições socioassistenciais sabendo do percurso do usuário dentro dessa rede bem como dos desvios nesse percurso. Para tanto se faz necessário o acompanhamento e monitoramento constante.

Não se pode esquecer dos atores principais para a eficácia dessas estratégias que são os membros das equipes de referência, que são profissionais de nível superior, na sua maioria, assistentes sociais e psicólogos, acrescido de pedagogos, antropólogos, sociólogos, advogados que são responsáveis por executar e planejar a política assistencial no município.

Além disso, serve de referência para as populações atendidas, devido à sua formação tecnicocientífica. Essas equipes estão descritas nos manuais de orientação dos serviços do CRAS (BRASIL, 2011b) e do CREAS. (BRASIL, 2009b).

1.3 Errância, nomadismo e políticas públicas

A relativa atenção aos nômades e errantes só se torna uma questão interministerial a partir do ano de 2008 com a Política Nacional para a Inclusão Social de População em Situação de Rua. (BRASIL, 2008a).

Já que, preocupado com as políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, o Estado envidou esforços para criar uma agenda em que envolvessem vários ministérios para a criação de políticas setoriais que atendessem essa demanda, produzindo ações específicas em cada ministério, mas sustentados pela lógica da rede ou da intersectorialidade no planejamento, execução e monitoramento dessas ações.

Antes da aprovação dessa política as ações para com os errantes e nômades ocorriam preferentemente pela seguridade social sob os auspícios da Constituição de 1988, com forte destaque para a assistência social, juntando-se depois a saúde.

No campo da assistência social a inauguração, por assim dizer, de uma política pública estatal ocorre com a sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, seguindo pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 1998 que faz breve menção sobre pessoas em situação de rua e a posterior PNAS de 2004 que reorganiza a política pública de assistência social, em consequência, o atendimento às pessoas em situação de rua.

Outro passo para essa atenção foi a aprovação da Lei nº 11.258 de 2005 (BRASIL, 2006a) que altera a LOAS 1993, incluindo um artigo específico sobre o serviço de atendimento das pessoas em situação de rua. Não se pode esquecer também da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c) que vem organizar e descrever os serviços para as pessoas em situação de rua.

Antes a organização e a execução dos serviços, projetos, programas e benefícios estavam a cargo das instituições filantrópicas, beneméritas agindo isoladamente ou recebendo recursos estatais sem necessitarem prestar contas dos serviços oferecidos, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Agora, após a PNAS – 2004, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e, principalmente, com a Resolução nº 16 do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2010), que trata da inscrição de entidades e organizações de assistência social, e que já não podem ofertar seus serviços segundo seus preceitos.

Necessitam, portanto, se adequarem aos dispostos dessas normativas para poderem disponibilizar qualquer serviço relativo à assistência social. O Estado se torna agora, cada vez

mais regulador das práticas e ações para com as populações em situação de vulnerabilidade e risco.

Se na assistência social e na saúde a ação da política pública em relação às pessoas em situação de rua encontra grande arcabouço de normas, serviços e ações, nos outros setores a política tenta dar os primeiros passos ou, o que é mais plausível, nem nasceu ainda, como se pode observar na Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2004b) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. (BRASIL, 2005).

Nessas duas políticas as ações estão voltadas para a população de baixa renda, com reforço para o termo renda, que orienta a política, ficando a cargo dos municípios criar estratégias para inclusão das pessoas em situação de rua que tenha interesse em ter uma residência.

Prosseguindo nessa questão, a política pública de educação não possui instrumentos e ações para essa população, as políticas de urbanização também a ignora completamente com seus planos diretores instituídos pelo Estatuto das Cidades (BRASIL, 2004c) que privilegiam a mobilidade – dos automóveis – e a organização dos espaços construídos.

Já o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2009d), que orienta as ações para a garantia dos direitos humanos no país, descreve várias ações para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais, bem como trata da atenção especial para as populações em vulnerabilidade.

Dentre essas populações há destaque para as pessoas em situação de rua, orientando sobre a necessidade de estabelecer a qualidade dos albergues existentes e construção de novos; a ampliação e acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) como também “Apoiar a implantação de espaços essenciais para a higiene pessoal e centros de referência para população em situação de rua”. (BRASIL, 2009d, p.77).

Retomando a (in)existência de políticas públicas para pessoas em situação de rua, não podemos esquecer da política pública de segurança sob os auspícios do Sistema Único de Segurança Pública (BRASIL, 2007b) que mesmo buscando assegurar a segurança e reduzir a violência não estabelece dentro das diretrizes os nômades e errantes.

O que há, nesse sentido, e ainda perdura, são normas jurídicas de criminalização da errância e nomadismo, contidas no Decreto-lei de Contravenções Penais de 1941, que prevê pena de detenção ou multa para a mendicância (revogado em 2009) e vadiagem, que embora esteja em vigor, não é aplicável, sendo raros os casos de sua execução como ocorreu na cidade de Assis até praticamente o ano de 2012. Nesse sentido é interessante pontuar que o

Decreto-lei os consideram perigosos e, também, como vagabundos além de causadores de perturbação.

O Art. 59 do Decreto-lei de contravenções penais define o que vem a ser vadiagem afirmando que ser vadio é “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.” (BRASIL, 1941), podendo o juiz enviá-lo para colônias penais para trabalhar.

Arelado ao crime de vadiagem há o crime de contravenção por perturbação por embriaguez como consta no Art. 62. Como as pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros, são comumente relacionados à vadiagem, que fazem uso de bebidas alcoólicas e, estando em muitas circunstâncias embriagados, abordando os cidadãos para achacar e também, o uso de bebidas é recorrente, eles poderiam sofrer duas penas, de prisão e internamento. Para tornar mais claro retomamos o que reza o Art. 62. (BRASIL, 1941).

Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria ou alheia: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa [...]. Parágrafo único. Se habitual a embriaguez, o contraventor é internado em casa de custódia e tratamento.

Mesmo a Política Pública de Assistência Social sendo uma possibilidade de atenção ao nomadismo e à errância, outras políticas públicas também buscaram construir um arcabouço teórico e técnico de manejo com as pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros, principalmente após a constituição de 1988.

Conforme já pontuado em outro momento a Constituição Federal (BRASIL, 2012a) ao postular a ordem social como ordenador das principais políticas que lidam com o social coloca em destaque, para atuar com as problemáticas que afetam a vida da população nacional, três atores principais - o Estado, a Sociedade Civil e usuários – para o Controle Social, que articulados buscam soluções para restabelecer a referida ordem social.

O Controle Social, considerado um dos pilares da democracia brasileira pós Constituição de 1988, efetivado após a constituição do SUS e, por conseguinte, pelos novos sistemas únicos que foram surgindo em seguida, é a inserção de maneira paritária de outros atores sociais além dos agentes públicos como a Sociedade Civil, os usuários dos serviços, os familiares e a população na vigilância, monitoramento e planejamento das políticas.

Cabe ressaltar que essa participação, assim como os agentes políticos, se dá de forma representativa. São eleitos para representar os segmentos sociais, participando também da questão social, agora sob a égide da sociedade de controle como descrita por Deleuze (2008).

Para a ordem social se tornar efetiva e dar resultados alguns mecanismos são de fundamental importância tais como universalidade, integralidade, vigilância, descentralização e gestão.

Além dos anteriores há também, princípios e diretrizes como orientadores de tais políticas e, postas nas duas principais políticas, que atuam na questão social que inclui a questão do nomadismo e a errância, que são o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2004a) e o Sistema Único de Saúde – SUS. (BRASIL, 2007a).

Em caráter complementar às duas áreas fundamentais para o trabalho com o social, mas não menos importantes estão outras políticas que atuam de igual maneira para ações efetivas no social que são a política de trabalho, de educação, de habitação e de segurança e, juntamente com as normas constitucionais e dispositivos jurídicos, tais como códigos que orientam o judiciário, buscando normatizar e normalizar as condutas humanas.

1.3.1 A centralidade na família

Uma instituição privilegiada para atuação estatal no social e que cada dia vem ganhando maior espaço e centralidade nas políticas públicas é a família. (KALOUSTIAN, 2005; BRASIL, 2004a, 2007a).

Principalmente as famílias em vulnerabilidade e risco (BRASIL, 2004a), o novo chamariz para atuação do que Donzelot (2001) denominou de “*A polícia das famílias*”, assim “reformatar” a família, torná-la saudável é a grande missão da ordem social vigente.

A família como centralidade consiste em um novo reordenamento da atenção dispensada aos seus modos de organização, ao ciclo geracional e à sua interação social, privilegiando, ou melhor, intervindo preferencialmente nas famílias em vulnerabilidade.

A família é chamada a ser parte integrante do processo de gestão do social, adotando também as estratégias apregoadas como capazes de restabelecer os vínculos perdidos ou em vias de dissolução, porém muitas resistem a essa gestão o que demanda novas tecnologias de persuasão e aceitação dos ideais propostos pelas políticas públicas.

Para essa intervenção foram criados alguns dispositivos para poder chegar o mais próximo possível da família criando vínculos entre equipe e família para o sucesso de tais ações. Esses dispositivos estão baseados em um mecanismo que se tornou o lócus de atenção e de organização das políticas sociais que é o território.

Esse conceito se percebe no SUS, particularmente na Política Nacional de Atenção Básica, principalmente na Estratégia Saúde da Família (BRASIL, 2007a, 2011c) e da Política

Nacional de Assistência Social – PNAS, principalmente com a Proteção Social Básica no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. (BRASIL, 2011b).

A atenção ou proteção básica são os norteadores das políticas de saúde e assistência social, pois justamente são elas que atuam diretamente com os indivíduos e famílias, na saúde com as equipe de saúde da família e, nessa equipe há um ator essencial para o cumprimento dessa política que são os agentes comunitários de saúde.

Os agentes são responsáveis pelo mapeamento do território e contato direto com as famílias, levantando uma série de informações que posteriormente são lançadas em um sistema – SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica) que traça o perfil das famílias, suas vulnerabilidades e do território em que vivem. (BRASIL, 2007a).

As políticas públicas atuais não teriam o mesmo sentido sem a presença dos sistemas de informação, que se tornaram imprescindíveis para o planejamento, financiamento e execução das políticas. Tais sistemas cumprem um importante papel por concentrar os dados, esquadrihados, das populações atendidas.

De posse de tais dados se pode traçar o perfil das populações, os locais mais vulneráveis e, por conseguinte, deslocar e fomentar ações no sentido de “superar” tais vulnerabilidades. Esses programas ainda cumprem a missão de monitorar as pessoas e famílias, suas transformações, fluxos ou qualquer outra questão de interesse. Em outros termos são os anéis da serpente da sociedade de controle. (DELEUZE, 2008).

Já na assistência social os incumbidos pelo mapeamento do território e contato direto com as famílias é a equipe de referência do CRAS, Assistentes sociais e psicólogos, responsáveis pelo ordenamento das ações nesse território, lançando mão de instrumentais para a descoberta e inclusão das famílias em vulnerabilidade e risco nos programas e serviços ofertados.

Dentre os serviços e programas ganham destaque o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Benefícios Eventuais entre outros. Para isso a equipe deve percorrer o território e também realizar a busca ativa, com o objetivo de encontrar pessoas em vulnerabilidade e risco que não foram alcançados pela política pública de assistência. (BRASIL, 2011b).

Mesmo com pequenas diferenças entre os atores, na saúde os agentes comunitários e na assistência social os assistentes sociais e psicólogos dos procedimentos adotados, os agentes se utilizam de visitas domiciliares em todas as residências do território e os técnicos do CRAS de visitas domiciliares e busca ativa das famílias vulneráveis e em risco.

Essas diferenças podem também ser terminológicas: na atenção básica o termo é família adstrita e na Assistência Social é família referenciada, mas o objetivo acaba por ser similar: traçar o perfil da família e dos indivíduos e as estratégias de ação com ou sobre essa família, estar junto da família o maior tempo possível, tornando o companheiro inseparável, de confiança ao qual se recorra em qualquer situação que a desestabilize ou a fragilize.

Essas estratégias por si só, atuando isoladamente, não são capazes de dar conta das demandas surgidas na atuação/intervenção com essa família e, por esse motivo outros atores/setores são acionados para lidar com o que extrapola sua competência.

Para tanto, são fundamentais dois termos que são complementares: a intersetorialidade e a rede que não por acaso fazem parte dos discursos e dos textos das atuais políticas, considerados o plus, juntamente com a descentralização e a participação popular, das novas configurações da ação estatal.

As políticas públicas sociais atualmente consideram a família como sua célula base (BRASIL, 2008a), ordenando suas ações tendo-a como centralidade, descentralizando as unidades colocando-as em territórios a fim de estar o mais próximo possível.

1.3.2 A configuração dos serviços: intersetorialidade e rede

A intersetorialidade consiste basicamente na busca de articulação entre vários setores para a formulação e execução de políticas, programas e serviços. Já rede é um emaranhado de pontos, de setores, instituições, unidades, atores, numa ramificação que busca atingir as capilaridades e também visa o monitoramento contínuo tanto das ações quanto dos indivíduos e famílias atendidos.

A emergência da rede como lócus de atenção, trabalho e modo preponderante de organização da intersetorialidade é recente nas políticas públicas, tendo como principal fomentadora a política de assistência social, seguindo os preceitos já descritos por Deleuze (2008) como um dos mecanismos mais importantes da sociedade de controle potencializada principalmente por dois vetores: o rastreamento e o monitoramento ininterrupto fundamentalmente em espaços abertos.

A rede como um dos pilares das políticas públicas nas sociedades de controle atua principalmente para não perder esse indivíduo ou família durante o tempo em que estão sob os “cuidados” dessas políticas: nesse sentido a ramificação e a imprecisão dos limites parecem ser fundamentais para sua adoção pelas políticas públicas visto que:

[...] a sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede), e pela instauração de um tempo contínuo, no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa alguma, visto que estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, dívida impagável, prisioneiros em espaço aberto. (COSTA, 2006, p. 31-32).

Ainda no tocante à rede, o **Dicionário Houaiss** (2009, p. 1627) traz dentre suas várias definições algumas de interesse para o trabalho como “[...] conjunto de pontos que se comunicam entre si [...] conjunto de pessoas ou estabelecimentos que mantêm contato entre si, geralmente organizadas e sob um único comando [...] estratégia para fazer alguém cair em logro; cilada, armadilha”.

O termo rede mais utilizado, defendido e mantido se refere ao entrelaçamento de fios, ou melhor, a organização de vários setores para solucionar um determinado caso, e para o sucesso os fios terão que estar bem amarrados e entrelaçados.

Caso tais fios não estejam bem firmes o objetivo lhe escapa, os pontos se rompem ou arrebentam, necessitando assim, estar em constante monitoramento para reconstrução dos pontos rompidos ou para fortalecimento e modulação de seu formato.

Cabe ainda ressaltar que a rede também cumpre a função de envolver o sujeito, criar rotas, segmentos para sua movimentação, investindo até em seu deslocamento, mas é preciso frisar, dentro dos limites da rede, sob a orientação e supervisão dos agentes e instituições que fazem parte dela, fazendo o sujeito perambular ininterruptamente pelas suas malhas e pontos de intersecção como bem pontua Justo (2011, p. 199),

A rede não impede o movimento, ao contrário, obriga o sujeito a transitar pelos amplos circuitos ou labirintos compostos pelo emaranhado de caminhos que vão de um ponto a outro. Ele pode transitar, desde que seja pelos circuitos já estabelecidos, pelos caminhos bem sulcados na terra.

Podemos ainda fazer analogia com a rede de pesca, feita com malhas de tamanhos específicos, para capturar determinados tipos de peixes e, os maiores e menores acabam ou arrebentando a rede ou passando por entre suas malhas.

Nesse sentido as políticas públicas utilizam também de suas redes para capturar determinados atores sociais que são alvos desse manejo com a questão social seja a família, as pessoas em situação de rua, trecheiros, toxicômanos, delinquentes, pessoas com doenças contagiosas, vítimas de violência, etc.

Quando alguém escapa da rede é motivo de preocupação e de estratégias de recaptura, criando uma série de procedimentos de rastreamento e monitoramento na tentativa da manutenção dele dentro da rede.

Porém podemos encarar também de outra maneira a fuga da rede como uma tentativa de resistir, de fugir das ramificações e entrelaçamentos pelos fios que os sufocam, os amarram a determinados modos de vida e de atendimento, como uma não aceitação do que as políticas públicas pregam como ideal.

Nesse sentido, as pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos por serem essencialmente nômades e errantes, subvertem e resistem de certa forma, essas políticas de rede visto que:

[...] Ele ocupa um território mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes. (PELBART, 2002, p. 34).

Uma política pública que vem constituindo uma rede, bem ramificada segundo suas pretensões, para lidar com as pessoas em situação de rua é a saúde, principalmente a partir de 2008 após a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. (BRASIL, 2008a).

Após as diretrizes instituídas nessa política, interministerial, o Ministério da Saúde incumbiu-se de criar políticas específicas para as pessoas em situação de rua em consonância com o estabelecido pela política acima citada.

Dentre as políticas da saúde destacam a Estratégia de Saúde da Família para população de rua – ESF-Rua (BRASIL, 2012c) a portaria 2488 de 21 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011c) que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, que revisa as normas para a organização da Atenção Básica, trazendo em seu texto o Consultório de Rua e as equipes do consultório de rua descrevendo os procedimentos e estratégias de atuação. Além dessa há a Portaria 3305 de 24 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009e) que instituiu o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua.

Seguindo nesse diapasão é necessário considerar a portarias 122 (BRASIL, 2012d) e 123 (BRASIL, 2012e) de 25 de janeiro de 2012 que definem as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua e definem os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por Município, sendo que o número mínimo para a abertura de um consultório de rua é de 80 pessoas em situação de rua no município.

Além dos referidos acima o Ministério lançou mão para o cuidado das pessoas em situação de rua um manual intitulado “*Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População*

em Situação de Rua” (BRASIL, 2012b) em que pontua as principais doenças relacionadas a essa população e os procedimentos para tratá-las, bem como os modos de abordagem.

As políticas acima mencionadas fazem parte da política de atenção básica, tanto da atenção à saúde quanto da atenção à saúde mental tendo como base para o trabalho o território.

No entanto, Albuquerque (2009) faz uma crítica à questão da visão dos profissionais de saúde mental em relação à territorialização ao considerar que, o nômade e errante sem domicílio, não é de responsabilidade do CAPS e para que o tratamento ocorra é necessário fixá-lo em uma residência.

Essa necessidade constante de sedentarização buscada pelas políticas públicas é alvo de crítica de Justo (2012) ao considerar que essa estratégia de reinserção para a vida sedentária vai contra os modos de vida nômade e errante dos trecheiros e andarilhos que buscam na transitoriedade um modo possível de vida, pois

Curiosamente, todos os programas estaduais ou municipais, gestados pelos órgãos públicos ou por entidades não governamentais, não preveem algum plano de assistência voltado para o apoio ou para o desenvolvimento da errância ou do nomadismo como uma alternativa de vida. Sempre imaginam alguma estratégia de fixação, de sedentarização, tomando como verdade inquestionável que a melhoria das condições de vida só é possível com o enraizamento e a estabilização do sujeito, sendo imprescindível um emprego, uma moradia e uma família. (JUSTO, 2012, p.72).

Os programas, serviços, projetos dispensados pelos órgãos públicos ou por entidades não governamentais, seguem as disposições da Constituição Federal (BRASIL, 2012a) que buscam na descentralização, intersetorialidade e na universalidade entre outros, garantir as políticas de sedentarização.

1.3.3 A universalidade na política assistencial

A universalidade das políticas públicas torna um requisito necessário após a Constituição de 1988, configurando um reordenamento das ações, projetos, serviços dispensados à população em todo território nacional.

Esse conceito contribuiu para a criação dos Sistemas Únicos, principalmente, nas políticas sociais como a saúde e a assistência social, criando instrumentos para atender de forma equitativa os diferentes seguimentos sociais e também as diversas demandas surgidas na atenção às populações.

Nas políticas sociais como a educação, habitação, trabalho, saúde, a finalidade é garantir a todos o acesso e atendimento, buscando formas diferenciadas para incluir as pessoas mais carentes ou em situação de vulnerabilidade nessas políticas. No entanto, a política de assistência social atua efetivamente com as pessoas que dela necessitam (BRASIL, 2012a), privilegiando assim os carentes e em situação de vulnerabilidade.

Mesmo o acesso à política de assistência social não sendo para qualquer pessoa, ela também busca a universalidade, mas diferentemente das outras a universalidade é de acesso a todas as outras políticas sociais para as pessoas assistidas pela política assistencial, como podemos verificar a seguir: “[...] universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas”. (BRASIL, 2004a, p. 32).

Essa diferença de objetivo, tornar as outras políticas públicas alcançáveis pelo assistido, traz uma mudança significativa de atenção e atuação dessa política, visto que o direcionamento da política de assistência social não se resume ao atendimento dos “necessitados”, mas sim dialogar com as outras políticas para a inclusão deles.

Esse processo coloca a política assistencial como “responsável” pela articulação e confecção da rede de atendimento às pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social, tornando-se assim uma política eminentemente de orientação intersetorial, chamando a participar de suas ações e estratégias as outras políticas, como se percebe no Programa Bolsa Família, incluindo a saúde e a educação como colaboradores e fiscalizadores.

O público de atenção da política assistencial são pessoas ou famílias em situação de risco e vulnerabilidade pessoal ou social com vínculos fragilizados ou rompidos e, o acesso e garantia de outros direitos pode contribuir para o fortalecimento desses vínculos (BRASIL, 2004a), fazendo parte desse público pessoas e famílias em vulnerabilidade (BRASIL, 2011b); crianças, adolescentes, mulheres, idosos vítimas de violência e exploração, assim como pessoas em situação de rua. (BRASIL, 2009b).

Seguindo nessa linha, o ano de dois mil e oito foi fundamental para a institucionalização da intersetorialidade na política pública com o lançamento da Política Nacional para a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2008a) como tentativa de garantir a universalização dos direitos sociais às pessoas em situação de rua.

Após a instituição da Política Nacional para a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua o Ministério da Saúde envidou esforços para construir políticas específicas para atendimento das pessoas em situação de rua, conforme já exposto no trabalho, com predominância do atendimento no território e atenção para a saúde física (BRASIL, 2012b),

em consonância com o princípio da universalização dos serviços de saúde no país, orientada pela equidade nas ações e atendimentos.

Nessa Política, além da assistência social, outras foram acrescentadas com o fito de criarem estratégias de inclusão, em cada setor, para as pessoas em situação de rua. Dentre as políticas constam a da Saúde, Trabalho, Habitação, Segurança Pública, participando juntas para garantir tais direitos.

No entanto, essa política busca inclusão nos direitos sociais às pessoas em situação de rua, mas não mencionam outros atores que são os trecheiros e andarilhos. Porém, mesmo não estando contidos em tal política, os trecheiros e andarilhos são atendidos com vistas à inclusão nos direitos, mesmo precariamente, atendidos segundo os parâmetros instituídos pelas políticas públicas. Atendimento na rede de saúde, retorno à família, inclusão no trabalho, inclusão em uma habitação.

Para garantir o atendimento tanto das pessoas em situação de rua quanto dos trecheiros ou andarilhos que passam pelos municípios brasileiros, principalmente nos de pequeno e médio porte, a Assistência Social cumpre papel preponderante no encaminhamento e acompanhamento desses atendimentos nas outras políticas, dispendendo esforços para garantir os dispostos na Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 2009a) da universalização dos direitos sociais.

A universalização desses direitos torna-se primordial para que o Estado, por meio das políticas sociais, cumpra os dispostos da Constituição, principalmente no que tange aos direitos e garantias fundamentais bem como, da garantia da ordem social que tem o trabalho como um de seus fundamentadores. (BRASIL, 2012a).

No que concerne à Assistência Social, em consonância com a Constituição, além do trabalho, a família, possui também, centralidade na política, o que direciona todas as ações para garantir além dos direitos sociais a manutenção dos laços familiares conforme estabelecido na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004a), e para tanto foi criado a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c) para institucionalizar as formas de atenção, com regras específicas para cada serviço ofertado.

Nesse sentido, as pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos que são atendidos tanto na atenção social básica quanto na atenção social especial, são inseridos nos serviços assistenciais para garantir o acesso às necessidades básicas, o acesso aos benefícios, acesso aos direitos sociais e também o retorno à sedentarização: reinserção no trabalho, na moradia e na família.

Assim, a universalidade, conforme apregoado pelas políticas públicas brasileiras atua como um dos mecanismos, assim como a centralidade na família, descentralização e a intersectorialidade, para garantir a manutenção da ordem social e dos direitos e garantias fundamentais, pilares para a construção do Estado Democrático. (BRASIL, 2012a).

1.4 Agentes públicos como pilar da Assistência Social e da gestão do espaço urbano

Após a constituição e consolidação dos Estados Modernos surge uma gama de agentes imbuídos de gerir esse novo estado, acrescidas de outros que exerciam funções jurídicas, parlamentares, de segurança e fiscais vindos do regime anterior. Constitui-se um novo modo de lidar com a população e garantir o desenvolvimento e crescimento estatal bem como do bem-estar de seus cidadãos.

Com o aumento populacional das cidades e das instituições, com as transformações na família e na economia, com as mudanças tecnológicas, com a ascensão da burguesia como classe dominante, com a consolidação do capitalismo no ocidente como modo de produção e conseqüente alteração e redistribuição das riquezas, entre outras, se requer do Estado traçar alternativas para dar conta das novas demandas, complexificando seus mecanismos de atuação, regulação e administração para gerir essa nova massa de corpos e recursos.

Com a crescente complexificação da rede estatal surge um mecanismo de organização e ordenação de todas as instituições, serviços, regimentos, procedimentos dispostos até então de maneira dispersa. Esse mecanismo recebe o nome de burocracia que busca inserir e inculcar a racionalidade nos procedimentos e ações produzidas pelas instituições e agentes, criando rotinas, hierarquias, regras, regulamentos, processos, documentos, etc., com vistas a garantir isonomia, impessoalidade, entre outros, bem como garantir a condução e o funcionamento da máquina estatal.

Com o aumento da burocracia estatal, também aumenta significativamente o número de agentes, como também as profissões e ocupações chamadas a se ocupar das problemáticas que emergiam das transformações e das conseqüências dos novos modos de vida surgidos, além dos “velhos” problemas existentes, como doenças, pobreza, migrações, mendicância, desemprego, etc.

Dentre as novas ocupações e profissões ganham destaque as transformações na carreira militar com o desmembramento da polícia das outras categorias militares, dos profissionais que cuidam do social, da saúde e da higiene, tais como médicos sanitaristas, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, pedagogos, arquitetos, urbanistas, além de

profissionais encarregados da administração pública e, não se pode esquecer das transformações e especializações jurídicas e legislativas.

Todo esse arsenal de profissionais atua, de certo modo, com a questão social, expressos por famílias “desestruturadas”, pessoas vulneráveis, pobres, desempregadas, prostituição, loucura, situações que geram riscos tais como favelização, insalubridade, sexo sem proteção, drogas, obesidade, entre outros com o intuito de garantir a saúde.

Visava também garantir a sanidade, a dignidade, a qualidade de vida, o acesso aos serviços e aos bens, assim como inseri-los nos modos de vida considerados humanos, desenvolvidos e civilizados tão apregoados pelo ideário iluminista.

Além das questões descritas acima há outra que também foi objeto de atenção nos últimos séculos, inicialmente com a preponderância da Igreja na prestação de cuidados, passando a seguir ao Estado, assumir o controle das ações dispensadas aos menos favorecidos economicamente ou em situação de miserabilidade extrema como é o caso dos andarilhos e errantes, com atenção especial para pessoas em situação de rua, seja por ações de expulsão, de encarceramento, de filantropia, de caridade ou por políticas de retorno à família, ao trabalho, de saúde ou assistência social.

A presença do Estado na vida cotidiana, nas últimas décadas, cresceu sobremaneira, estando presente em praticamente todos os âmbitos, principalmente com a inserção dos direitos e garantias sociais e a consolidação das políticas públicas após a Constituição de 1988, que modificou e reordenou o modo de atuação descentralizando e territorializando suas ações.

Não podemos esquecer da emergência de uma prática constante em todas as esferas estatais, que diz respeito à “terceirização” dos serviços públicos para concessionárias nos últimos anos. Em todas essas questões há um ator encarregado para a realização de serviços, ações e políticas que é o agente público.

Segundo o **Dicionário Houaiss** (2009, p. 67-68) agente é aquele que atua, opera, agencia, que produz ou desencadeia ação, “[...] aquele que exerce certo cargo ou determinada função como representante da administração pública [...]”, ou conforme aponta Gontijo (2012, p. 21) “agente é aquele que age, que opera, que realiza a ação.”, sendo assim, pode-se constatar o papel de produtor de ações que as pessoas que lidam com a coisa pública, os agentes públicos, estabelecem no trato com aqueles que demandam atenção.

Já no tocante ao conceito de público, no sentido de coisa pública, o **Dicionário Houaiss** (2009, p. 1574) o define como “[...] relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade [...] relativo ou pertencente ao governo de um país, estado, cidade etc. [...] que

pertence a todos; comum [...]”, nesse sentido o agente público está voltado para gerir os interesses do Estado, atuando no sentido de atender as demandas pertencentes ao povo, a coletividade, ao que é comum a todos.

Com o intuito de conceituar o que vem a ser agente público recorreremos à lei 8.429 de 02 de junho de 1992 que no seu Art. 2º (BRASIL, 1992) o define como “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função [...]” na administração direta, indireta ou fundacional.

Diniz (2008) também dá sua contribuição para o entendimento do que seja agente público e de suas subdivisões postulando que agente público é:

Aquele que presta serviços à União, Estados e Municípios ou realiza atividades cabíveis ao Poder Público, no exercício de uma função pública. Incluem-se nessa categoria o AGENTE POLÍTICO; o *servidor público*, que mantém com o Poder Público relação profissional trabalhista de caráter não eventual, como é o caso do funcionário público, do servidor de autarquia, do contratado pela legislação trabalhista, ainda que a título precário, e do remanescente dos antigos extranumerários; e o de *particular em colaboração com a administração*, que exerce uma função pública, estatal (jurado, membro de mesa receptora ou apuradora de voto etc.), de gestão espontânea da coisa pública em casos emergenciais (gestor de negócio) ou de concordância do Poder Público (concessionário, permissionário, etc.). (DINIZ, 2008, p. 158, grifos da autora).

Já Justen Filho (2010) considera os agentes públicos como os operadores precípuos da administração pública sustentando que “**Agente público é toda pessoa física que atua como órgão estatal, produzindo ou manifestando a vontade do Estado.**” (JUSTEN FILHO, 2010, p. 824, grifos do autor).

Justen Filho (2010) ainda esclarece que só pode ser considerado agente público apenas a pessoa física, excluindo as pessoas jurídicas, manifestando a vontade estatal e não o representando como expressa o Dicionário Houaiss por considerar que se o agente público representasse o Estado ocorreria a existência de dois polos jurídicos: o do Estado-representado e do sujeito-representante.

Devido à amplitude do conceito de agente público faz-se necessário uma breve sistematização das categorias que fazem parte dos agentes públicos para melhor entendimento dos sujeitos que operam e manifestam a vontade estatal subdividindo-os em subcategorias.

Quites (2012, p. 432) subdivide agente público nas categorias a seguir: “1) agentes políticos 2) agentes administrativos: servidores públicos (em sentido estrito), empregados públicos e temporários 3) demais particulares em colaboração com o poder público.”

Passamos nesse momento a descrever cada subcategoria dos agentes públicos. Para tal intento seguimos as contribuições de Justen Filho (2010) que descreve as subdivisões da seguinte maneira:

- **agente político:** agente investido de função política, seja em virtude de mandato eletivo obtido pessoalmente, seja pelo desempenho de função auxiliar imediata (ministros de Estado);
- **agente administrativo:** agente investido na função administrativa, usualmente o servidor civil;
- **servidor público:** expressão utilizada em acepção ampla, que costuma ser aplicada para os agentes relacionados com o Estado por vínculo jurídico direto de direito público, indicando basicamente os não militares; [...]
- **empregado público:** faz referência a agente estatal não subordinado ao regime estatutário, mas disciplinado pela legislação trabalhista. (JUSTEN FILHO, 2010, P. 828, grifos do autor).

No texto de Justen Filho (2010) o termo agente estatal acaba adquirindo equivalência de agente público sendo utilizado para designar todas as subcategorias de agente público.

Retornando à descrição das subcategorias, há os agentes militares que segundo Justen Filho (2010, p. 845) “[...] são os integrantes dos órgãos estatais investidos da coação física, estruturados de modo permanente para o desempenho de atividades de força e violência, na defesa da soberania nacional e da segurança interna”.

Não podemos deixar de lado a categorização dos não servidores (JUSTEN FILHO, 2010, p. 849-850), que são os particulares que atuam como órgãos estatais, porém sem vínculo de subordinação ou sem receberem remuneração dos cofres públicos, mas sujeitados à fiscalização estatal. Cabe ressaltar, que não é objeto desse trabalho discutir sobre improbidade administrativa ou penalidades decorrentes de atos ou omissões que ferem a lisura da administração, mas destacar a participação desses agentes na atuação e gerenciamento da vida de grande número de pessoas que utilizam os espaços públicos ou sofrem a ação desses agentes.

O número de agentes públicos é amplo, podendo ser prefeito, governadores, secretários, deputados, senadores, servidores e empregados públicos, concessionários, entre outros, demandando ramificações entre os três poderes.

Todo esse crescimento do número de agentes aumentou significativamente o alcance da administração pública adentrando em esferas antes inimaginadas como rodovias, aeroportos, portos, hospitais, assistência social, etc., não escapando praticamente nenhuma faceta da vida.

Também é notório o crescente interesse da atuação dos agentes públicos, particularmente após a Constituição Federal (BRASIL, 2012a) com a concepção de “Ordem

Social” para lidar com a questão social, criando instrumentos e estratégias para gerir a vida dos denominados em vulnerabilidade ou risco pessoal e/ou social.

Para tanto foi necessário descentralizar e territorializar suas ações para conseguir maior efetividade em suas intervenções. Nesse ínterim a errância e o nomadismo também se tornam individualmente alvo dessas políticas de gestão da questão social.

As políticas públicas atuais, que visam garantir os “direitos” sociais, aumentaram significativamente o arcabouço de atuação e o número de agentes públicos no trato da questão social, especialmente de servidores e empregados públicos tais como psicólogos, enfermeiros, médicos, agentes, educadores sociais, pedagogos, antropólogos, sociólogos, advogados, assistentes sociais.

Acresce-se ainda a entrada em cena da população que participa do processo fiscalizando as ações estatais bem como colaborando na produção de documentos e estratégias de intervenção.

Por esse motivo o agente público ganha destaque no planejamento, execução e monitoramento das ações estatais que visam gerir os riscos e vulnerabilidades, e propiciar uma vida “saudável”, de qualidade, de vínculos fortalecidos com o mínimo de risco possível, trabalhando para restabelecer os padrões de humanidade, dignidade e civilidade apregoados pela sociedade ocidental.

Com os agentes públicos assumindo maior responsabilidade perante o social nos últimos anos, principalmente para fazer valer as políticas públicas sociais e de segurança, torna-se fundamental entender seu papel e sua atuação sobre os vulneráveis, que estão em situação de risco e os desfiliaados, que sob a égide da garantia de direitos, podem estar mais voltados para a ortopedia social, negando as subjetividades desses sujeitos.

Não resta dúvida que os agentes públicos estão cada vez mais inseridos na atuação do social, produzindo ações sobre os sujeitos e as populações buscando garantir determinados valores e modos de vida secularizados, subsidiados nos direitos e garantias fundamentais com o intuito de manter e/ou acelerar o desenvolvimento do país sob o ancoradouro dos padrões humanitários e de dignidade humana para o bem da nação.

Nessa perspectiva ganha destaque, atualmente, os servidores e funcionários públicos por terem ação direta sobre as populações vulnerabilizadas conforme instituído pelas políticas públicas sociais. Assume relevância também as ações dos concessionários e permissionários, que mesmo sendo privados desempenham função pública.

No caso da errância e do nomadismo podemos elencar uma série de atores que estão direta e indiretamente envolvidos com a questão, dentre os quais chama a atenção a presença

de prefeitos, secretários, ministério público, policiais, profissionais que atuam nas políticas de assistência social, saúde e previdência social, albergues, concessionárias de rodovias entre outros, imbuídos do propósito de gerir os modos de vida dessas populações, principalmente dentro dos espaços citadinos.

2. CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS TEMAS

2.1 A equipe do CREAS que atua com pessoas em situação de rua

A equipe do CREAS, responsável pela atenção às pessoas em situação de rua, é composta por uma assistente social, uma pedagoga e por uma educadora social, além de um motorista, que se divide entre acompanhar a equipe e acompanhar o restante dos profissionais do CREAS. A equipe não é exclusiva para atendimento às pessoas em situação de rua, atendem também às outras demandas da unidade como atendimento às crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violência.

Mesmo não sendo declarado e instituído, a assistente social assume as coordenadas de atenção às pessoas em situação de rua, sendo a interlocutora com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, e com outras instituições, no entanto, a pedagoga, e principalmente a educadora social, não são figuras menos ativas. A educadora social assume a frente em muitas ações de campo, nas praças, como manter interlocução com os profissionais da UAM e também no contato direto com as pessoas em situação de rua.

Como ações promovidas pela equipe consistem a retirada das pessoas em situação de rua para colocação no hotel social, a busca de internação em clínicas de reabilitação, tanto voluntária, involuntária quanto compulsória¹⁰, a recolha de pertences das pessoas em situação de rua, o encaminhamento para o trabalho e o retorno à família e à cidade de origem, para aqueles que não são do município.

Outra ação dispensada pela equipe, mas proposta pela secretaria e pela coordenação do CREAS, consiste na campanha com a população para a não doação de dinheiro ou bens materiais (esmolas) para as pessoas em situação de rua (inclusive com campanha publicitária em jornal municipal) guia de orientação para o Grupo de Trabalho, panfletos, bem como vídeo institucional colocando a esmola como indutora de uso e abuso de substâncias psicoativas.

A preocupação constante da equipe é com a questão da permanência das pessoas em situação de rua nas praças do município, adotando estratégias para que eles não permaneçam nos locais públicos, buscando contato com as famílias com o intuito de recolocá-los, inserindo-os no trabalho em empresas do município, colocando-os/hospedando-os no hotel

¹⁰ A Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (BRASIL, 2001) adota como modalidade de internação a voluntária a que o usuário consente; a involuntária a que se dá sem o consentimento do usuário e solicitada por terceiros e a compulsória: aquela que é determinada pela justiça.

social, buscando residência para as pessoas em situação de rua ou solicitando para que eles saiam dos locais públicos.

Porém, a equipe durante o período da pesquisa demonstrou em alguns encontros do Grupo de Trabalho a dificuldade em alcançar o êxito na retirada das pessoas em situação de rua, por eles insistirem em permanecer nas praças bem como dar resposta para as perguntas de pessoas em situação de rua como essa “*tem alguma novidade pra gente?*”.

Os agentes relatam que estão sem expectativas de conseguirem realizar as ações postuladas pelo CREAS para atender aos ditames da política pública de assistência social, pois não veem progresso nos serviços executados, visto que toda a energia dispensada na atuação com as pessoas em situação de rua não traz retorno tanto profissional quanto pessoal, o que gera impotência na equipe por não conseguirem retirar as pessoas da rua como expresso a seguir:

vou fazer um desabafo aqui, nem sei se vai resolver, mas tá complicado. É que parece que quando tá tudo indo bem alguma coisa acontece eu tô me sentindo impotente. (PAS 2).

A equipe considerava, em vários momentos, que estava caindo em descrédito, tanto com as pessoas em situação de rua, com outros agentes públicos, quanto com os cidadãos, pois considerava que estavam apenas retirando as pessoas da rua e colocando no hotel e, agora, até as pessoas em situação de rua querem que eles façam tudo para eles chegando a dizer que:

estamos virando babá deles, essa é a grande verdade. (PAS 2).

2.1.1 O portão do CREAS

O portão do CREAS ganha destaque por representar a distinção entre o dentro e o fora, sendo o fora ameaçador e o dentro seguro. Essa questão surge quando um membro da equipe, durante uma reunião do Grupo de Trabalho, traz o caso de um senhor suspeito de furtar residências que estava nas proximidades da unidade.

O profissional considerava ser importante manter o portão fechado, pois assim, o senhor não entraria na unidade para furtar, relatando ainda que dá medo da unidade ser invadida. Podemos perceber essa preocupação na seguinte verbalização:

por isso que a auxiliar de serviços diversos deixa fechado lá; tem horas que ela fica sozinha. (PAS 3).

O fechamento do portão vai além das questões de furto e roubo, essa é uma prática constante da unidade, como uma maneira de garantir a segurança dos funcionários, pois todas as pessoas que vão à unidade necessitam ser identificadas antes de entrarem, ou para serem atendidas do lado de fora, mesmo sendo usuários da unidade, quando burlam as regras e adentram sem serem anunciadas tornam-se indesejáveis, pois:

ah tem uns que vão entrando [no CREAS] junto com a gente. (PAS, 11).

O atendimento às pessoas em situação de rua ocorreu do lado de fora do CREAS durante algumas reuniões do Grupo de Trabalho, quando algum membro da equipe se dirigia até a grade do portão, conversavam e orientavam os usuários.

Em uma ocasião houve uma discussão com a mãe de uma pessoa em situação de rua por ela não manter a higiene da casa e não “cuidar” da filha, além de repreender a senhora por ela gastar o dinheiro de uma pessoa que fica em sua casa.

A permanência do portão fechado não causou, durante o percurso da pesquisa, questionamentos no grupo ou de algum profissional do CREAS, ao contrário, houve manifestações de apoio, principalmente após o fato da suspeita do senhor que estava praticando furtos nas imediações. Essa situação se tornou parte da rotina tanto dos profissionais do CREAS, quanto dos outros profissionais que frequentam a unidade.

Nesse sentido, é interessante pontuar que a porta de entrada para a atenção às pessoas em situação de rua permanece fechada para eles, que necessitam aguardar de fora a resposta do atendimento ou não, o que vai contra uma das prioridades da Política Nacional de Assistência Social que, em nome da segurança, não é levada em consideração, sendo o portão o mediador entre o exterior inseguro e o interior seguro.

2.2 UAM

A UAM cumpria a função de atendimento preferencial aos trecheiros e outras pessoas em trânsito que desembarcavam na estação rodoviária ou que eram levados até a unidade por profissionais de outras unidades, em especial do CREAS. Além desses profissionais, os policiais também encaminhavam os trecheiros para atendimento na Unidade.

A dinâmica de atendimento consistia no embarque imediato dos trecheiros atendidos, e só em casos especiais havia encaminhamento para o hotel social conveniado com o município. Esse encaminhamento ocorria apenas quando já não havia a possibilidade de embarque para o mesmo dia e os profissionais da Unidade avaliavam que o trecheiro não poderia dormir em algum espaço da cidade.

Mesmo referenciado ao CREAS, os atendimentos aos trecheiros não foram discutidos no Grupo de Trabalho População de Rua tampouco considerado parte das pessoas atendidas pela equipe população de rua. Apenas um profissional da UAM participou do Grupo no último mês da pesquisa, motivado pela abertura da casa de passagem.

É interessante notar a definição da UAM e dos serviços ofertados pela unidade por um profissional da assistência social, que demonstra a prática diária dos serviços dispensados que se resume em encaminhamento, via passagem interurbana, doação de roupas e lanche, oferta de banho no banheiro da rodoviária, além de encaminhamento para o hotel social para pernoite, como se nota a seguir:

a UAM serve só para dar passagem aos moradores que não são daqui, pois o objetivo é só deixar quem é da cidade. Se tiver sem roupa damos banho, comida, encaminhamos para o hotel até o outro dia se não tiver passagem. (PAS 1).

O atendimento dos trecheiros é sempre rápido, durando apenas alguns minutos, em que o profissional indaga da última data que o trecheiro passou pela cidade e solicita um documento para averiguação do nome no sistema e posterior preenchimento da passagem.

Em seguida, o profissional solicita que o trecheiro aguarde o horário do ônibus na sala de espera, na plataforma ou pede para que o trecheiro saia da rodoviária e retorne à unidade próximo ao horário de embarque, se a partida do ônibus demorar demasiadamente.

O contato entre funcionários e trecheiros ou migrantes é mínimo, não entabulam conversa no sentido de saber as demandas daqueles que passam pela unidade. Dificilmente olham para os trecheiros quando atendem, direcionando a atenção para o preenchimento da passagem ou para verificar a data da última concessão do passe.

As palavras mais verbalizadas, pelos profissionais, para os trecheiros durante o atendimento são: “*você veio de onde?, pra onde você quer passagem, quando você passou por aqui, me dá um documento*”, além de dizer os horários dos ônibus e de qual plataforma eles saem.

O intervalo para a concessão de passagem sofreu mudanças ao longo do percurso da pesquisa. Em abril de 2013 era de oito meses e, em agosto de 2013 passou para doze meses, no entanto esse intervalo não era seguido à risca.

A passagem poderia ser entregue com prazo menor se o trecheiro conseguisse “convencer” o funcionário da necessidade da viagem como ocorreu com uma moça que disse que iria se internar para desintoxicação em outra cidade. Poderia ser concedida também se os profissionais do CREAS encaminhassem, ou se o trecheiro ficasse perambulando pela rodoviária e pela cidade além de solicitação realizada pela polícia.

O intervalo para a concessão de passagens poderia ser de dias ou meses, estando sujeito à avaliação do profissional que, na maioria das vezes, foi mais pessoal do que propriamente em consonância com as normativas do serviço. Mesmo insistindo que não poderia conceder a passagem antes do prazo determinado, o agente público realizava o procedimento de encaminhar o trecheiro para a cidade mais próxima, mas enfatiza as consequências que poderá sofrer por conceder a passagem com prazo menor que o estabelecido.

não posso porque se não eles vão cobrar de mim essa passagem. (PAS, 15).

Complementando, dizendo que iria se prejudicar, mas acaba concedendo a passagem para os trecheiros, mesmo antes do período determinado, como se nota a seguir.

se eu te ajudar aí eu me prejudico porque não faz nem um mês que você passou aqui. (PAS, 15).

Uma das características para a concessão da passagem antes do prazo determinado, além do convencimento por parte do trecheiro, é ele se colocar em situação de submissão perante os funcionários. Essa questão foi percebida no caso de um trecheiro levado pela polícia, que inicialmente confrontou o funcionário e recebeu a negativa para a concessão da passagem, sendo repreendido pela polícia. Após algum tempo retorna e verbaliza para o funcionário: “*pelo amor de Deus senhor eu preciso ir pra casa tá muito frio, vê o que o senhor pode fazer aí pra eu ir embora*”.

Diante da verbalização do trecheiro implorando pela concessão da passagem, o profissional decide conceder o passe imediatamente, mesmo que o trecheiro tenha passado na unidade há menos de um mês, enfatizando após o embarque do trecheiro:

tá vendo depois que leva uma prensa ele vem mansinho pedir. (PAS, 14).

Essas estratégias servem como objetivo geral perseguido pela UAM a partir do ano de dois mil e doze que é dificultar a parada e permanência de trecheiros na cidade e na rodoviária, bem como a retirada dos “noias¹¹” das imediações da estação rodoviária para que eles não fiquem mendigando ou achacando, enfim, perturbando os passantes, funcionários e comerciantes na rodoviária pois,

a gente tem que dificultar, não pode dar moleza não, se não vão querer passagem sempre, se dar moleza todo mês tá aqui pedindo. (PAS, 13).

Essa mudança ocorreu após a troca de administração municipal que intensificou a ação de retirada dos “pedintes”, trecheiros e “noias” da rodoviária, solicitando apoio da polícia para realizar tal intento. Mas não é só a polícia que cumpre esse papel, os comerciantes e funcionários da rodoviária também são parte fundamental para a mudança de atitude e também para o êxito do serviço da UAM. Essa mudança é expressa abaixo.

ano passado aqui era duro, era cheio de noia pedindo, pedia um monte de coisa, agora tá bom tá tranquilo, teve uma senhora que disse que tinha medo de ficar na rodoviária. (PAS, 14).

Ainda nessa direção outro profissional da assistência social faz a distinção entre o antes e o agora da rodoviária, enfatizando que a parte mais significativa foi ordem estabelecida, pois

antes era bem pior o povo ficava aqui pedindo, vinha tomar banho na rodoviária e aí foi juntando trecheiro e essa molecada que usa droga pra tomar banho, era uma bagunça. (PAS, 13).

O mesmo profissional continua pontuando essa distinção que ocorreu após a mudança de administração municipal, do caos para a tranquilidade como se nota a seguir:

agora tá bem melhor, tá mais tranquilo, mas se aparecer alguém aqui dando trabalho chamo a polícia. (PAS, 13).

¹¹ Termo utilizado pelos agentes públicos para designar as pessoas que usam, abusam, comercializam ou são dependentes de drogas, principalmente crack, e por tal atitude causam transtorno às pessoas que utilizam a estação rodoviária e os comerciantes.

O papel a ser cumprido pelos profissionais da UAM foi produzir o trânsito constante dos trecheiros, dificultando ao máximo a permanência destes na rodoviária e, por conseguinte, na cidade, concedendo passagens para embarque imediato, mesmo fora do prazo determinado pelo CREAS. Os trecheiros que insistiam em permanecer e “dar trabalho” bebendo ou achacando, a solução adotada foi acionar a polícia para manutenção da ordem.

2.3 O grupo de trabalho

O Grupo de Trabalho População em Situação de Rua ocorre toda semana às terças-feiras entre as nove horas e trinta minutos e onze horas. Iniciou no ano de dois mil e doze com o objetivo de colaborar com a equipe que trabalha com pessoas em situação de rua, constituir a rede com a saúde, principalmente com as questões de álcool e drogas.

O grupo contava durante a pesquisa com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e coordenadores de projetos de instituições religiosas, a frequência mais assídua além da equipe do CREAS era de coordenadores do CRAS, uma psicóloga do CRAS, dois psicólogos da saúde, duas enfermeiras de ESFs (Estratégia Saúde da Família) e de duas pessoas de uma instituição religiosa.

Outros profissionais da assistência social e da saúde participaram esporadicamente do grupo, assim como pessoas convidadas para discorrer sobre algum assunto específico e de interesse do grupo, como professor de uma universidade e a diretoria de uma cooperativa de reciclagem na tentativa de inserir pessoas em situação de rua na cooperativa, além de membros de uma instituição religiosa.

No início, durante as reuniões havia um lanche, com refrigerante, café e leite com chocolate que era degustado durante as discussões do grupo. O lanche agia como elemento socializador, visto que enquanto os membros comiam, conversavam sobre os casos atendidos pela equipe, entremeados por assuntos pessoais, que muitas vezes se confundiam não sabendo ao certo o que era assunto de trabalho e o que era assunto pessoal.

A dinâmica do grupo consistia na apresentação dos casos pelos membros da equipe que explanava sobre os procedimentos adotados com as pessoas em situação de rua que estavam nas praças da cidade ou no hotel social.

Em seguida, os outros membros discutiam tais procedimentos e davam os encaminhamentos necessários, como ligar para o médico para agendar consulta, solicitar

internação tanto voluntária, involuntária quanto compulsória, encaminhamento para emprego, entre outros.

Ainda no constante à dinâmica do grupo, foi perceptível uma polarização nas discussões entre um profissional da saúde e dois profissionais da assistência social, visto que o profissional da saúde questionava muitos dos procedimentos e encaminhamentos produzidos pela equipe e pelos membros do grupo. Principalmente no que se referia à internação involuntária ou compulsória das pessoas em situação de rua, fato que gerava desconforto no grupo por ser uma voz discordante e quando faltava o restante do grupo se sentia à vontade para colocar em prática seus intentos como pode-se perceber a seguir:

ainda bem que o profissional da saúde 3 não tá aqui, a gente pode então tentar a internação. (PAS, 2).

Os dois profissionais da assistência social, juntamente com os demais membros do grupo, seguem a linha de realizar os procedimentos sem questionarem os desdobramentos e outras possibilidades para cada caso. No afã de buscar resolutividade para as demandas centram-se em atingir o objetivo, que é encontrar um lugar para as pessoas em situação de rua, e qualquer ponderação que diverge desse objetivo é vista como indesejável.

Porém, o profissional da saúde, mesmo assim, se posiciona apresentando outro ponto de vista e outra maneira de realizar os objetivos e esse posicionamento é seguido algumas vezes por outro profissional da saúde, ainda que com as ponderações contrárias, o grupo acata os posicionamentos dos profissionais da assistência social.

A preocupação do grupo desde a primeira reunião que o pesquisador participou foi de encontrar um lugar para as pessoas em situação de rua, mas os lugares não eram os públicos e sim os institucionais como o hotel social, as clínicas de reabilitação ou hospitais psiquiátricos, residência, a família e emprego. O objetivo era sempre tirar dos espaços públicos e inserir em algum desses lugares institucionais de confinamentos citados acima.

Além de um lugar para as pessoas em situação de rua ficar, o grupo, em consonância com a Secretaria Municipal de Assistência Social, buscava regular as formas de vida dessas pessoas, realizar campanha contra a esmola, campanha para a proibição da venda de bebidas alcoólicas para as pessoas em situação de rua ou trecheiros, o cuidado com a saúde, o “conforto” e com a qualidade de vida.

Após vários meses de reunião, apenas uma profissional insere uma ação para o grupo sem consultá-lo e sem discussão. A ação consistia na saída do grupo a campo nos dias de

algumas reuniões para “sentir na pele” o trabalho da equipe, bem como para dar uma resposta para o aumento do número de pessoas em situação de rua nas praças do município.

A ação foi posta em prática durante o último mês de pesquisa com a alegação de ouvir as vozes das pessoas que estão nas praças. Com esse intuito um profissional da saúde insiste que é necessário ir às praças para realizar o trabalho e não ficar apenas discutindo no grupo. Para ele,

tem que ir pra rua pra intervir. (PS, 4).

Mesmo indo às praças para ouvir as demandas das pessoas em situação de rua, tais como, continuar nas praças e não serem hospedados no hotel social, a equipe e o grupo, exceto o profissional da saúde, não concordavam com as solicitações. A principal e que causou maior desconforto foi saber que eles preferiam ficar nas praças, diante disso continuaram insistindo em manter as práticas anteriores, não aceitando as propostas das pessoas em situação de rua.

Quando as pessoas em situação de rua não aceitavam ou não concordavam com as propostas e encaminhamentos realizados pela equipe, a própria equipe e o grupo encaravam como afronta, ou viam tal recusa como ingratidão, pois eles estavam fazendo o melhor para elas. Um caso singular de um casal que não aceitou o local de residência indicado pela equipe demonstra essa questão, já que eles

não querem ficar na periferia não, que dependendo da periferia era melhor ficar na rua. (PAS, 2).

Ao ouvir essa verbalização outro profissional da assistência social em tom sarcástico reforça o inconformismo pela recusa dizendo:

agora ele quer escolher ainda, onde ele vai encontrar casa no centro. (PAS, 5).

O sarcasmo continua na verbalização de outro profissional da assistência social quando ouve o desejo do casal, dizendo que sim, que eles conseguiriam uma casa no centro, mas

sim no centro da periferia. (PAS, 4).

Para melhor lidar com as pessoas em situação de rua, a Secretaria Municipal de Assistência Social promoveu dois eventos relacionados com a temática, contratando para ministrar palestras, um sociólogo e uma assistente social que discursaram sobre a política pública de assistência social e a política para população em situação de rua respectivamente.

O convite foi estendido para o grupo que acatou e, após assistir às palestras, o grupo chegou a cogitar colocar em prática as propostas do sociólogo, principalmente a proposta de não conceder benefício para as pessoas que não estão em processo de saída das ruas.

Durante os oito meses de participação no grupo, houve tentativas frustradas de inserir textos que tratassem da temática da população em situação de rua para leitura e discussão. Foram entregues dois textos¹² que não foram discutidos por mais que algum membro insistisse na discussão.

A discussão era postergada até cair no esquecimento, e os textos eram deixados de lado em prol da discussão dos casos atendidos pela equipe, por esses demandarem resolução imediata. O trabalho prático assumiu a predileção do grupo, por ser o que dava resposta imediata, e as questões teóricas não dariam essa resposta, apenas levantavam discussões sobre temas de trabalho dos profissionais. Mesmo verbalizando a importância da leitura dos textos o grupo sempre burlava a parte teórica para se assegurar na prática, que atendia aos anseios da equipe, da secretaria e, por conseguinte, da prefeitura.

Inspirados nos dizeres do sociólogo a equipe e o grupo, com exceção do profissional da saúde três (PS, 3), buscava uma maneira de garantir a adesão das pessoas em situação de rua às propostas e encaminhamentos realizados pela equipe, visto que eles invariavelmente acabavam “resistindo” e não cumprindo o combinado. Um profissional da saúde sugere confeccionar um documento, denominado de contrato por outro profissional da saúde, já que

a gente precisa fazer um contrato com ela, fazer como o palestrante falou. (PS, 1).

O contrato proposto consistia em fazer com que a pessoa em situação de rua assinasse um termo se comprometendo a seguir as recomendações estipuladas pela equipe, com algumas penalizações para caso de descumprimento.

¹² Os textos deixados para leitura e discussão pelos participantes do Grupo de Trabalho População de Rua são respectivamente: “*a voz aos delírios*”, uma reportagem que trata do estigma de uma pessoa em sofrimento psíquico, mas que conseguiu escrever um livro em conjunto com um professor de psiquiatria da USP e “*vidas errantes*”, texto publicado na Revista UNESP Ciência que trata dos modos de vida dos trecheiros e andarilhos no interior de São Paulo e do atendimento prestado a eles, contando com entrevista de andarilhos e pesquisadores que estudam a temática.

O mais importante para o grupo era que esse documento resguardaria a equipe da acusação de não “cuidado”, por comprovar as ações demandadas e também uma maneira de forçar as pessoas em situação de rua a aceitarem as recomendações e encaminhamentos. Nesse sentido o profissional de saúde complementa.

a gente precisa fazer ele [pessoa em situação de rua] saber que precisa cumprir algumas regras e que se não fizer vai ter algumas consequências, não é mais deixar como tá, eles fazendo nada. (PS, 1).

Da discussão acima nota-se que o Grupo segue as proposições da Secretaria Municipal de Assistência Social, atuando de maneira pouco crítica, com muita dificuldade de lidar com questionamentos dos procedimentos, ações e encaminhamentos dados às pessoas em situação de rua, com forte impulso para resolver as demandas trazidas pela equipe, além de também buscar um lugar para a população em situação de rua e tentar gerir seus modos de vida, acreditando saber quais modos são os melhores a serem seguidos.

2.4 Abaixo-assinado

O abaixo-assinado foi uma ferramenta utilizada por moradores para retirar as pessoas em situação de rua da região de duas praças do município, e para tanto, os coordenadores dos abaixo assinados realizaram reuniões com as polícias, militar e civil, prefeitura além do envio para o ministério público.

O primeiro abaixo-assinado foi organizado por duas senhoras que residem nas proximidades de uma praça do município, preocupadas com a quantidade de pessoas em situação de rua na região e, por conseguinte, causavam transtornos para os moradores que residiam nas imediações. Os moradores se sentiam inseguros pela presença das pessoas em situação de rua, por esse motivo, a atitude das organizadoras foi se reunir com a polícia e com a prefeitura.

O segundo abaixo-assinado foi coordenado por um comerciante que reside em frente à outra praça da cidade, motivado também pelo grande número de pessoas em situação de rua que frequentavam a praça para beber e também para pedir dinheiro e comida “causando transtorno” para esses moradores. A atitude do coordenador foi a de enviar o abaixo assinado para o ministério público.

Os abaixo-assinados não ficaram fora da pauta de discussão do grupo. Esse item constava como objetivo de um documento produzido pelo CREAS e assinado pela

coordenação e entregue para o grupo, propondo agendar reunião com as pessoas que confeccionaram o abaixo-assinado, as duas senhoras, com o intuito de discutir as propostas de trabalho com as pessoas em situação de rua.

As duas senhoras são pessoas com influência no município e não encontraram dificuldades para agendar reuniões com prefeito, delegado e comandante de polícia. O objetivo das senhoras era buscar mecanismos legais para retirar as pessoas em situação de rua das praças, por meio de legislação municipal, para regular o uso dos espaços públicos ou da ação das polícias sobre eles.

As senhoras buscavam resgatar a lei de contravenções penais no que tange à vadiagem e mendicância, argumentando com a polícia da possibilidade de prender as pessoas em situação de rua sob a alegação de serem vadios, prática já utilizada no município há alguns anos e esse desejo também foi expresso por alguns membros do grupo, que também são favoráveis à aplicação da medida, no entanto um profissional da saúde diz:

a lei da vagabundagem caiu. (PS, 2).

E ao ser questionado se ainda haveria a possibilidade de a polícia, mesmo assim, encaminhar para a delegacia as pessoas em situação de rua que “mendigam”, o profissional da saúde responde que

a polícia pode até levar para a delegacia, mas o juiz solta. (PS, 2).

Não era só a retomada da lei da vadiagem que estava em questão, o abaixo-assinado também visava resolver o problema das pessoas em situação de rua que trabalhavam como flanelinhas¹³ no centro da cidade, abordando os motoristas que estacionavam nas praças solicitando para guardarem os carros. Um profissional da assistência social diz sentir medo não só de o carro ser riscado, como se verifica a seguir:

a gente fica com medo, por causa de um real a gente gasta muito mais. (PAS, 4).

Porém, esse abaixo assinado-produzido pelas duas senhoras não durou muito nas discussões do grupo, embora o desejo de retirar as pessoas em situação de rua permanecesse,

¹³ Pessoas que se oferecem aos motoristas para estacionar e guardar seus carros durante o período que o motorista se ausentar mediante pagamento. Esse pagamento pode ser por consentimento do motorista ou mediante coerção, como dizer que vai arranhar o carro caso não receber pelo serviço.

assim como regular a utilização dos espaços públicos, tarefa levada a cabo após a reunião com um promotor de justiça para tratar do outro abaixo-assinado, e que no fim da pesquisa esse processo já estava no departamento jurídico do município.

2.4.1 Ministério Público

A solicitação de reunião, proposta pelo promotor do município, para discutir as ações a serem realizadas pelo CREAS e pela Prefeitura com as pessoas em situação de rua que estavam na praça em frente à residência do comerciante descrito acima, foi motivada pelo abaixo-assinado recebido pelo promotor e foi impar por marcar a entrada do judiciário, além do executivo, do legislativo e da sociedade civil para atuar sobre as questões errância e nomadismo no município.

Na reunião, que ocorreu na sala do promotor, estavam presentes, além do promotor, dois profissionais da assistência social e um profissional da saúde e a questão a se resolver era como fazer com que as pessoas em situação de rua não permaneçam na praça, bebendo e esmolando, com o promotor enfatizando que os moradores da região “já não têm paz” com a presença constante deles, cobrando assim, uma solução do judiciário.

O promotor questiona os profissionais sobre a existência de uma legislação que regulamente o uso dos espaços públicos, recebendo resposta negativa. Pondera que seria importante a instituição dessa legislação como mecanismo para reduzir a possibilidade da permanência de pessoas nos locais, mas insiste com os profissionais nas estratégias para retirada das pessoas em situação de rua da praça. No entanto, um profissional da assistência social pondera,

se tirar eles de lá eles vão pra outras praças. (PAS, 2).

Diante de tal resposta, o promotor enfatizou aos profissionais a necessidade de encontrar uma solução junto à prefeitura. Nesse momento, outro profissional da assistência social diz que solicitará a inclusão das praças na atividade delegada para conseguir tal intento, porém o promotor insiste com os profissionais se eles não poderiam ir à praça para conversar com as pessoas em situação de rua, no sentido de convencê-las a saírem e um profissional responde:

vamos falar com eles, é o que podemos fazer só não sei se eles vão ouvir. (PAS, 10).

Um dos maiores motivos para os moradores que organizaram o abaixo-assinado, para o promotor e para os profissionais da assistência social era uma pessoa em situação de rua, uma mulher, que segundo eles era a agregadora das relações entre as pessoas em situação de rua na praça. Ela, segundo os profissionais, é quem “atraía” os outros para o local, pois conseguia dinheiro para comprar bebida e drogas, por esse motivo torna-se premente uma atenção especial para com ela.

Um profissional da assistência social pontua que a presença das pessoas em situação de rua foi também estimulada pelos próprios moradores da região da praça, visto que eles doavam dinheiro e comida, mesmo a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social realizando campanha para acabar com a esmola, mas, mesmo assim, os moradores insistem em dar esmolas e vender bebida alcoólica.

Curiosamente, a questão do abaixo-assinado foi objeto de discussão e de preocupação até o falecimento de uma pessoa em situação de rua. Após essa data “a praça ficou limpa” por um longo período, o que acalmou os ânimos dos moradores, também da equipe e do grupo, no entanto, passado alguns meses o movimento retornou nas praças o que demandou o retorno da atenção sobre ela.

É importante pontuar que em nenhum momento se questionou a legitimidade dos abaixo-assinados, tanto das senhoras quanto dos moradores da região da outra praça. O movimento foi com o objetivo de traçar estratégias para a retirada das pessoas em situação de rua dos espaços públicos, corroborado pelo promotor que buscava uma solução para tal situação, colocando o coordenador do abaixo-assinado a par da discussão com os profissionais que estavam na reunião.

Na reunião houve uma tentativa de questionar os motivos do abaixo-assinado, com uma proposta dada pelo profissional da saúde, no sentido de convidar as pessoas que assinaram para problematizar as questões sobre os modos de vida das pessoas em situação de rua, porém, tal proposta nem foi levada em consideração pelos outros membros, que focaram apenas em como resolver o problema das pessoas nas praças.

2.5 Praças

As praças do município foram objetos de atenção durante todo o percurso da pesquisa, por ser o *locus* das pessoas em situação de rua e, fonte de preocupação da administração municipal, que demandava presença constante dos profissionais da assistência social nelas,

tanto do CREAS quanto da UAM. Esse contingente foi crescendo nos meses finais com os profissionais da saúde, além dos membros de uma instituição religiosa, todos com o intento de dar conta da problemática de encontrar um lugar e outra forma de vida para as pessoas em situação de rua.

A equipe do CREAS que atua sobre as pessoas em situação de rua e os funcionários da UAM percorriam várias praças, mas apenas duas mereciam atenção especial por serem as que concentravam quase a totalidade das pessoas em situação de rua do município e as duas praças guardam características particulares que propiciam a concentração das pessoas. Uma é bem pequena em formato de triângulo e está localizada numa avenida da cidade que liga uma universidade ao centro, contando com grande fluxo de veículos e com vários estabelecimentos comerciais ao redor, inclusive dentro da própria praça, possui também banheiro público, além de grande presença de idosos que passam o dia jogando baralho.

A outra é ampla e está localizada em um bairro populoso e com grande movimento de pessoas de dia e de noite para utilizar os equipamentos de ginástica ao ar livre. Possui uma igreja católica dentro e um coreto além de estabelecimentos comerciais, tanto nas imediações, quanto no próprio território, assim como uma banca de jornal abandonada. A praça é pouco iluminada e com várias árvores que dificultam a visibilidade.

As praças são o local de socialização das pessoas em situação de rua, onde tomam cachaça, conversam, fazem comida nos fogareiros, dormem, realizam a higiene pessoal, enfim, o lugar de pertencimento. Sendo o local de referência para ser encontrado pelos demais e quando são questionados da necessidade de sair e ir para outro espaço respondem prontamente “*nós vamos ficar aqui, aqui é nosso lugar, a praça é nossa*”.

A problemática vista pela equipe e, por conseguinte, pelo município das pessoas em situação de rua estar e/ou permanecer nas praças se deve à perversão do ideário de higiene e assepsia, além do temor de perturbar a ordem como pontua um cidadão participante de um evento promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social *fica “pedindo dinheiro, sujando a praça e querendo brigar com a gente, tomando pinga”*, essa verbalização é acompanhada por praticamente todos os membros do Grupo de Trabalho.

A questão da limpeza promovida pelo município ou pelos cidadãos *versus* sujeira produzida pelas pessoas em situação de rua foi notória durante algumas reuniões do grupo como também nas rondas e visitas da equipe nas praças. Essa preocupação com a sujeira provocada pode ser vista na verbalização de um comerciante de uma praça do município ao dizer, “*tá vendo a praça tava limpinha olha só o sujeira que eles deixou, ela pegou e rastelou a praça hoje de manhã, mas olha só como deixou*”.

A preocupação não era apenas com a sujeira produzida pelas pessoas em situação de rua, mas também com a socialização deles, além de poderem usar os espaços das praças para higiene ou para se alimentarem, provocando consternação e desejo de assepsia dos agentes públicos e cidadãos do município já que,

a praça parecia um quintal, tinha roupa estendida por todo lado, uma moça lá lavando roupa no banheiro, outros no banco conversando e bebendo pinga, a praça tava uma sujeira só. (OP, 4).

A preocupação com a limpeza das praças não fica apenas nas discussões no Grupo de Trabalho, a equipe do CREAS atua efetivamente tanto para a retirada das pessoas da praça para colocar no hotel social, como também com a retirada dos pertences das pessoas em situação de rua tal, como colchão e roupas, além das embalagens de pinga ingeridas por eles, como numa ação promovida pela equipe em uma praça que realizou um arrastão para a limpeza.

Essa medida é paliativa, pois as pessoas em situação de rua retornam às praças e, com eles, os pertences, embalagens e os utensílios para preparar as refeições. Esse retorno gera desconforto da equipe e, por conseguinte, da Secretaria Municipal de Assistência Social perante outros agentes públicos e cidadãos como se verifica a seguir.

eu tô até sem graça, falei pra eles [autoridades municipais] que agora a gente tinha conseguido limpar as praças, eles [pessoas em situação de rua] aparecem, agora eles [as pessoas que estavam na reunião] vão achar que a gente tava mentindo, vão achar que a gente não conseguiu fazer o trabalho. (PAS, 3).

É importante ponderar que a ação para a limpeza das praças promovida pela equipe do CREAS era incentivada pelos membros do grupo, visto que eles não questionam as ações e ainda colaboram quando são convidados a irem para as praças juntamente com a equipe, no momento em que o número de pessoas em situação de rua aumenta nas praças do município. Inicialmente essa ação tinha o intuito de ouvir a demanda deles, entretanto após ouvi-las, a ação desejada é a mesma da equipe, deixar as praças limpas.

A limpeza da praça foi objeto de solicitação da poda das árvores bem como iluminação de uma praça, considerada a que traz maiores problemas para a equipe, pela Secretaria Municipal de Assistência Social junto à prefeitura, com o objetivo de garantir a segurança do local e dificultar a presença das pessoas em situação de rua e dos cidadãos que socializam com eles bebida e comida.

2.5.1 O banheiro, a banca e o coreto

O banheiro público de uma praça, a banca de jornal e o coreto de outra praça foi objeto de discussão no grupo de trabalho durante os meses de pesquisa pelo motivo de as pessoas em situação de rua utilizarem esses equipamentos para higiene corporal, para guardar seus pertences ou para dormirem. A utilização desses locais não era bem aceita pela maioria dos membros do grupo, que apoiava as ações realizadas pela equipe do CREAS ou pelos cidadãos.

O banheiro público estava sob os cuidados de um comerciante da praça, que disponibilizava esse equipamento para seus clientes ou para os idosos que permaneciam na praça durante o horário de funcionamento do comércio, trancando em seguida para não permitir a entrada das pessoas em situação de rua e tal postura foi elogiada pelo prefeito como podemos verificar na verbalização do comerciante:

o prefeito deixou eu cuidar do banheiro, aí vem esse povo e suja tudo, ainda bem que tranquei agora eles não entram, imagina esses dias o prefeito veio aqui e viu o banheiro limpinho e eu disse pra ele: tá vendo to cuidando e ele me disse é isso aí é de gente assim que precisamos.

Essa situação é contestada no grupo pelo profissional da saúde (PS, 3) ao considerar que os banheiros públicos deveriam permanecer abertos para todos, inclusive para as pessoas em situação de rua, sugerindo ainda a construção de outros banheiros nas demais praças para as pessoas em situação de rua, mas enfatiza que esses equipamentos teriam que ser geridos pela prefeitura e não pelos comerciantes. Os outros membros do grupo não concordam com o profissional da saúde, afirmando que os banheiros ficam mal cheirosos, não sendo assim possível os cidadãos utilizarem.

O profissional da saúde insiste considerando ser preferível o mau cheiro, que as pessoas em situação de rua fazerem suas necessidades na praça. Mesmo assim os membros do grupo são irredutíveis quanto à proposta apresentada, acreditando ser melhor continuar da forma como está.

Outro equipamento que causa transtorno para a equipe, compartilhado pelos membros do grupo, é a banca fechada, local que as pessoas em situação de rua guardam os colchões durante o dia para recolherem à noite, como demonstra a verbalização de um profissional da saúde.

há um hotel na banca de jornal, fica cheio de colchão lá e a noite o pessoal pega todos eles. (PS, 6).

Essa situação gera desconforto na equipe e no grupo por ser um empecilho para o êxito das ações e, buscando assim mecanismos para primeiro descobrir o proprietário para responsabilizá-lo pela utilização da banca pelas pessoas. Como tal estratégia não surtia efeito o movimento em seguinte foi solicitar a retirada da banca da praça e, assim, reduzir as possibilidades de permanência das pessoas em situação de rua no local.

Como a estratégia de retirar a banca não surtia efeito imediato, a ação da equipe foi ir até a praça com a Kombi do CREAS munido de sacos de lixo para realizar a faxina, retirando além dos colchões, os pertences das pessoas em situação de rua que estavam no local, mesmo sob os protestos das mesmas, levando tudo para a cooperativa de reciclagem do município.

O Coreto está situado em um lugar pouco iluminado em um canto da praça bem próximo à academia ao ar livre, onde as pessoas em situação de rua utilizam para socializar, comer e dormir. O coreto tem grande poder de agregação e de pertencimento para eles, tanto que um profissional da assistência social pontua que o,

coreto da praça é dos moradores, eles já disseram. (PAS, 2).

Essa atitude das pessoas em situação de rua causa indignação da equipe do CREAS e também da maioria do Grupo, que não aceita a possibilidade da permanência delas no coreto, buscando em toda visita à praça levá-las para o hotel social, mas essa estratégia não é aceita com facilidade o que gera revolta como podemos ver a seguir,

se pudesse derrubava aquele coreto, aí quero ver, se pudesse passava um negócio por cima de lá. (PAS, 2).

Porém, a retirada das pessoas em situação de rua do coreto e, por conseguinte, da praça ocorreu com êxito por um curto período, fato comemorado pela equipe e pelo Grupo exaltando a limpeza do local, e sem elas o profissional da assistência social afirma que,

está até lindo agora o coreto sem ninguém, tá limpinho. (PAS, 1).

A limpeza do coreto durou apenas alguns meses, no inverno. Ao retornar o período com forte calor, a presença das pessoas em situação de rua foi crescente e constante o que fez com que a equipe do CREAS entrasse em contato com a prefeitura e com o pároco da igreja

para derrubar o coreto. Envidaram esforços na tentativa de convencê-lo da importância da retirada desse equipamento, pois assim acreditam que a presença das pessoas em situação de rua diminua ou cesse como pontua o profissional da assistência social.

quero ver depois que derrubar o coreto esse povo ficar na praça. (PAS, 1).

As praças da cidade representam o lócus das relações entre as pessoas em situação de rua, sendo o espaço de referência e de reconhecimento, tanto que, mesmo a equipe do CREAS ou outros agentes públicos se mobilizando para a retirada dessas pessoas de uma praça, elas se deslocam para outra, o que gera maior dificuldade para o êxito de tal ação. Para tanto, podemos conjecturar que já não estão em situação de rua e, sim, em situação de praça¹⁴.

2.6 Rondas

As rondas noturnas da Secretaria Municipal de Assistência Social iniciaram no mês de abril de 2013, se estendendo para além do período da pesquisa, em três dias da semana, segunda, quarta e sexta-feiras, mas no mês de dezembro foram realizadas diariamente devido à abertura do comércio à noite.

O horário compreendido era das dezenove às vinte horas e trinta minutos percorrendo apenas as praças, considerada pela equipe, como as que possuem mais pessoas em situação de rua ou de trecheiros que permanecem na cidade, no entanto, no mês de dezembro foi incluída a área comercial.

As rondas noturnas eram um dos objetivos propostos no plano de ação do grupo de trabalho, assinado pela coordenação do CREAS, e ficava a cargo da equipe de população de rua e dos funcionários da UAM que se revezavam na sua realização, recebendo hora extra para realizar tal ação, o que fazia com que fosse realizada o mais rápido possível, pois mesmo terminando antes, receberiam as horas extras acordadas, como se verifica a seguir.

nossa é hoje, agora ele [pessoa em situação de rua] vai atrasar a gente. (PAS, 12).

¹⁴ A utilização do termo situação de praça e não situação de rua se deu em função das pessoas em situação de rua do município adotar as praças para socializarem e permanecerem em detrimento das ruas, dessa forma os espaços de pertencimento era as praças e não mais as ruas.

O circuito percorrido consistia em cinco praças, determinadas previamente como as mais “problemáticas”, com um itinerário que iniciava em uma praça considerada com mais pessoas em situação de rua e terminando em outra também com mais pessoas.

O motorista não estacionava a Kombi, apenas circundava as praças com o veículo em movimento olhando para verificar se enxergava alguma pessoa, caso positivo, estacionava e descia, se negativo seguia para a próxima praça.

Durante os meses de outono e inverno as rondas eram rápidas, e o motorista passava em velocidade maior que a habitual, dizendo que nesse período não tinha ninguém nas praças e por esse motivo não parava. As rondas tinham mais a função de garantir as horas extras, que propriamente atendimento às pessoas em situação de rua, visto que eles queriam terminar o quanto antes a ronda, sem olhar mais acuradamente nas praças.

Ao verificar a presença de pessoas em situação de rua o procedimento era convencer a pessoa da necessidade de deixar a praça e ir para o hotel social por, segundo os profissionais, possuir melhores condições como: comida, cama e banho, além é claro, de não ficar na praça, como se observa a seguir.

vamos para o hotel tomar um banho, jantar e deitar numa cama quentinha. (PAS, 1).

Mas não eram todos abordados e sim, somente aqueles que não eram considerados perigosos, como se observa na fala de um profissional da assistência social:

esse aí não dá pra abordar não ele é agressivo. (PAS, 1).

Durante as rondas, o motorista passava em frente à casa da secretária de assistência social para que ela soubesse da realização do trabalho como se percebe na verbalização de um profissional da assistência social:

passa aqui [em frente a casa da secretária] para ela ver a gente. (PAS, 1).

Porém, o motorista questiona o funcionário se a secretária realmente veria que eles passaram em frente sua casa, como a seguir:

será que ela sabe mesmo? (PAS, 12).

Mas o funcionário que solicitou para passar em frente à casa da secretária afirma que sim que, mesmo a secretária não vendo, os vizinhos veriam e informariam sobre o serviço, pois eles também tinham interesse na ação, inclusive cobrando uma solução como se verifica na fala abaixo.

ah vê sim, mas acho que ela não vê, mas o pessoal aqui fala pra ela, aí ela fala que viu a gente, mas também esse pessoal fica cobrando ela [uma solução para as pessoas em situação de rua na praça]. (PAS, 1).

O desejo de retirada da praça é constante nos profissionais da assistência social, do Grupo e também dos profissionais da UAM, mesmo gerando descontentamento nas pessoas em situação de rua. Esse descontentamento aparece na resposta de uma pessoa em situação de rua que diz ao profissional que a atende na praça: “*você só vem aqui pra me dar trabalho*”, ouvindo como resposta:

vou continuar te dando trabalho até você mudar, até você ir pro hotel. (PAS, 1).

Mesmo com toda ação para a retirada das pessoas em situação de rua das praças, algumas pessoas ainda persistem em continuar nelas, gerando insatisfação nos profissionais por não levar a cabo a política municipal, e a ronda é parte importante, de deslocamento das pessoas para o hotel social e conseqüente limpeza das ruas. Essa insatisfação pode ser notada na verbalização de um profissional da assistência social ao declarar que,

tem uns que não querem ir de jeito nenhum aí a gente deixa, não dá pra levar à força. (PAS, 13).

Mesmo com a resistência de algumas pessoas em situação de rua de sair das praças, a ronda surtiu efeito, pois o número deles diminuiu significativamente após a mudança de administração municipal. Essa redução é verificada no relato de um funcionário da assistência social acompanhado pelos membros da equipe de população de rua, dizendo que agora a cidade possui aproximadamente cinquenta pessoas em situação de rua. Essa redução é verbalizada pelo profissional supracitado afirmando que,

ah antes tinha muito, quando eles (CREAS) contou tinha uns setenta e oito morando nas praças, agora tem menos.(PAS, 13).

As rondas cumpriam um papel significativo para a política municipal, pois atuavam na colocação das pessoas em situação de rua no hotel social e conseqüente retirada das praças, como máquina de “expulsão” das pessoas em situação de rua de outras cidades, ou de

trecheiros que adentram a cidade não passando pela UAM, escapando da política de passagem compulsória. No entanto, eles não permanecem por longo período, pois são “recuperados” nas rondas e enviados para outras cidades como expressa um profissional da assistência social, considerando que,

antes era terrível vinha gente de toda cidade pra cá e ficava, agora com a ronda da secretaria diminuiu bastante eles mandam os de fora embora, só fica mesmo os daqui. (PAS, 13).

Mesmo surtindo efeito relativo a ronda municipal foi intensificada no mês de dezembro, passando a ser realizada diariamente em dois períodos, justamente período em que o comércio abriu no período noturno, pois a administração municipal acreditava que a cidade receberia pessoas em situação de rua e trecheiros de outras cidades, assim como eles iriam ficar na região do comércio mendigando ou achacando, por isso a ronda foi constante como pontua um profissional da assistência social que diz,

nossa a gente fez ronda todo dia a tarde e a noite. (PAS, 14).

Para realizar tal intento, os profissionais escalados durante os meses anteriores foram insuficientes, necessitando assim, complementar com outros membros da Secretaria Municipal de Assistência Social e até os recém-contratados para trabalhar na futura Casa de Passagem.

Os procedimentos adotados foram a colocação no hotel social para as pessoas do município e encaminhamento para aqueles que eram de fora. Nesse sentido, um profissional da assistência social verbaliza a força tarefa no fim de ano ao dizer que

foi todo mundo. Eu, o funcionário que trabalha aqui de manhã, o pessoal do CREAS e os que foram contratados [para trabalhar na Casa de Passagem].(PAS, 14).

Mesmo com toda essa ação ainda surgiram questionamentos produzidos por um profissional da saúde no sentido de saber se as rondas estavam “resolvendo” e se a política estava sendo realizada a contento. Em que um profissional da assistência social responde:

resolve mostrar que tá tirando da rua, que o trabalho tá sendo feito. (PAS, 2).

A ronda continuou mesmo após o término da pesquisa, sempre com o mesmo intuito, retirar as pessoas das praças ou outro espaço público para colocar no hotel social, mesmo com

toda a discussão no Grupo das condições oferecidas, bem como das queixas das pessoas em situação de rua sobre a presença de drogas, além de serem postas como “mula¹⁵”.

2.7 Hotel Social

O hotel social foi uma das grandes questões enfrentadas pelo Grupo de Trabalho, por outros profissionais que trabalham na Secretaria Municipal de Assistência Social e pelas pessoas em situação de rua e trecheiros. Funciona como a única alternativa de encaminhamento das pessoas retiradas das praças, ou que desembarcavam na rodoviária, além de ser um espaço onde as pessoas aguardavam encaminhamentos para médicos ou para o trabalho. Está localizado na área central da cidade, próximo ao mercado municipal, em uma rua com grande movimento.

O hotel é muito pequeno com entrada e corredor estreitos que dão na recepção com dois sofás e uma televisão. Há uma cozinha muito pequena e alguns quartos, em torno de dez, com aproximadamente cinco quartos de cada lado e no meio um espaço de aproximadamente trinta metros quadrados, onde as pessoas em situação de rua hospedadas usam para estender a roupa e também para sentar e conversar.

As condições físicas do hotel são precárias, com muita poeira nos móveis, quartos com pintura descascando, cozinha em situação precária e utensílios domésticos amassados ou velhos. Não foi possível verificar o estado dos quartos do estabelecimento, pois estavam fechados no momento da visita. A descrição dada pelo profissional da assistente social para o pesquisador era de um local que assustava os visitantes como a seguir:

se prepara para o show de horror. (PAS, 3).

A situação do hotel é questionada por um profissional da assistência social ao compará-lo com o serviço ofertado pelo CETREM afirmando que, mesmo sendo pessoas em situação de rua ou trecheiros, merecem dignidade, fato que o hotel não proporciona dizendo que,

nossa nem me fale daquele lugar, você já foi lá? O CETREM perto daquele lugar era um hotel cinco estrelas, vai lá pra você vê o que é aquele lugar, não sei como eles tem coragem de colocar uma pessoa lá, eles estão na rua, são trecheiro mas tem

¹⁵ Pessoa que transporta drogas, geralmente em pouca quantidade.

dignidade, pelo menos no CETREM eles tinham, comida sempre, cama, roupa limpinha. (PAS, 20).

Mesmo em condições precárias, a fachada do hotel está em boas condições, dando a falsa impressão das condições encontradas no interior. Mesmo em condições precárias o hotel mantém convênio com o município há alguns anos, e nem a mudança de administração municipal modificou o panorama.

Sua utilização foi questionada algumas vezes pelos membros do Grupo de Trabalho recebendo resposta de um profissional da assistência social que ainda hospeda pessoas em situação de rua no hotel,

porque venceu o contrato com a entidade que prestava serviço e ele [o prefeito] não quis renovar porque achava que pagava muito e a entidade não quis renovar pelo mesmo valor e, você acha que algum hotel ia querer colocar algum morador de rua junto com os outros hóspedes, só ela aceitou. (PAS, 2).

O convênio entre município e hotel consiste em pagamento de diárias pelo município, enquanto as pessoas em situação de rua ou trecheiros permanecessem hospedadas.

No valor da diária está incluso café da manhã além de almoço e jantar, no entanto, a proprietária não consegue cumprir tal acordo deixando as pessoas em situação de rua sem alimentação em vários dias, necessitando a equipe do CREAS comprar bolachas. Essa falta de refeições é verbalizada por um profissional da assistência social que pondera,

ela não consegue fazer todas as refeições e também não tem café da manhã. (PAS, 2).

A permanência das pessoas em situação de rua passa também pelo crivo da proprietária, ou melhor, pela empatia ou antipatia dela para com as pessoas hospedadas pelos profissionais da assistência social ou pela polícia. fica a seu critério a permanência ou não, mesmo os profissionais insistindo para deixá-los hospedados, como se observa nas falas de dois profissionais da assistência social que dizem:

se ela for com a cara deles vai bem, se ela invocar aí ela implica mesmo. (PAS, 1; PAS, 2).

Não é apenas a proprietária que administra o hotel, seus filhos também são parte importante na sua dinâmica, sendo diferenciada a maneira como os profissionais da assistência social veem cada um dos filhos. Nesse contexto, tem a boazinha, tem o filho policial que não gosta das pessoas em situação de rua, além da filha problema que faz uso de

drogas, ou como pontua uma pessoa em situação de rua, “o hotel tem tudo que não presta, tem muita droga e muito álcool”, fala confirmada por um profissional da assistência social que verbaliza:

imagina eu mandar pra lá uma família ou uma pessoa de bem para aquele lugar? todo sujo, onde tem de tudo e também a filha da mulher lá usa droga. (PAS, 13).

A filha da proprietária tornou-se o grande problema para a Equipe do CREAS, da UAM e do Grupo de Trabalho População de Rua, mais até que as precárias condições de habitabilidade, a falta de alimentação, ou o humor da proprietária que seleciona as pessoas que permaneciam no hotel.

Por conta disso, as pessoas em situação de rua não aceitavam retornar ao hotel como expressa uma pessoa em situação de rua ao dizer que “*não podia voltar lá não por causa da filha da proprietária que ela coloca as coisas [drogas ou cachimbo] no quarto dele para falar que é ele que tá usando*”.

A filha da proprietária além de usar de artifícios para “incriminar” as pessoas em situação de rua, como colocar no quarto cachimbo ou drogas, intimida essas pessoas a não dizerem, para os profissionais, sobre o que ocorre no interior do hotel ou expressa o uso da violência caso as pessoas hospedadas relatem o que ocorre no hotel para os profissionais, dizendo: “*êh! Você não vai falar nada não né se não vai molhar*”¹⁶.

Diante das condições apresentadas o grupo questiona se é mesmo viável encaminhar as pessoas em situação de rua para o hotel, recebendo resposta que não há outro lugar para encaminhá-las e, que mesmo com todos os problemas, ainda deixam as pessoas hospedadas. No entanto, alguns profissionais acreditam que diante do estado do hotel é preferível deixá-los na rua, como pontua um profissional da assistência social:

lá não dá pra ficar não. Melhor dormir na rua do que ir pra lá. (PAS, 13).

Essa verbalização não expressa a vontade geral da Secretaria Municipal de Assistência Social por conseguinte, os encaminhamentos para o hotel não cessaram em nenhum momento durante os oito meses de pesquisa.

Mesmo sabendo que no hotel drogas são encontradas com facilidade, os profissionais adotam uma postura contraditória dizendo que não pode usar bebida alcoólica, sendo

¹⁶ Gíria utilizada para dizer que a pessoa sofrerá reprimenda, geralmente violência física.

permitido apenas cigarro, enquanto a pessoa permanecer hospedada no local, como verbaliza um profissional da assistência social:

cigarro tem, mas coroti¹⁷ não. Lá é proibido bebida. (PAS, 1).

Diante da situação vivenciada no hotel alguns membros do grupo de trabalho sugerem que o CREAS procure outro hotel para hospedar as pessoas em situação de rua, sugestão acatada pela equipe que repassou para a coordenadora do CREAS, que conversou com a secretária de assistência sobre o assunto recebendo resposta afirmativa.

Diante da resposta da secretária, a coordenação do CREAS solicita para os membros do grupo realizar uma pesquisa de preço e de proprietários dispostos a receber essa população.

Os membros do Grupo formam uma comissão e percorrem os hotéis do município, encontrando apenas um interessado em receber a demanda, no entanto não aceita de imediato, ponderando que não fornece refeições, fato que a coordenadora diz ser uma questão resolvida pelo município que firmaria convênio com restaurantes indicados pelo prefeito para distribuição das refeições.

O Grupo acreditava inicialmente que o novo hotel receberia apenas as pessoas em situação de rua em processo de saída das ruas, no entanto a coordenadora e a equipe do CREAS afirma que o hotel deveria atender toda a demanda. Diante dessa afirmativa o proprietário recua, mas aceita após um tempo.

Mesmo o proprietário aceitando receber as pessoas em situação de rua ou pessoas que estão em trânsito, o convênio com o novo hotel não ocorreu, visto que a equipe afirma que o processo para a instalação da casa de passagem estava no final e, que em poucos dias essa unidade estaria em funcionamento, fato que não ocorreu até o fim da pesquisa, permanecendo então o encaminhamento para o hotel social como alternativa para atendimento das pessoas em situação de rua ou trecheiros.

É importante ponderar que o hotel social, mesmo recebendo todas as críticas quanto às condições de vida, e como propiciador do uso de substâncias psicoativas – que a equipe e o grupo buscavam proibir, além das violações sofridas pelas pessoas em situação de rua no local, mesmo assim, permaneciam o contrato entre prefeitura e hotel social e o encaminhamento dessas pessoas, sob a alegação que era melhor ficar no hotel que possui cama e banheiro que na rua, além de servir também como medida paliativa até a inauguração da Casa de Passagem.

¹⁷ Embalagem plástica em formato de barril ou tonel de aproximadamente quinhentos mililitros que acondiciona aguardente de baixa qualidade, também conhecida como buda ou budinha.

2.8 Casa de Passagem

A Casa de Passagem é considerada um importante lugar para o trabalho da política para pessoas em situação de rua do município, e mesmo não sendo inaugurada durante o período de pesquisa, nem nos meses seguintes, era fonte de discussão e de expectativa no grupo por trazer a possibilidade de resolução do problema para encontrar um lugar para colocar as pessoas em situação de rua, como percebemos na fala de um profissional da assistência social:

no máximo dois meses vai sair uma casa de passagem para colocar esse pessoal porque é urgente. (PAS, 13).

O desejo da equipe, do Grupo, do CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do prefeito era a instalação de um Centro Pop no município para complementar as ações da Casa de Passagem. Esse desejo não foi satisfeito pelo fato de o município não se adequar às exigências do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que requer no mínimo oitenta pessoas em situação de rua comprovados por pesquisa ou outra fonte confiável. Todos os esforços foram para a instalação da Casa de Passagem, que ganhou caráter de urgência após a chegada do período de calor.

A Casa de Passagem era imaginada, pela equipe do CREAS e compartilhada com o Grupo, com capacidade de atendimento para até quinze pessoas em situação de rua do município, excluindo do atendimento às pessoas que viriam de outros lugares como expressa um profissional da assistência social sobre as exigências impostas às entidades dispostas a assumir a Casa de Passagem, dizendo que:

aí eles vão seguir nossas normas nada de colocar qualquer um lá, só vai lá quem a gente pedir, nada de gente vir pra cá ficar esperando as coisas tipo sair de [cidade vizinha¹⁸] e ficar quinze dias pra consultar. (PAS, 10).

A intenção inicial era de terceirizar o serviço para alguma entidade do município. As entidades consultadas para assumirem eram todas de cunho religioso. Durante o processo houve propostas das entidades, mas o valor, segundo a equipe de população de rua, era muito

¹⁸ O nome da cidade citada pelo agente público foi deliberadamente omitido para preservar o sigilo da cidade pesquisada.

maior que a prefeitura esperava e por esse motivo a Secretária de Assistência Social, com anuência do prefeito decidiu assumir o serviço.

Após a prefeitura decidir assumir a Casa de Passagem, o próximo passo foi escolher o local onde ela iria ser instalada, sendo decidido pelo espaço onde funcionava o CETREM, buscando para isso levantamento de valores de mobiliário e também de uma empresa para restaurar o local, bem como contratação de profissionais e nomeação do coordenador, sendo escolhido para tal um profissional do CREAS, entretanto um profissional da saúde faz uma ressalva quanto ao profissional dizendo que:

é preciso capacitar aquele moço ele é meio truculento. (PS, 3).

A inauguração da Casa de Passagem foi sendo protelada mês a mês, mas quando foi chegando o período da abertura do comércio no período noturno o prefeito pressionou a secretária de assistência social para acelerar o processo de abertura, visto que o temor era de que as pessoas em situação de rua ou trecheiros ficassem perambulando pelo comércio para mendigar ou para achacar como notamos a seguir,

agora eles vão ter que adiantar. O prefeito quer que isso sai logo pra tirar o pessoal da praça. (PAS, 13).

O público a ser atendido pela Casa de Passagem foi fruto de controvérsias entre os profissionais da assistência social. Para alguns o espaço serviria apenas para as pessoas em situação de rua do município em processo de saída das ruas, para outros o espaço era para todas as pessoas em situação de rua do município, apenas do município, sem exceção, e para outros deveriam incluir também os trecheiros que passassem pela cidade e que não pudessem ser embarcados no dia.

No tocante aos trecheiros, a política seria de deixá-los, caso fosse possível, na Casa de Passagem o mínimo possível, embarcando-os no primeiro horário disponível para não correr o risco de o trecheiro adentrar a cidade. Nesse sentido um profissional da assistência social enfatiza a necessidade de colocá-lo em trânsito rapidamente ao verbalizar:

ah tem que ser pra pouco tempo. Trecheiro tem que vazar mais rápido. (PAS, 13).

Mesmo se a Casa de Passagem fosse inaugurada, o hotel social não deixaria de ser utilizado para hospedagem das pessoas em situação de rua ou trecheiros que chegassem à cidade.

Os critérios para ter os dois locais para abrigar essas pessoas não foi explicitado, mas podemos inferir que seja o nível de embriaguez deles ou a postura de insubmissão demonstrada no momento do atendimento dos profissionais.

A não inauguração da Casa de Passagem, devido à inexistência de recursos, foi uma frustração para a equipe, para o grupo de trabalho, para a coordenação do CREAS, para a Secretaria de Assistência Social e para a administração municipal, na consecução da política de retirada das pessoas em situação de rua das praças da cidade, restando as velhas ações e espaço – o hotel social – com todas as problemáticas que o cercam, sendo a única possibilidade para a realização da política assistencial.

2.9 Atividade delegada

A atividade delegada foi outro mecanismo utilizado para “garantir” a segurança nos espaços públicos de maior movimento no município, como o cemitério municipal, um parque municipal e a estação rodoviária, iniciando no mês de maio de dois mil e treze e se estendendo para além do final da pesquisa.

A atividade delegada foi fruto de um convênio firmado entre prefeitura e governo estadual para evitar o chamado bico dos policiais militares nos momentos de folga. O Estado fornece a viatura e o município paga o dia trabalhado do policial para ficar nos espaços públicos cuidando da segurança, como enfatiza um profissional da assistência social ao dizer que a atividade,

é um convênio entre o estado e a prefeitura onde o governo fornece a viatura e a prefeitura paga o policial, só aqui tem uns 15 que já querem. (PAS, 13).

Um dos objetivos da atividade delegada consistia em não permitir a permanência de pessoas em situação de rua, trecheiros ou pessoas que fazem uso ou abuso de drogas, denominado pelos profissionais da assistência social de “nóia”, realizando a limpeza desses espaços, principalmente na rodoviária, como expressa um profissional da assistência social:

mas a polícia veio aqui pra fazer isso mesmo, pra limpar a rodoviária dos nóias, é pra tirar eles mesmo daqui, foi pra isso que foi assinado o acordo [entre prefeitura e polícia] pra isso que foi feita a reunião pra tirar os nóias daqui mesmo. (PAS, 14).

E, mesmo quando a ação da polícia foi truculenta os profissionais da assistência social não interferiram, ou questionaram a ação como se observa a seguir:

eu não vou mexer com nada disso não, eles [quem? O prefeito, a comunidade, os comerciantes da rodoviária, ou todos junto] pediram para limpar a rodoviária, para tirar esses nóias daqui. (PAS, 14).

A ação da polícia foi considerada com muito êxito, mesmo sendo truculenta, pois cumpre o papel da limpeza das pessoas que perturbavam os passantes e comerciantes da estação rodoviária como podemos perceber na fala seguinte:

ano passado aqui era duro, era cheio de noia pedindo, pedia um monte de coisa. Agora tá bom tá tranquilo, teve uma senhora que disse que tinha medo de ficar na rodoviária. (PAS, 14).

O profissional complementa dizendo que a atividade delegada não retirou somente os trecheiros e os nóias da rodoviária, como também resolveu o problema da prostituição como se verifica:

nossa além dos noias tinha prostituição aqui [ainda há] era um monte de gente aqui pedindo, prostituindo e fumando tudo junto. (PAS, 14).

O êxito da Atividade é expresso, não apenas, pelos profissionais da assistência social, como pelo prefeito e pela comunidade, pois ela está deixando os espaços públicos limpos, não na questão da higiene pública, mas no tocante aos perturbadores da ordem como se observa a seguir:

o prefeito deu uma entrevista hoje na rádio dizendo da operação delegada, dizendo que o povo [a população] tá elogiando que agora a rodoviária melhorou muito, tá limpa. (PAS, 14).

Em nome da limpeza dos espaços públicos os profissionais da assistência social abdicam de sua autoridade, se sujeitando a constrangimentos perante os usuários do serviço, como ocorreu numa abordagem policial a um trecheiro que estava fumando maconha nos fundos da rodoviária, o policial diz para o trecheiro “*circulando vai, quem manda aqui sou eu, ele [profissional da assistência social] não manda nada aqui, vai, vai circulando, eu tô mandando*”.

O êxito da atividade delegada era apenas restrito aos espaços acima citados, não estendendo para as duas praças de maior concentração de pessoas em situação de rua, fato que incomodava a equipe de população de rua, o CREAS e o Grupo de Trabalho, pois

consideravam que sem a inclusão das praças o trabalho não surtia efeito visto que, por mais que retirasse as pessoas das praças e colocasse no hotel social, elas retornavam.

A tentativa de inserir as duas praças no cronograma da atividade delegada iniciou na reunião dos profissionais da assistência social com o promotor de justiça para discutir as ações visando atender às reclamações de um grupo de pessoas que confeccionaram um abaixo-assinado, mas só ocorreu ação efetiva, próximo à abertura do comércio, no período noturno, no mês de dezembro de dois mil e treze.

Para realizar tal intento a prefeitura solicitou junto ao Governo Estadual a inclusão das duas praças na atividade delegada, recebendo resposta positiva.

Além da solicitação da inclusão da atividade delegada, a prefeitura busca baixar uma normativa dando poderes à ação policial. A normativa diz respeito à retirada das pessoas em situação de rua das praças sob a alegação de perturbação do sossego público. Sobre esse fato um profissional da assistência social entusiasmado enfatiza:

agora tem alguma coisa pra polícia fazer, eles vão poder tirar eles de lá. (PAS, 8).

A futura inclusão das praças na atividade delegada é considerada como positiva para a Secretaria Municipal de Assistência Social, para o CREAS e para a maioria dos membros do grupo de trabalho, que acreditam que essa ação também será positiva para as pessoas em situação de rua, imaginando até que tal ação propiciará a mudança de vida dessas pessoas, como expressa um profissional da assistência social:

agora vai ser bom pra gente e pra eles também [pessoas em situação de rua], quem sabe eles também não mudam de vida. (PAS, 10).

2.10 Internações

A questão da internação de pessoas em situação de rua em clínicas de recuperação ou em hospital psiquiátrico foi fonte de discussões acaloradas no Grupo de Trabalho, visto essa prática sempre vir à tona nas reuniões, pois os sintomas de embriaguez recorrente apresentados pelas pessoas atendidas era motivo de busca de internação.

A internação mais visada era a compulsória e na sequência vinha involuntária e a internação voluntária não era cogitada no grupo. Para conseguir tal intento, a equipe entrava com solicitação junto ao Ministério Público para a realização da perícia médica e consequente decisão judicial para internação das pessoas em situação de rua.

Mesmo sendo visada e desejada pela quase totalidade do grupo a internação das pessoas em situação de rua foi questionada por diversas vezes por um profissional da saúde, fato que gerava desconforto no restante do grupo que via essa ação como uma excelente maneira de garantir a saúde das pessoas e também retirar as pessoas das praças por meses.

Essa contestação provocava no grupo a visão de que o profissional da saúde fosse contra a internação como expresso na fala de outro profissional da saúde ao questionar,

como meu amigo é contra a internação compulsória o que vamos fazer? (PS, 1).

No entanto, o profissional da saúde contesta o questionamento do outro profissional, chamando a atenção para verificar outras possibilidades antes da internação e que ela deveria ser a última alternativa. O profissional da saúde afirma:

eu não sou contra a internação, sou contra a internação desnecessária. (PS, 3).

Diante dos questionamentos do profissional da saúde o grupo passou a usar estratégias para discutir sobre internação compulsória ou involuntária, aproveitando as faltas dele para decidirem unanimemente pela internação dos casos considerados graves, como podemos notar na fala de um profissional da assistência social,

vamos fazer isso aproveitar que o profissional da saúde não tá aqui. (PAS, 2).

A busca de internação por parte da equipe do CREAS causava medo nas pessoas em situação de rua que verbalizam que não queriam ser internadas. A equipe diz para as pessoas em situação de rua que o objetivo não era esse, que o objetivo era ajudá-los, mas mesmo afirmando que não buscava a internação esse fato não foi todo verídico, pois a equipe impetrou vários pedidos no Ministério Público e, em alguns casos, verbalizava o desejo de internação a contragosto da pessoa, como se percebe a seguir:

ai a gente pede a internação e leva ele a força mesmo, mas vai ter que chamar a polícia pra levar ele. (PAS, 1).

O artifício de esconder a internação compulsória ou involuntária levantava suspeições das próprias pessoas em situação de rua, como pode ser observado na fala de uma delas quando disse para um profissional da assistente social: “*eu sei que você tá mentindo pra mim, mas mesmo assim eu vou lá*”. Fato que outro profissional confirma:

eu menti para o morador, para não falar pra ele que era internação. (PAS, 1).

Esse artifício foi usado também com a família das pessoas em situação de rua, quando o profissional orienta a família a buscar a internação da pessoa sem que ela saiba, indicando estratégias para ludibriar o familiar, como dizer que vai levá-la em outro lugar e a internar, como se pode notar a seguir:

intão vocês vão lá e pedem uma internação compulsória pra ela, mas faz sem ela saber diz que vai levar ela num lugar e depois internam. (PAS, 1).

O desejo de internação, presente ao longo do percurso da pesquisa, é reforçado na equipe e no grupo com verbalizações como a de uma pessoa em situação de rua que diz *me interna pelo amor de Deus, me interna.*

A pessoa em questão faz uso contínuo de crack, fato que fez com que a equipe empreendesse esforços para conseguir acelerar a internação, ou quando o juiz defere um pedido e a pessoa em situação de rua agradece os esforços da equipe como se percebe na fala de um profissional da assistência social:

fui na praça buscar ele, e quando ele me viu ficou todo feliz e agradeceu, ficou todo alegrinho ao saber que ia ser internado, entrou na perua e fomos pra [a cidade vizinha¹⁹], lá eles disseram que ele vai ficar seis meses, aí perguntei pra ele se ele queria ficar e ele disse que queria. (PAS, 1).

A questão da internação compulsória das pessoas em situação de rua ultrapassa as discussões no grupo, ela aparece também na mídia local como em um artigo de jornal intitulado *Internação Compulsória de moradores de rua* e assinada por Costa (2013), em que o autor defende a internação compulsória como mecanismo de reabilitação dessa população.

O autor citado sustenta sua posição considerando que as pessoas estão nas ruas por “problemas mentais” ou por fazer uso de substâncias psicoativas, enfatizando que os contrários à internação o fazem “por ideologia pura” (COSTA, 2013, p. 02), e que “[...] uma iniciativa a ser testada seria a internação compulsória para tratamento psiquiátrico ou psicológico, semelhante à internação de viciados em droga, em que fatalmente chega quem vive nas ruas”. (COSTA, 2013, p. 02).

¹⁹ O nome da cidade citada pelo agente público foi deliberadamente omitido para preservar o sigilo da cidade pesquisada.

Continua para defender seu ponto de vista que “[...] essa análise deve ocorrer independente da vontade do morador de rua. Em sã consciência, ninguém mora na rua por livre escolha.” (COSTA, 2013, p. 02), e por esse motivo defende a intervenção estatal para a internação como mecanismo de retorno à vida sedentária devendo ser sem o consentimento das pessoas em situação de rua, pois

Dentro de **uma normalidade** ninguém trocaria um cobertor quente e cheiroso pelo frio enrolado num ‘molambo’, não permitiria a **troca da proteção paterna por um risco iminente de abandono e solidão das ruas**, mas quando se opta pelas ruas é porque já falta grande parte ou tudo isso. (COSTA, 2013, p. 02, grifos nossos).

Há dois mecanismos que interferem na questão temporal da liberação das internações e estão relacionados com o poder judiciário. O primeiro relaciona-se com a Vara em que a ação é impetrada, como também depende do juiz que vai julgar e segundo um profissional da assistência social há um juiz que é mais rápido que o outro nas decisões. O outro mecanismo é referente à perícia médica, que inicialmente necessitava de nomeação de perito e nos últimos meses de pesquisa o juiz já aceitava a perícia sem a nomeação, fato que acelerou o processo de internação.

Ainda no tocante à escolha do juiz, os profissionais preferem que as ações fiquem a cargo do juiz que dá celeridade ao processo, por resolver a situação em poucos dias como expressa um profissional da assistência social:

com esse juiz é rápido, quatro ou cinco dias ele já interna. (PAS, 8).

E complementa que após a decisão judicial em menos de uma semana a internação já está disponível como pontua a seguir:

agora é rapidinho, três ou quatro dias sai. (PAS, 8).

É importante pontuar que a busca de internação via judicial é uma estratégia para garantir, por parte da equipe, a rapidez da internação, visto que depois de proferida a decisão e oficiado, a instituição, no caso hospital psiquiátrico, necessita atender em tempo hábil a decisão judicial, fato que não ocorre quando a solicitação é via Secretaria de Saúde, ou por médico psiquiatra de hospital geral ou psiquiátrico.

A internação também servia como um mecanismo de coerção utilizado pela equipe do CREAS para com pessoas em situação de rua que não atendiam às exigências solicitadas,

como deixar a praça, não fazer uso correto de medicamentos ou desistir do trabalho como afirma um profissional da assistência social:

falei para ele se ele não voltasse para o trabalho eu iria internar ele. (PAS, 2).

A internação para os trecheiros não segue os mesmos parâmetros, pois os profissionais que trabalham na UAM não encaminham para o CREAS, por considerarem que o processo descrito acima para internação é muito burocrático, preferindo encaminhar para um profissional que presta serviço para as clínicas de reabilitação do município que realiza todo processo de internação. Esse profissional reclama do serviço do CREAS, como também do serviço do hotel social ao dizer que,

eles não dão nenhum respaldo pra eles [trecheiros] as pessoas querem internar e não tem lugar pra ficar até a internação sair, eles deixam na rua as pessoas, mas também levar pro hotel é pior, lá só tem droga é uma biqueira só. (OP, 1).

Por não cumprir todo o ritual oficial de internação, que consiste em requerer autorização judicial, o profissional que presta serviço para as clínicas de recuperação consegue internar os trecheiros imediatamente. No entanto, é necessária uma ressalva, a internação é voluntária.

A efetividade do serviço ofertado por esse profissional só não é maior pelo fato dos trecheiros não possuírem documentação necessária e nem endereço, mesmo assim, ainda ocorrem várias internações, como se observa na verbalização a seguir:

intão internei ele esses dias, agora tô procurando outro pra internar, mas ele sumiu daqui. (OP, 1).

No tocante às clínicas de recuperação os encaminhamentos pela equipe quase não ocorrem devido às entidades ofertarem poucas vagas sociais e pelo tempo de permanência das pessoas em situação de rua, geralmente oito meses, o que impede a rotatividade de pessoas.

Contudo esse mecanismo não deixa de ser utilizado, para encaminhamento ou reencaminhamento como ocorreu com uma pessoa em situação de rua que a equipe recolocou assim que ele ingeriu bebida alcoólica após a alta.

Uma questão importante a se considerar foi a discussão no grupo quanto ao atendimento dessas clínicas e do hospital psiquiátrico da região que recebe as pessoas em situação de rua internados involuntária ou compulsoriamente.

As queixas de alguns membros são sobre denúncias de maus tratos sofridos pelos internos nessas instituições, entretanto a equipe do CREAS relata não ter conhecimento, pois nas visitas não perceberam nada de anormal e que foram bem atendidos nas instituições, mas não se prontificaram a investigar a veracidade de tais práticas.

Outra estratégia importante no tocante à internação, nova para o pesquisador, foi a categoria internação-moradia, que consiste em internar em hospitais psiquiátricos que disponibilizam espaço para esse fim, uma pessoa em sofrimento psíquico sem laços familiares ou sociais sem tempo determinado para alta, podendo permanecer anos na instituição. Um profissional da assistência social define que uma pessoa recebe internação-moradia quando,

não tem família, ou tem um grau de comprometimento que o impede de viver por conta própria. (PAS, 2).

Quando surge uma pessoa em situação de rua em sofrimento psíquico e não se consegue contatar algum membro da família, como ocorreu com duas pessoas em situação de rua, a ação da equipe é no sentido de discutir a possibilidade de internação-moradia, como se verifica na fala abaixo.

a gente não sabe o que fazer com ela, preferimos que ela continuasse internada, que seria interessante uma internação moradia para ela, pois o pessoal [da clínica] não consegue contatar ninguém da família, por mais tentativas que fizeram. (PAS, 2).

A internação moradia é um processo mais complexo que a internação involuntária ou compulsória, pois segundo a equipe do CREAS, o juiz antes de proferir a sentença para tal internação busca esgotar todas as alternativas e que, apesar da equipe atuar com pessoas em situação de rua, conseguiram internar apenas duas pessoas.

Um profissional da saúde questiona sobre o motivo da equipe buscar a internação-moradia e também as outras formas de internação. A resposta de um profissional da assistência social é:

o que a prefeitura quer é tirar os moradores da rua". (PAS, 2).

A internação compulsória e involuntária não era aceita por todos os membros do grupo como primeira alternativa para lidar com as pessoas em situação de rua que fazem uso de bebidas alcoólicas ou outras drogas. Por conta disso, foi proposta a ida dos membros do grupo

nas praças com o intuito ouvir a demanda dessas pessoas, além de tentar diminuir a busca de internação como pontua um profissional da saúde,

quem sabe a gente consegue reduzir a internação. (PS, 4).

Essa proposta foi aceita pela equipe e pelo grupo, não para reduzir o número de internações, mas para ouvir as demandas das pessoas em situação de rua e tentar convencê-las a deixarem as praças, continuando com a prática de buscar a internação como modo de ação resolutiva da política municipal para as pessoas que fazem das ruas e das praças seus territórios de existência.

2.11 Esmola/mendicância

A questão da mendicância ou do achaque foi motivo de ação efetiva da Secretaria Municipal de Assistência Social do município, que buscou resoluções para impedir essa prática como confeccionar material informativo para ser distribuído à população, vídeo institucional, auxílio da polícia militar, campanha na mídia local ou suspensão e corte de benefícios assistenciais das pessoas em situação de rua que pedem esmola, com o intuito de informar a população do município sobre as ações realizadas.

A campanha contra a esmola passa diretamente pela ação do Grupo de Trabalho, visto ser ela um dos objetivos presentes no documento entregue pela coordenação do CREAS, colaborador dessa campanha como se nota no objetivo a seguir, “Aguardar retorno com a assessoria de comunicação da prefeitura para montar e desencadear a campanha contra esmola no município²⁰”.

Além da participação do Grupo, a Secretaria Municipal de Assistência Social confeccionou e distribuiu um panfleto explicativo para orientar a população sobre as providências a serem tomadas quando se defrontam com alguém pedindo esmola. Em um dos lados do panfleto aparece uma mão segurando uma moeda com um “i” que remete à informação e no outro lado com as orientações a serem seguidas.

No panfleto distribuído consta em letras garrafais “INFORMAÇÃO VALE MUITO MAIS QUE ESMOLA” e prossegue “Quem dá esmola, não dá futuro. Ao contrário do que se

²⁰ A fonte foi deliberadamente omitida para preservar o sigilo da cidade e da instituição em que foi realizada a pesquisa.

pensa, nem sempre dar uns trocados significa ajudar. A informação correta faz com que a Prefeitura [...] ajude quem precisa de **maneira mais eficaz**²¹”. (grifos nossos).

No verso constam três perguntas com suas respostas que passaremos a descrever por ser elucidativo no que se refere à questão da esmola,

1. O que posso fazer para ajudar uma pessoa que vejo pedindo dinheiro?

Não dê dinheiro a esta pessoa, pois você não sabe qual o destino ela vai dar. Ela deve ser orientada a procurar o **CRAS – Centro de Referência de Assistência Social** – mais próximo da casa dela, que a atenderá e orientará sobre o que for necessário, bem como a inclusão em programas de Transferência de Renda.

2. Como a prefeitura [...] tem ajudado essas pessoas?

A Secretaria da Assistência Social, através do **CRAS** e do **CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**, mantém equipes técnicas de atendimento e encaminhamento para os diversos serviços assistenciais. A comunidade também pode ajudar doando alimentos ao **Banco do Alimento**, que organizará a distribuição.

Caso você veja uma pessoa morando num prédio abandonado, entre em contato com os telefones [...] pois uma Assistente Social tomará as providências necessárias.

3. De vez em quando passa uma pessoa na minha casa pedindo dinheiro para comprar passagem. O que eu posso fazer?

Oriente-a a procurar a **UAM – Unidade de Atendimento ao Migrante**, localizada na Rodoviária [...]. Este serviço tem como objetivo o encaminhamento da pessoa à sua cidade de origem²². (grifos do autor).

Outro mecanismo foi a criação de um vídeo institucional e disponibilizado no sítio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e que também pode ser encontrado no sítio do youtube²³.

O vídeo é curto com um minuto e quinze segundos de duração e nenhuma verbalização, mas mesmo assim, a mensagem passada é bem notória, passaremos a descrever resumidamente o desenrolar do vídeo para maior clareza.

O vídeo inicia com um jovem de roupa clara caminhando pela calçada e é abordado por uma pessoa de roupa escura, magra, de cabelo longo e amarrado que o aborda solicitando esmola.

O rapaz tira do bolso duas moedas e entrega ao “pedinte”. No momento em que o pedinte vai pegar as moedas, ocorre de elas caírem no chão, nesse momento o vídeo enfatiza o barulho produzido pela queda das moedas.

O pedinte se abaixa, recolhe as moedas e dá um sorriso sarcástico se direcionando a um bar onde ingere duas doses de aguardente. Não satisfeito o pedinte se dirige a um terreno baldio fuma um cigarro de maconha, em seguida passa a fazer uso de crack e depois injeta provavelmente cocaína.

²¹ A fonte foi deliberadamente omitida para preservar o local da pesquisa.

²² Optamos por não citar a fonte deliberadamente para não correr o risco de denunciar o local da pesquisa.

²³ Optamos aqui também por não citar o endereço onde está hospedado o vídeo para preservar a instituição promotora, assim como a cidade da pesquisa.

Ao terminar de fazer uso das drogas o pedinte se levanta e sai apressado do terreno baldio e a câmera fecha na camiseta preta dele, encerrando com o fundo preto com os dizeres “Esmola. Essa não é nossa moeda”.

O vídeo busca inculcar nos espectadores, a relação de causa-efeito entre esmola e uso de drogas, com o detalhe que com duas moedas (no máximo dois reais) foi possível comprar duas doses de aguardente, cocaína e crack, bem como o desdém da pessoa em situação de rua com aquele que deu a esmola, ao atingir o intento de conseguir o dinheiro.

Outra estratégia para desestimular a doação de esmola utilizada pela equipe do CREAS que atua com população de rua é o apoio dado pela polícia que publica no jornal local notas com dicas de segurança, em que um profissional da assistência social diz que essa estratégia,

é uma campanha para não doar alimentos às pessoas em situação de rua, pois é isso que a gente [CREAS] pede também né. (PAS, 1).

Das dicas de segurança uma em especial merece atenção por se adequar à campanha para a não doação de esmola, como se percebe no texto colocado na íntegra devido a sua importância para o trabalho.

32º Batalhão de Polícia Militar [...] orienta a população: dicas de Segurança.

Cuidado com pessoas que batem à sua porta!

Muitos criminosos têm conseguido acesso às residências após apertar a campainha, pedindo água, comida, dinheiro, oferecendo serviços de manutenção, ou solicitando doações para diversos fins, e depois praticam roubo. Se algum estranho bater à sua porta, desconfie, atenda a pessoa a uma distância segura e não abra o portão e se perceber que se trata de criminosos, ligue 190²⁴. (grifos do autor)

Além dessas estratégias a equipe de trabalhadores sociais responsáveis, com a anuência do grupo, busca intimidar a prática da esmolagem, ameaçando suspender os benefícios daqueles que foram contemplados e/ou dos que desistiram de trabalhar como expressa um profissional da assistência social ao afirmar que,

cortar o benefício estadual do casal se a esposa do morador continuar mendigando e não continuar na frente de trabalho. (PAS, 2).

A ameaça também se dá pelos profissionais saberem dos valores arrecadados pelas pessoas em situação de rua que pode chegar a cem reais em um dia, o que causa indignação

²⁴ A supressão da fonte foi deliberadamente suprimida para preservar o anonimato da cidade da pesquisa, pois sua citação poderá denunciar o local da pesquisa.

por considerar que os cidadãos são benevolentes e generosos, como diz um profissional da assistência social:

é fácil ganhar dinheiro aqui, [...] o fulano [morador que ficava na borracharia] ganha mais de 100 reais por dia. (PAS, 5).

Fato que outro profissional corrobora ao inquirir uma pessoa em situação de rua sobre os valores arrecadados, não acreditando quando ela diz que arrecadava em torno de dez reais como se verifica a seguir,

ele olhou pra mim assim meio vermelho e disse que uns dez reais, aí eu olhei e falei pra ele e disse deixa de mentir eu sei que você não ganha só isso não e ele respondeu que ganha em torno de cem a cento e dez reais. (PAS, 2).

Além da questão dos valores arrecadados outra questão que incomodava os profissionais era o fato das pessoas em situação de rua pedir para comprar bebida alcoólica, como se verifica nas falas nos itens anteriores, pois segundo os profissionais, as pessoas bêbadas se tornam mais difíceis de lidar além de contribuir para a manutenção do vício.

Também no tocante à esmola, os profissionais buscam não deixar as pessoas em situação de rua esmolar, no entanto há uma tolerância maior para as pessoas em situação de rua que são da cidade.

Para as que vêm de outras cidades a ação é mais efetiva, pois eles não permitem que as pessoas que vêm de fora “vadiem” na cidade e os profissionais tentam convencer sobre a necessidade de sair, caso contrário o desejo é de usar a força como expressa um profissional da assistência social ao assegurar que,

se ele não saísse por bem ele sairia à força. (PAS, 3).

O uso da força não fica apenas na intenção e no desejo, mas ocorre de fato em algumas ocasiões como relata um profissional da assistência social ao ver uma pessoa em situação de rua pedindo para os cidadãos, próximo à estação rodoviária, verbalizando:

ih de novo ele pedindo, nem apanhando ele para de vim pedir aqui. (PAS, 14).

Mesmo sendo indesejável a esmolagem, alguns profissionais, quando não concedem passes rodoviários para os trecheiros, deixam implícito e, em alguns momentos, verbalizam que para eles viajarem precisam “pedir por aí”. Os trecheiros se utilizam dessa estratégia para

conseguir o encaminhamento para a próxima cidade, visto que se ele ficar esmolando a polícia o abordará encaminhando à UAM, solicitando ao funcionário que o embarque.

2.12 Álcool e outras drogas

O uso e abuso de álcool e outras drogas foi objeto de discussão, ação e intervenção da equipe e do grupo de população de rua, seja no sentido de produzir levantamento e relatório sobre o número e as condições de pessoas em situação de rua que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas, seja encaminhamento para atendimento médico e psiquiátrico ou mesmo a busca de internação em clínicas ou hospitais psiquiátricos.

Para produzir o relatório foi criado dentro do Grupo População de Rua o grupo de trabalho intersetorial (saúde e assistência social) com duração de quatro meses para elaborar um relatório situacional do uso e abuso de drogas pelas pessoas em situação de rua.

Tal empreitada foi justificada como um mecanismo para a administração municipal conseguir um CAPS Ad e um Centro POP para o município, no entanto, reitera que essa problemática não vai acabar, mas que o município está envidando esforços para solucionar tal problemática.

Nesse relatório, que o pesquisador não teve acesso direto, apenas visualizou e folheou durante uma reunião, consta uma descrição sobre a questão do uso e abuso de substâncias psicoativas, principalmente álcool, pelas pessoas em situação de rua, ilustrada por fotografias de algumas pessoas, bem como propostas de ações a serem adotadas pela administração municipal no trato com essas pessoas.

O relatório fez parte das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e do CREAS por meio da equipe de população de rua, que não aceitava o uso e abuso de substâncias psicoativas, preponderantemente o uso e abuso de bebidas alcoólicas envidando esforços para tanto, como foi expresso em um item das ações propostas pela coordenação do CREAS ao definir como objetivo manter contato “com proprietários de bares que insistem em vender álcool para as pessoas que permanecem nas praças e terminal rodoviário²⁵”. Além desse objetivo, a ação da equipe e de outros profissionais, em vários momentos, foi efetiva, no sentido de assegurar a abstinência das pessoas em situação de rua como se nota na fala de um profissional da assistência social:

²⁵ A fonte foi deliberadamente omitida para preservar o local da pesquisa.

eu parei e fui lá onde ele tava, aí ele me falou não tô bebendo não, juro por Deus, se você quiser cheirar minha boca pra ver se eu bebi pode cheirar. (PAS, 1).

Tal atitude causou surpresa no grupo, que questiona se o profissional realizou tal atitude, obtendo como resposta:

cheirei sim. Fui conferir se ele tinha bebido mesmo. (PAS, 1).

Ainda surpresos os membros do grupo perguntam se a pessoa em situação de rua havia ingerido aguardente e o profissional responde que não, mas mesmo assim, repreende a pessoa em situação de rua e os demais presentes sobre o uso e abuso de aguardente, como podemos verificar a seguir:

não tava com cheiro de pinga não, acho que cheguei justo na hora que ele ia começar a beber, aí já passei um sermão nele e nos outros que tavam lá. (PAS, 1).

Essa ação de tentar inibir o uso e abuso de aguardente pelas pessoas em situação de rua se deve ao fato dos profissionais acreditarem que as pessoas embriagadas não aderem às solicitações, não dando atenção aos profissionais, preferindo consumir aguardente e nesse sentido um profissional da assistência social relata em tom de consternação:

que na praça não tem mais flores só corotinho de pinga no chão. (PAS, 1).

A essa consternação se acresce a indignação dos profissionais da assistência social em presenciar as pessoas em situação de rua ou trecheiros nos espaços públicos fazendo uso de substâncias psicoativas, sem conseguir inibir efetivamente tal prática afirmando que,

ela fica por aqui usando drogas. (PAS, 13).

Nesse ínterim, o grupo também dá sua contribuição na tentativa de inibir o uso e abuso de substâncias psicoativas, incentivando ou concordando com as internações, com a atividade delegada, com o retorno para a família, com a inserção no trabalho, com a colocação em uma residência, etc., como pontua um profissional da saúde que participa do grupo:

temos que cercar de todos os lados. (PS, 1).

Um dos objetivos mais buscados, além da internação, consistia em inserir no trabalho as pessoas em situação de rua, monitorando sua frequência e sua rotina. A iminência deles saírem do trabalho gera grande desconforto e preocupação na equipe e no grupo por acreditar na relação falta de emprego e consumo de bebida, como verbaliza um profissional da saúde ao afirmar que vai,

gerar um problema aí. Vai ficar um monte de gente bebendo aí. (PS, 1).

Essa relação parecia se confirmar para a equipe e para o grupo quando uma pessoa em situação de rua abandonou a frente de trabalho do município retornando para a praça e, também, ingerindo bebida alcoólica, como destaca um profissional da assistência social:

ele tá bebendo direto e tá na praça também. (PAS, 3).

Além do trabalho, a internação também é um mecanismo buscado com frequência pelos membros da “equipe população de rua” com anuência ou incentivo do grupo de trabalho. Uma justificativa para essa ação é o comportamento apresentado pela pessoa em situação de rua, ou seja, quando ela “começa a dar trabalho” para a equipe e para os cidadãos, como se pode verificar a seguir:

ela tem que ser internada, fica aí bebendo e brigando com os outros. (PAS, 1).

No entanto, houve algumas indagações, por dois profissionais da saúde sobre os motivos das pessoas em situação de rua beber, relatando que os cidadãos vão sempre aos bares ou outros espaços beberem quando querem comemorar ou quando estão angustiados, considerando que elas assim como os cidadãos podem beber quando estão nessas condições, coadunando com a fala de um trecheiro que afirma “*eu bebo pra aguentar ficar no trecho*”, complementado por um profissional da saúde:

se a gente quando tá ruim bebe porque eles não podem beber também. (PS, 2).

Porém, essa não é a regra nas reuniões do grupo, estando seus membros mais interessados em impedir a ingestão de bebidas e livrá-los do vício, que consideram ser um dos fatores preponderantes para a permanência das pessoas nas ruas. Por esse motivo, quando

encontram uma pessoa sóbria se mobilizam para “cercá-lo” para não perdê-lo, acreditando ser uma vida boa uma vida sem bebida, como se percebe a seguir:

não tá bebendo, tá com uma boa vida, precisamos fazer alguma coisa pra ele. (PAS, 2).

Essa postura se verifica também quando a equipe e o grupo encontram uma pessoa em situação de rua em processo de desintoxicação, que retorna ao uso e abuso de substâncias psicoativas, envidando esforços para recolocá-lo nas clínicas de recuperação para tratamento e nesse sentido, podemos perceber o espanto dos profissionais ao verificar essa mudança fisionômica da pessoa como aponta um profissional da assistência social:

nossa como é que uma pessoa muda, quando ele chegou tava gordo, agora que começou a beber e usar drogas tá bem diferente. (PAS, 2).

É importante também pontuar o inconformismo e indignação com as posturas das pessoas em situação de rua e trecheiros que “burlam” as regras (im)postas pelos profissionais, gerando reações diversas, desde condenação das práticas até repreensão das atitudes dos nômades e errantes, como podemos verificar na fala de um profissional da assistência social após repreender um trecheiro que queria vender um passe:

ele queria ficar com a passagem pra vender depois pra usar droga. (PAS, 15).

O uso e abuso de drogas também pode ser um condicionante, para a equipe e para o grupo, de suspensão ou exclusão dos benefícios assistenciais, retornando assim que o nômade ou errante deixe de usar ou abusar das substâncias psicoativas, como se observa na verbalização de um profissional da saúde:

não tem como bloquear o benefício até ele parar de usar drogas? (PS, 2).

A questão do uso e abuso de substâncias psicoativas tomou grande parte do tempo e das ações dos profissionais, tentando encontrar um meio de inibir as pessoas em situação de rua beber, caso que não ocorria com os trecheiros, onde apenas era solicitada a suspensão temporária do uso para poder seguir viagem.

No caso das pessoas em situação de rua, a equipe indiretamente realizava ações que propiciavam o uso de substâncias psicoativas quando as encaminhavam para o hotel social, tido como um lugar de grande consumo de álcool e drogas.

2.13 Trabalho e residência

A inserção no trabalho das pessoas em situação de rua e sua consequente mudança para uma residência foi um tema perseguido pela equipe e pelo grupo de trabalho durante o percurso da pesquisa e, para tanto, buscaram medidas para realizar tal fim, principalmente em duas vertentes: uma na cooperativa do município e outra na frente de trabalho, em casos esporádicos em outras empresas do município.

As discussões para a inserção das pessoas em situação de rua giravam em torno de conseguir encontrar um curso profissionalizante, um trabalho de geração de renda ofertado pelos CRAS do município ou confecção e entrega de currículos em empresas de construção civil para aqueles que possuíam experiência na área. Porém, a atenção da equipe e do grupo se centrou na inserção das pessoas em situação de rua na cooperativa e na frente de trabalho do município.

A inserção no trabalho garantia, mesmo que temporariamente a saída das pessoas das praças, mas o desejo era que elas permanecessem integralmente no trabalho e conseguissem se assentar em uma residência. Assim que a pessoa era encaminhada para o trabalho era hospedada no hotel social para não continuar na praça correndo o risco de se embriagar.

Mas a estadia no hotel social era algo também temporário, apenas no primeiro mês, até a pessoa em situação de rua receber seu primeiro salário. A equipe envidava esforços para conseguir uma residência e os móveis dessa, como se observa na fala de um profissional da assistência social:

nossa eu pedi tanto, liguei quatro da manhã pro meu irmão pra ele dar a cômoda dele pra gente e, meu irmão ficou bravo comigo dizendo que eu fico pedindo as coisas pra essa cambada de sem vergonhas, mas depois dele falar muito ele vai dar a cômoda. (PAS, 2).

Ainda sobre a permanência no hotel, os profissionais consideraram importante deixar explícito para as pessoas a brevidade da sua estadia como se nota a seguir:

tem que buscar uma inserção no mercado de trabalho, tem que começar a dizer que ele tem tempo determinado no hotel. (PS, 2).

Para a inclusão das pessoas em situação de rua na cooperativa, o grupo convidou os coordenadores da cooperativa do município para buscar parceria, conseguindo assim duas vagas, que foram preenchidas rapidamente, no entanto, uma das pessoas desistiu pouco tempo depois de contratado, o que revoltou o grupo e a equipe, como se percebe a seguir:

não quis mais ficar na cooperativa para ficar na praça sem fazer nada. (PAS, 2).

E prossegue com a indignação com relação à atitude da pessoa em situação de rua que retornou para a praça:

parece que eles não dão importância para o trabalho. (PAS, 2).

Essa indignação é compartilhada por outros membros do grupo que enfatizam a importância no trabalho que eles dispensam como se verifica na fala de outro profissional da assistência social:

nós damos importância [para o trabalho], mas eles não dão importância. (PAS, 3).

O profissional citado anteriormente enfatiza a falta de perspectiva das pessoas em situação de rua, além de se queixar de fazer muito por eles sem ter nada em troca como se observa a seguir:

se eles nem vão trabalhar acha que eles vão ir em algum lugar? na verdade nós fazemos muito pra eles e agora eles não fazem nada. (PAS, 2).

Seguindo com essa indignação outro profissional verbaliza, em tom de sarcasmo, que também vai deixar de trabalhar, pois assim não terá responsabilidades e enfatiza:

nossa desse jeito eu também vou parar de trabalhar. (PAS, 5).

Outro profissional corrobora a verbalização anterior chamando a atenção do grupo para as “responsabilidades” não assumidas pelas pessoas em situação de rua, responsabilidades estas, que acreditam possuírem, enfatizando essas falas em vários momentos e nesse sentido a fala a seguir expressa essa questão:

ai é fácil eles não pagam imposto, aluguel, nem pagam as contas. (PAS, 16).

Essa indignação seguiu a uma ação efetiva, no sentido da equipe fazer com que a pessoa em situação de rua retornasse ao trabalho e diante da recusa da pessoa, o profissional o persegue para tentar convencê-lo a retornar para a cooperativa como se observa na verbalização de um profissional da assistência social:

quando eu cheguei na praça eu vi o fulano e advinha o que aconteceu, ele saiu correndo mas isso não é tudo eu saí correndo atrás dele, eu com um monte de roupa nem corria direito, ele corria e ria de mim, aí o pessoal que tava na praça disse pra ele parar porque eu queria ajudar ele, mas ele não parou não, ficou sentado longe rindo de mim, depois de um tempo que eu percebi o papelão que eu tava prestando. (PAS, 2).

A recusa da pessoa em situação de rua, segundo o agente público, se deu por ela não se “adaptar” à rotina de trabalho da cooperativa, inclusive sonhando²⁶ com os procedimentos executados durante o dia no trabalho. Sobre tal evento um profissional da assistência social em tom irônico diz que a pessoa em situação de rua em questão não vai mais trabalhar,

por estar sonhando com carrinho, vassoura ou com bag todas as noites. (PAS, 2).

Complementando em tom de contrariedade, por não conseguir fazer a pessoa em situação de rua retornar ao trabalho e também por este “preferir” a praça ao emprego:

tem uns que sonham com bag, outros com carrinho e acabam indo parar tudo na praça. (PAS, 2).

A crença, sem qualquer crítica, no poder regenerador do trabalho faz lembrar a letra de uma canção de Chico Buarque (1975) na qual o trabalho alienado e explorado é denunciado com a sensibilidade e crítica mordaz desse grande compositor:

²⁶ Optamos por deixar sonhando, por ser a verbalização do agente público, nas na realidade acreditamos que a pessoa em situação de rua não sonhava com os procedimentos realizados durante os dias de trabalho e sim, tinha pesadelos.

Vai trabalhar Vagabundo

Vai trabalhar, vagabundo
 Vai trabalhar, criatura
 Deus permite a todo mundo
 Uma loucura
 Passa o domingo em família
 Segunda-feira beleza
 Embarca com alegria
 Na correnteza

Prepara o teu documento
 Carimba o teu coração
 Não perde nem um momento
 Perde a razão
 Pode esquecer a mulata
 Pode esquecer o bilhar
 Pode apertar a gravata
 Vai te enforcar
 Vai te entregar
 Vai te estragar
 Vai trabalhar

Vê se não dorme no ponto
 Reúne as economias
 Perde os três contos no conto
 Da loteria
 Passa o domingo no mangue
 Segunda-feira vazia
 Ganha no banco de sangue
 Pra mais um dia

Cuidado com o viaduto
 Cuidado com o avião

Não perde mais um minuto
 Perde a questão
 Tenta pensar no futuro
 No escuro tenta pensar
 Vai renovar teu seguro
 Vai caducar
 Vai te entregar
 Vai te estragar
 Vai trabalhar

Passa o domingo sozinho
 Segunda-feira a desgraça
 Sem pai nem mãe, sem vizinho
 Em plena praça
 Vai terminar moribundo
 Com um pouco de paciência
 No fim da fila do fundo
 Da previdência
 Parte tranquilo, ó irmão
 Descansa na paz de Deus
 Deixaste casa e pensão
 Só para os teus
 A criançada chorando
 Tua mulher vai suar
 Pra botar outro malandro
 No teu lugar
 Vai te entregar
 Vai te estragar
 Vai te enforcar
 Vai caducar
 Vai trabalhar
 Vai trabalhar
 Vai trabalhar

Juntamente com o trabalho, a busca de residência para as pessoas em situação de rua ocorria, tanto que a equipe e o CREAS conseguiram, juntamente com política de habitação do município garantir, quatro casas populares para as pessoas em processo de saída das ruas, fato muito comemorado pela equipe, pelo CREAS e pelo grupo, como se percebe na fala de um profissional da assistência social:

ai ó tá vendo. A gente tá conseguindo as coisas pra eles, agora é saber se eles vão pagar essas casas. (PAS, 2).

Concomitante à busca de inserção na cooperativa e da garantia de moradias populares, o grupo atuava também lutando por inserir as pessoas em situação de rua na frente de trabalho

que, em um primeiro momento, não estava recebendo pessoas, o que gerou frustração como se observa na fala seguinte:

se pelo menos tivesse a frente de trabalho, mas já acabando também. (PS, 4).

Depois de meses foi aprovada pelo legislativo municipal a lei que regulamentava o retorno da frente de trabalho e a equipe e o grupo conseguiram vagas exclusivas junto à coordenação da frente de trabalho, fato que empolgou os profissionais como se nota na ponderação de um profissional da assistência social:

aí vai ser bom, vai da pra gente colocar todo mundo. (PAS, 8).

Diante da resposta positiva da coordenação, a equipe, com o apoio do grupo, selecionou algumas pessoas em situação de rua e encaminhou para a inscrição no afã de que todos fossem aceitos e continuasse, mantendo o otimismo na empreitada como se verifica na fala seguinte:

desse jeito a gente vai colocar todo mundo pra trabalhar. (PAS, 8).

Surgiu um questionamento referente ao desejo de colocar todas as pessoas em situação de rua na frente de trabalho. O questionamento era no sentido de se, com todo o incentivo para a inserção dessa população, essa não seria uma prática motivadora de aumento de pessoas indo para as ruas para conseguir entrar na frente de trabalho, ou pelas pessoas deixarem a frente e irem para a rua. Nesse sentido verifica-se a fala do profissional da saúde,

tava aqui pensando, será que com essas vagas a gente não vai criar mais pessoas em situação de rua? (PS, 3).

Essa questão foi rechaçada no grupo, por eles acreditarem que os critérios de seleção para a frente de trabalho não permitiriam essa possibilidade, e que ninguém iria para a rua apenas para conseguir um emprego.

Há um fato a se destacar no tocante ao afã de inserção das pessoas em situação de rua, que consiste em um caso de uma pessoa em situação de rua usar do artifício de ter recebido mandado de prisão, justamente no momento em que conseguiu entrar para a frente de trabalho, como impossibilitador do seu ingresso nele. E a equipe por não analisar a situação acuradamente, entrou em contato com a coordenação da frente de trabalho para assegurar a

sua vaga. Nesse sentido, um profissional verbaliza para o grupo a ponderação da pessoa em situação de rua em questão:

eu nunca consegui nada e a primeira vez que eu consigo um emprego eu vou preso.
(PAS, 2).

Após investigar a veracidade da estória contada pela pessoa em situação de rua descobriram que não havia nenhum mandado de prisão, além de descobrir também que ela ludibriou a equipe, que ficou muito desconfortável em retornar para a coordenação da frente de trabalho solicitando o cancelamento da solicitação, pois teria que explicar o motivo.

O trabalho como ferramenta para a retirada das pessoas em situação de rua das praças do município foi uma alternativa eficaz, durante o percurso da pesquisa, para apenas uma pessoa que permaneceu trabalhando, primeiro na cooperativa, em seguida trabalhou um mês em um frigorífico, onde não se adaptou, retornando para a cooperativa.

As demais pessoas permaneceram curto período trabalhando, se demitindo rapidamente sem, contudo, buscar outro emprego, fato que gerou discursos de indignação por eles não aceitarem a ajuda e o que era ofertado.

2.14 Retorno para a família

O retorno para a família também é parte importante na tentativa de retirar as pessoas em situação de rua das praças, assim como um mecanismo para mantê-los longe do uso e abuso de substâncias psicoativas, além de aumento da probabilidade do retorno a um emprego.

Mas esse retorno por mais que fosse desejado, incentivado e persistente não ocorreu de fato, durante o percurso da pesquisa, com nenhuma das pessoas em situação de rua atendida pela equipe. Ocorreram retornos breves e intermitentes, intercalados com a vida na rua ou internação em clínicas de recuperação.

É fato interessante que as pessoas em situação de rua que a equipe e o grupo buscavam o retorno para a família, além de estarem nas praças, faziam uso sistemático de bebida alcoólica ou outra droga, bem como tinham uma relação conflituosa com os familiares. Desse público, ganharam destaque três pessoas, dois homens e uma mulher, que a equipe dispendeu mais atenção para conseguir tal intento, recolocá-los na família.

O primeiro é uma pessoa em situação de rua que estava internado em uma clínica de recuperação e prestes a receber alta. Nesse momento, a equipe intensifica o contato com a

família na tentativa de conseguir que ele ficasse na casa, mas não acreditavam que surtiria muito efeito, pois como afirma um profissional da assistência social:

o pai é alcoólatra e a madrasta não é fácil conviver, esconde as coisas de comer e desliga a tv na hora que ela vai dormir. (PAS, 2).

O temor da equipe e do grupo se concretizou já no segundo dia após o retorno da pessoa em situação de rua para a família, visto que o pai saiu para beber e a madrasta não aceitou a presença da pessoa na casa, nesse ínterim, ele foi para a rua e voltou a beber.

A equipe descobriu e internou novamente a pessoa, agora por um período de oito meses, discutindo em seguida as estratégias para convencer a família a recebê-lo novamente, além de persuadir a madrasta a ser mais maleável e o pai não ingerir bebida alcoólica.

Para que essa estratégia ocorresse, a equipe, juntamente com o grupo, organizou uma escala de profissionais para ir semanalmente à casa da família para acompanhamento e também para tratar do retorno do filho, no entanto, tal estratégia ocorreu por apenas algumas semanas, sendo deixada de lado posteriormente, só voltando à tona quando a coordenação da clínica cogitou em dar alta antecipada para ele.

Com a outra pessoa em situação de rua a equipe e o grupo não demonstravam tanta convicção em retorná-lo para a família, visto que havia relatos e fatos de violência por parte dele para com a mãe e o irmão com deficiência. Nos momentos críticos a ação era deixá-lo em casa, como ocorreu em uma ronda em que o profissional da assistência social o encontrou muito bêbado, e depois de levá-lo ao hotel social e vê-lo recusar se hospedar, preferindo ir para casa. Nesse sentido após rodar com ele pela cidade o profissional verbaliza:

corta o coração, mas fazer o que ele não quis ficar no hotel e não sabe onde a mãe mora. (PAS, 1).

A equipe e o grupo, não se opuseram ao retorno temporário da pessoa em situação de rua para casa, mesmo sob as acusações de violência contra os familiares com deficiência, principalmente, após ele trabalhar com recolha de material reciclável, reduzindo o consumo de bebida alcoólica e fazendo a barba como relata um profissional da assistência social,

lembra dele? Tá diferente, fez a barba, cortou o cabelo, nem parece o mesmo. (PAS, 1).

Porém, a equipe e o grupo, que nesse período estavam contentes com a pessoa em situação de rua na casa da mãe, ficam chocados com uma matéria em um jornal local em que

verifica um caso de tentativa de estupro, e constatam que o autor era a pessoa em questão, levantando dúvidas sobre a continuidade dele na casa e medo, que as pessoas em situação de rua poderiam praticar atos violentos contra os membros da equipe. Nesse sentido, um profissional da assistência social diz:

ontem estávamos lendo uma matéria no jornal e encontramos uma matéria sobre tentativa de estupro e lendo vimos as iniciais e características do autor e percebemos que parecia com o do fulano, aí depois a gente foi na casa da mãe dele e ficamos sabendo que era ele mesmo; a mãe dele tá muito assustada e mudou de casa, ele foi preso e parece que um sobrinho dele vai pedir para o advogado deixar ele preso por mais um tempo... isso foi um alerta pra gente que trabalha com eles, porque a gente vai e nem pensa que pode acontecer alguma coisa... meu cônjuge²⁷ fala pra mim ter cuidado. (PAS, 2).

Outra pessoa que a equipe e o grupo buscaram retorno para a família foi uma mulher em situação de rua com histórico de abuso de substâncias psicoativas. Num primeiro momento, enquanto permaneceu fora das ruas passou a morar na casa de uma irmã, foi acompanhada pelos profissionais da saúde, da assistência social e membros do Grupo de Trabalho e reduziu consideravelmente o uso de bebida alcóolica.

As ações da equipe e o grupo foram no sentido de tentar convencê-la da necessidade de ir ao médico ou à psicoterapia, mas ela recusou e retornou para a praça. Os esforços junto à família continuaram para que a aceitassem novamente e fossem fortalecidos os vínculos familiares:

tem que criar um vínculo com a família. (PAS, 5).

Mas a equipe e o grupo não conseguiram criar esse vínculo com a família, tanto que ao realizar uma ronda um profissional da assistência leva a mulher em situação de rua para a casa da irmã, mesmo diante de sua oposição, e ao tentar convencer a irmã a aceitá-la de volta, recebe como resposta em tom de desabafo:

eu não vou aceitar mais não sabe por quê? Porque nós brigamos e ela me chamou de um monte de coisa, disse que eu não tenho nada com a vida dela... eu já ajudei muito ela já aluguei umas 6 casas e ela toda vez saía e ia pra rua, ela recebeu um dinheiro de um ex-marido dela que morreu e tá gastando tudo, ela me pagou o que tinha emprestado e eu fiquei com o resto mas todo dia ela pede cinquentão, meu marido fala pra eu não dar, mas se eu não dar ela vai quebrar tudo intão eu dou aí ela sai e gasta

²⁷ Optamos por inserir a palavra cônjuge mesmo não sendo a palavra original dita pelo profissional da assistência social para preservar a fonte.

tudo com eles [pessoas em situação de rua] compra pinga e pedra pra eles, ela tava em casa eu arrumei um quarto só pra ela comprei uma cama nova e ela foi a primeira a dormir, tinha cama limpinha, colchão bom mas ela preferiu ir pra rua, eu não entendo.

A reação da irmã pega o profissional de surpresa que tenta argumentar, na ânsia de mudar o posicionamento dela, mas tal estratégia não surtiu efeito, e por conta disso o profissional diz em tom de ameaça:

intão vocês não vão ficar com ela? Qualquer coisa que acontecer com ela vocês são responsáveis. (PAS, 1).

A tentativa de retorno para a família só encerrou após o falecimento da mulher, recebido pela equipe e pelo grupo num misto de pesar e alívio. Pesar por um usuário falecer e a equipe não conseguir cuidar de maneira satisfatória e alívio por ser menos um que dá trabalho nas praças da cidade.

Além desses três casos que demandaram tempo, outros surgiram de maneira esporádica como um idoso que foi para a rua por acreditar que não seria mais aceito pela família pelas “coisas ruins que tinha feito no passado”, conforme pontua um profissional da assistência social:

coitado ele disse que sabe que não fez muita coisa boa antes [com a esposa] mas que agora ele tá arrependido e o pessoal da casa dele não deixa ele entrar lá. (PAS, 3).

Nesse caso, a equipe buscou convencer a família a aceitar novamente o idoso, conseguindo tal intento durante o período da pesquisa. Outro caso foi de uma senhora que permanecia nas praças bebendo e que o grupo envidou esforços de convencê-la a retornar para a família, sem sucesso, pois ela se recusou a voltar verbalizando em uma ronda para o pesquisador “*eu gosto de ficar aqui na praça*”.

O retorno para a família era uma questão que ganhou apoio de outras instituições, principalmente de cunho religioso, que coadunava com os propósitos da equipe e do grupo como verbalizou uma coordenadora de uma igreja que trabalha com pessoas em situação de rua ao dizer que a igreja possui um projeto cujo objetivo é,

o retorno para a família. (OP, 2).

Quando as pessoas em situação de rua não ficavam nas praças do município, era fator de comemoração pela equipe e pelo grupo, por perceberem que as ações da política estavam surtindo efeito, entretanto um profissional questiona o destino dessas pessoas como se verifica a seguir:

se eles não estão na praça eles estão aonde. (PS, 3).

A resposta para o questionamento se deu no sentido da eficiência da ação, pois como verbaliza um profissional da assistência social:

ué os que não estão na família estão trabalhando. (PAS, 1).

Se a ação para o retorno para a família encontrava dificuldades para ser efetiva, a equipe e o grupo ao receberem informações de retorno de pessoas em situação de rua para o município desejam que elas não se encaminhem diretamente para as praças e sim retornem para a família como se verifica a seguir:

que vem para a família, não para a praça. (PS, 1).

A família aparece como um recurso de extrema importância para os interesses da política municipal para com as pessoas em situação de rua, porém as dificuldades para a consecução de tal política ganhou contornos dramáticos visto que as pessoas resistiam em retornar para a família, preferindo ficar com os companheiros nas praças ou nos outros espaços públicos, fato que deixava a equipe e o grupo sem algo a ofertar, pois os métodos de atenção não surtiam efeito ou não faziam sentido para as pessoas atendidas.

2.15 Público-privado

A relação entre agentes públicos e cidadãos no trato com as pessoas em situação de rua e trecheiros ocorreu durante o percurso da pesquisa, no sentido de intervenção privada na atuação dos agentes públicos, do desejo de tornar essa relação híbrida ou dos agentes públicos agirem no atributo de suas funções públicas para atores privados. É o que descreveremos nas linhas que se seguem.

Essa relação ocorreu também quando da confecção dos abaixo-assinados para a retirada das pessoas em situação de rua das praças e aceitação dessa demanda pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo CREAS, pela equipe população de rua e pelo grupo de trabalho, além da promotoria que solicitou ação pública para atender às reivindicações dos promotores do abaixo-assinado como já descrito em item anterior.

O atendimento das solicitações dos cidadãos e comerciantes, foi percebido em uma ronda em que os profissionais da assistência social ao chegar em uma praça, veem um comerciante acenando com a mão que “tem muito aqui”. Os profissionais se incomodam com a ação do comerciante, realçando que ele reclama, mas vende bebida para as pessoas em situação de rua como expresso a seguir:

nossa vamos parar pra falar com aquele chato, ele vive reclamando, mas vende pinga pra eles. (PAS, 1).

Mesmo se indignando com a ação do comerciante os profissionais vão até à praça e concordam com os questionamentos de que a praça está suja por conta das pessoas em situação de rua e que uma das responsáveis é uma mulher em situação de rua que traz os outros para a praça, o que faz os profissionais procurarem a mulher e após encontrá-la se dirigem em direção ao comerciante para avisar que tinham retirado ela da rua.

A relação híbrida público-privado pode ser evidenciada num diálogo entre dois agentes públicos, profissionais da assistência social, sobre eles assumirem o trabalho de ronda de uma instituição interessada em comandar a casa de passagem do município já que,

eles podiam terceirizar pra gente as rondas, uns trezentão [R\$ 300,00] por mês tava bom né a gente fazia as ronda tranquilo. (PAS, 13).

Além de buscar assumir a ronda de uma instituição há também a aceitação de suborno dos comerciantes para não deixar os trecheiros incomodar os clientes, retirando-os da rodoviária, o suborno não era em dinheiro, mas em bebida como expressa um profissional da assistência social:

esse vinho é do fulano [do funcionário] só ele bebe esse vinho. (PAS, 14).

O profissional complementa que para receber o adulo é necessário ser prestativo, ou melhor, ser bonzinho com o comerciante como se percebe na fala a seguir:

tem que ser bonzinho com eles, se for enjoado não ganha nada não, ele me liga quando tem alguém [trecheiro] dando trabalho lá e pede pra eu tirar. (PAS, 14).

Mas, mesmo sabendo que o trecheiro retornará à rodoviária, o agente público não desiste de receber os mimos dos comerciantes, pois cumpre seu papel na relação – o de sempre tirar os trecheiros que incomodam, como se verifica na verbalização de um profissional da assistência social:

aí fica marcado, você vai lá e tira eles mesmo sabendo que depois ele vai voltar. Pelo menos você fez o que ele pediu. (PAS, 12).

A relação entre agentes públicos e cidadãos para lidar com nômades e errantes foi fato presente durante o percurso da pesquisa, caracterizando uma transposição das fronteiras entre o público e o privado, em que os agentes públicos cumprem ações e desejos privados, como retirar os trecheiros que incomodam.

2.16 A socialização

Uma questão que incomodou de maneira contundente a equipe do CREAS e o grupo de trabalho foi a socialização entre as pessoas em situação de rua nas praças da cidade, pois essa socialização potencializava a permanência e o acúmulo das pessoas nas praças, dificultando o êxito das estratégias.

A socialização das pessoas em situação de rua, como dito acima, ocorria preponderantemente nas praças, geralmente acompanhado de bebida alcoólica e também de comida, realizada em grupo, onde organizavam um fogareiro com álcool, sustentado com blocos de tijolos e muitas vezes cercados com caixa de papelão.

A equipe e o grupo se surpreenderam ao constatar um momento de socialização, chegando à praça no momento de confraternização e cozinha coletiva como expressa uma pessoa em situação de rua “*tamos fazendo um macarrão com carne e osso que eu comprei no serviço*”.

Essa surpresa com a reunião das pessoas em situação de rua para comer se estendia até para o conteúdo da refeição em que os membros do grupo questionavam um profissional sobre quais ingredientes havia dentro da panela, obtendo como resposta:

tinha uma coisa dentro de lá fervendo. (PAS, 1).

Mas os integrantes do grupo perceberam que a pessoa em situação de rua havia relatado que estava cozinhando carne com osso, o que gerou incompreensão já que eles não entendiam os motivos de cozinhar osso como se percebe a seguir:

nem sei pra que osso. (PAS, 1).

Além de não entenderem o motivo de cozinharem osso junto com a carne alguns profissionais demonstram sarcasmo com essa situação como verificamos na fala de um profissional da assistência social,

devem tá fazendo sopa de osso [e sorriem com essa verbalização]. (PAS, 5).

A preocupação também da equipe e do grupo é, principalmente, com as pessoas em situação de rua que “trabalham”, pois participando da socialização aumenta a probabilidade deles não retornarem ao emprego. Assim atuava para cobrar deles a não participação nessa socialização como procedeu um profissional sobre uma pessoa em situação de rua que estava em um emprego temporário. A pessoa responde ao profissional que “*iria ficar para comer com os amigos dele e que tava fazendo o jantar e bebendo com os amigos e que depois ele ia embora*”.

Não é só a comida que potencializa a socialização entre as pessoas em situação de rua, a bebida e o cigarro também são partes importantes para eles se encontrarem nas praças, como podemos verificar na fala de uma pessoa que era levada ao hotel e insistia em não ir afirmando que “*meus amigos, meus amigos vão ficar lá, quero eight [cigarro], corote [pinga]*”, em que o profissional tenta convencê-lo a ir para o hotel por ter uma cama quentinha, obtendo como resposta “*não! Quero meus amigos, eihgt, corote*”.

Mas essa socialização não era bem vinda pelos agentes públicos e pelos cidadãos que estavam diretamente em contato com as pessoas em situação de rua, visto que a socialização, além de “sujar” a praça com os restos de comida e dos corotes usados, poderia sujar a paisagem. Nesse sentido, os profissionais insistem que,

não dá pra deixar fazer comida nas praças, fazer fogareiro lá. (PAS, 2).

2.17 Pertences nos locais públicos

A retirada ou a destruição dos pertences das pessoas em situação de rua dos locais em que permaneciam pelos agentes públicos no município não foge muito ao visto nas outras cidades do Estado e do país, qual seja, retirar objetos que possam contribuir para a permanência nas ruas ou praças, não levando em consideração ao apego destes aos seus pertences.

A ação ocorria sempre que a parada das pessoas em situação de rua ganhava contornos de fixação ou poluía a paisagem, e essa ação geralmente era sem o consentimento das pessoas em situação de rua. O interessante é que essa prática não obteve voz discordante dentro do grupo e, em alguns momentos com apoio pela realização da ação.

Dentre as ações de recolha e destruição dos pertences o colchão foi o alvo preferido por ser o pertence mais utilizado pelas pessoas em situação de rua e também por ser o que traz maior visibilidade para os cidadãos, como ocorreu em uma ronda, onde um profissional além de destruir os colchões, retirando as pessoas da praça, também repreendeu os cidadãos que estavam conversando com ele, como podemos verificar a seguir:

a PAS 1 retirou os colchões da praça e picotou e levou ele [pessoa em situação de rua] para o hotel e mandou todo mundo sumir de lá. (PAS, 2).

Picotar era uma das estratégias para a destruição dos pertences, outra era a queima, principalmente se já houver fogueira no local como veremos na fala de um profissional da assistência social:

ainda bem que quando cheguei lá tinha uma fogueira na linha aí aproveitei e coloquei tudo lá pra queimar, roupa, colchão, ele saiu de lá só com as roupas do corpo mesmo. (PAS, 1).

O profissional relata que queimou os pertences para “forçar” uma pessoa em situação de rua a não utilizar o espaço público acrescentando,

o outro quando chegar lá não vai ter nada pra dormir. (PAS, 1).

A recolha de pertences, mesmo sem o consentimento das pessoas em situação de rua, ocorreu em outro momento, necessitando de vários agentes públicos para a realização da ação

de limpeza de uma praça em que os profissionais foram equipados com sacos plásticos, luvas e veículo como verbaliza um profissional da assistência social:

fomos lá eu, o PAS 1, o PAS 3 e o PAS 12 levamos vários sacos de lixo e fomos pegando tudo que a gente encontrava, colchão, roupa, comida, levamos tudo, a Kombi foi cheia, a gente ficou todo sujo e depois que a gente pegou tudo apareceu um deles e ficou bravo e me ameaçou. (PAS, 2).

Nessa “operação” os agentes públicos ainda deixaram as pessoas em situação de rua levar os itens de primeira necessidade, nas não deixaram levar outros como o colchão como se verifica a seguir:

quando a gente foi pegar as coisas ele foi recolhendo tudo e colocando numa mochila e saiu depressa, aí a gente perguntou se tinha mais alguma coisa dele e ele respondeu que tudo que era dele tava com ele, mesmo assim ele reclama de levar os colchão. (PAS, 3).

Essa prática ganha o apoio, ou melhor, segue as normas da Secretaria Municipal de Assistência Social, visto que há um espaço público próximo à casa de um gestor (agente político), que é frequentado por pessoas em situação de rua onde os profissionais recebem denúncias e solicitações para realizar visitas periódicas também para cumprir a ação de limpeza do local.

2.18 Resistentes não morrem?

O modo de vida das pessoas em situação de rua e trecheiros causa surpresa nos agentes públicos no que concerne ao fato deles permanecerem vivos frente a tantas adversidades enfrentadas, como frio, calor, falta de alimentação e água entre outros, mas mesmo assim, eles conseguem viver como se verifica na ponderação de um profissional da assistência social:

gente. Fica surpresa de como esse povo não morre, num come, só bebe e fuma, dorme de qualquer jeito, não toma banho e ainda tá firme e forte. (PAS, 2).

A surpresa se dá pelos profissionais acreditarem que as pessoas em situação de rua e trecheiros devem possuir resistência maior que a média e, também, por permanecerem vivos mesmo “sem quase nada” acrescentando,

eles são resistentes, só podem. (PS, 2).

Essa surpresa se torna maior quando se refere ao uso contínuo de bebida alcoólica pelas pessoas em situação de rua, pois mesmo bebendo frequentemente, não ficam doentes ou morrem como a seguir:

não sei como eles não morrem. (PAS, 13).

No entanto, essa crença na resistência física/biológica das pessoas em situação de rua e trecheiros, foi abalada, provisoriamente, com a morte de uma mulher em situação de rua, já citada no texto, ao cair de cabeça em uma calçada. No entanto mesmo com a morte os agentes públicos ainda acreditavam que eles são resistentes à morte.

Ainda na vertente da surpresa, outro agente público relata um caso vivenciado em sua família onde um parente ao pescar foi picado por uma espécie de carrapato presente em capivaras e faleceu em poucos dias. Ao contrário, as pessoas em situação de rua e trecheiros, mesmo permanecendo em um brejo próximo à estação rodoviária com forte presença de capivaras não morrem, acrescentando:

ele mora ali no brejo, eu nem sei como eles aguentam, com esse frio, não come direito. (PAS, 13).

Aguentar, resistir, causa surpresa para os agentes públicos que por considerarem o modo de vida das pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos, potencializadores de situações de risco e vulnerabilidades estariam mais suscetíveis às condições que levam à morte. Essas vulnerabilidades são percebidas na ausência de uma residência, um emprego, uma família, dificuldade de se alimentar, manter a higiene, etc.

2.19 Sujo e o limpo

A questão da higiene também fez parte das discussões e das verbalizações dos agentes públicos durante o percurso da pesquisa em que a sujeira é tanto fonte de repugnância quanto de sensação de medo produzidas pela aparência, pelas vestes ou pelos utensílios que carregam.

Nesse processo, nem as pessoas em situação de rua e trecheiros passam incólumes, conforme podemos perceber nas falas a seguir, iniciando com uma fala de um profissional da assistência social ao caracterizar para o grupo uma pessoa em situação de rua:

ele é aquele barbudo com saco nas costas todo sujo. (PAS, 4).

Acrescentado pelo comentário de outro profissional da assistência social ao remeter a pessoa em situação de rua em questão, enfatizando,

dá até medo. (PAS, 1).

Para alívio do grupo um profissional da assistência social diz que a pessoa em situação de rua não se encontrava no município e, ao ouvir a verbalização grande parte do grupo diz aliviado “que bom” e três profissionais reforçam o alívio por receber a notícia expressando,

graças a Deus. (PAS, 1; PAS, 2; PS 1).

A questão de gênero, no tocante à higiene, também emerge em que os agentes públicos demonstram uma tolerância maior quanto à sujeira do homem e intolerância à sujeira da mulher, como verificamos na fala de um profissional da assistência social:

pensa numa mulher suja parecia que não tinha tomado banho faz uns dez dias, se fosse um homem tudo bem, mas uma mulher! Mulher não, mulher tem que ser assiada, tem que tomar sempre, tem que tá limpinha, não que homem tem que ficar sujo, mas mulher você sabe né tem que tá limpinha, ah ela não, não da pra aguentar mulher suja. (PAS, 15).

Essa questão de higiene perpassa também os próprios nômades e errantes que buscam se diferenciar um do outro, além da maneira de viajar, hospedar, conseguir dinheiro, acrescenta a limpeza como categoria de diferenciação como verbaliza um trecheiro: “*eu não sou mendigo não eu sou viajante, andarilho é aquele que sai pedindo aí, sujo dormindo em qualquer lugar, eu não eu ando limpinho, vou pra onde quero*”.

A presença da sujeira nas pessoas em situação de rua e trecheiros é algo que incomodava e repugnava os agentes públicos chegando até a duvidar da sujeira que presenciavam em suas abordagens como veremos a seguir:

tão sujo que tinha uma crosta de sujeira na mão dele, eu nunca tinha visto isso antes eu até passei a mão pra ver. (PAS, 2).

O grupo não acredita na verbalização do profissional e questiona se ele havia checado a sujeira da pessoa em situação de rua recebendo resposta afirmativa. Nesse momento, alguns membros do grupo apresentam fisionomia de asco, principalmente após saber da resposta dada pela pessoa, expressa nas palavras de um profissional da assistência social que diz:

passei sim e falei pra ele porque ele não tomou banho e ele me respondeu que tá esperando chover. (PAS, 2).

A sujeira como algo abjeto é outra temática que emergiu, já que os agentes públicos se referenciam a partir de seu ponto de vista considerando a limpeza como um ideal a ser seguido, e quando alguma pessoa em situação de rua ou trecheiro se adequa aos padrões exigidos é elogiado pelos profissionais como se verifica:

ele tava uma belezinha tava limpinho e arrumado. (PAS, 2).

Elogio também confirmado por outro profissional da assistência social ao encontrar um trecheiro que,

tava limpinho, o tênis dele era branco e bem limpo e tava com todos os documentos também. (PAS, 15).

Até a questão estética surge nessas discussões, em que os profissionais preferem as pessoas em situação de rua, limpas e apresentáveis, como estar sem barba e de cabelo cortado como podemos perceber a seguir:

olha que bunitinho que ele tá, fez a barba, nem parece o mesmo. (PAS, 1).

A higiene era buscada pelos agentes públicos, que viam na colocação no hotel social uma estratégia importante para a limpeza das pessoas em situação de rua, bem como as solicitações constantes para que os trecheiros tomassem banho na rodoviária antes do embarque. Trazem à tona o processo de aversão à sujeira.

2.20 Violência

O uso da violência física, principalmente contra os trecheiros foi verbalizado em diversas ocasiões pelos agentes públicos, tendo preponderantemente a polícia como autora dessa violência, mas os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social também praticaram violência física contra os nômades e errantes.

Os agentes públicos usavam a polícia como forma de intimidação dos trecheiros para que eles não desestabilizassem a ordem, ou por insistir continuar frequentando a rodoviária sem, contudo, embarcar. A intimidação deixa implícita uma violência física perpetrada pela polícia como percebemos na fala de um profissional da assistência social:

se você voltar vou chamar a polícia e eles vão te levar para algum lugar e nem sei o que vai acontecer. (PAS, 13).

Além da intimidação, havia também o desejo de “bater” nos trecheiros que “davam trabalho” por parte dos profissionais da assistência social como se observa a seguir.

ele tava com um olho roxo, se ele não parasse eu ia deixar os dois olhos roxos. (PAS, 15).

Mas o desejo se concretizou, em algumas ocasiões, onde os profissionais que têm como local de trabalho a estação rodoviária perpetraram violência contra os trecheiros como o expresso:

ele chegou aqui e me ameaçou só não bati nele aqui mesmo por causa das câmeras. Ai esperei ele ir pro banheiro e dei um jeito nele, depois de um tempo ele veio me pedir desculpa ainda. (PAS, 14).

Porém, a grande maioria das verbalizações era de violência praticada pela polícia contra pessoas em situação de rua e preponderantemente, contra os trecheiros. Essa prática não era questionada pelos profissionais, e em muitos casos justificada com a alegação de que os trecheiros ou pessoas em situação de rua provocaram a situação ou era incentivada para a manutenção da ordem. Em relação à violência policial contra pessoa em situação de rua um profissional da assistência social aponta que,

o fulano [pessoa em situação de rua] apanhou da polícia, foi solto perto de [uma cidade vizinha²⁸], mas voltou. (PAS, 2).

Com relação à violência contra trecheiros, outro profissional da Secretaria Municipal de Assistência Social descreve uma ação policial para a retirada de um trecheiro das imediações da rodoviária dizendo que,

eles [os policiais] dava cassetada nele e ele tentava esquivar tentando tirar o cassetete com o braço, aí um policial derrubou ele no chão e deram um monte nele, ele levantou correndo depois e foi pro rumo do mato, a polícia esperou um pouco e foi atrás dele, deve ter batido mais nele. (PAS, 14).

O incentivo e apoio à violência policial são verbalizados por um profissional com responsabilidade da gestão da rodoviária que afirma “*eu gosto quando tem esses bravinhas que a polícia desce a bota*”, acompanhado por fala de profissionais da instituição e também por profissionais da assistência social configurando uma aceitação da ação truculenta da polícia contra aqueles que incomodam.

2.21 Atendimento aos trecheiros

O atendimento aos trecheiros que desembarcavam na cidade era realizado essencialmente pelos profissionais da UAM, e em raras ocasiões esse atendimento era realizado pelos profissionais do CREAS, consistindo em ofertar passe rodoviário para embarque imediato além de banho e lanche para os que desejam.

No que se refere ao atendimento realizado pelo CREAS um profissional da assistência social diz que ocorre:

só quando fazem alguma abordagem e encontra alguém que não é daqui. (PAS, 15).

Essa fala é corroborada por outro profissional da assistência social que acrescenta, pontuando o trabalho de não deixar os trecheiros na cidade, denominado pelos profissionais de migrantes e trecheiros, colocando-os em trânsito, encaminhando para a cidade mais próxima na direção desejada pelo trecheiro. Essa separação entre trabalho da UAM e do CREAS é expressa na fala a seguir:

²⁸ O nome da cidade foi deliberadamente ocultada para preservar o local da pesquisa.

dá passagem só pra quem tá em trânsito, só quem é de fora mesmo. Pra quem é da cidade só pelo CREAS mesmo. (PAS, 14).

O fluxo de atendimento de trecheiros na UAM era descontínuo e intermitente, não havia uma regularidade de trecheiros em todos os dias da semana durante o ano inteiro, mas os profissionais relatavam que atendiam mensalmente aproximadamente duzentos trecheiros, considerando animados os dias em que o fluxo é intenso como veremos na seguinte verbalização:

hoje tá animado, já foram onze que atendi, tem dia que tá parado, mas hoje tá movimentado. (PAS, 14).

O fluxo dos trecheiros na unidade, segundo os profissionais, sofre redução significativa nos meses de outono e inverno, principalmente entre maio e julho, retomando nos meses da primavera e verão.

Além das questões climáticas, os profissionais acreditavam que a política adotada pelo município para concessão de passes também poderia contribuir para a redução do fluxo de trecheiros, o que não ocorreu, pois no período de clima mais quente o fluxo retornou, como também a não obediência dos prazos instituídos, como aponta um profissional de assistência social que diz:

ah vai ficar difícil com esse tempo [inverno], no começo era seis meses, depois passou pra oito meses e agora é um ano, só que não adianta nada se eles ficarem aqui por muito tempo aqui na cidade é só eles irem na secretaria que eles liberam a passagem. (PAS, 13).

A tentativa de controlar, diminuir o número de trecheiros no município, além das políticas adotadas de passagem compulsória e o crescente aumento do prazo entre essas passagens teve a contribuição da atuação policial, especialmente na estação rodoviária, que coadunava com a fala de um profissional da assistência social, já descrito nesse trabalho, que dizia que o objetivo era dificultar ao máximo para os trecheiros.

Essa prática atuava também para a não paragem dos trecheiros, assim como para levá-los à UAM para serem encaminhados. Nesse sentido um profissional de assistência social elogia a atuação policial dizendo que:

depois que a polícia começou a vim pra rodoviária eles [os trecheiros] diminuíram. (PAS, 13).

É interessante também pontuar a fala de alguns trecheiros, que confirma as verbalizações dos profissionais de assistência social, quando da atenção e ação prestadas sobre eles como podemos perceber na verbalização de um trecheiro que diz: “*é complicado, em alguns lugares atende até bem, mas na maioria é bem difícil eles mal olham pra gente, corre com a gente dos lugares*”, essa fala é completada pela verbalização de outro trecheiro que reforça, “*eles querem é dificultar tudo, mandar a gente pra longe*”.

Essa fala do trecheiro de que os agentes públicos, como também a cidade, objetiva “dificultar tudo e mandá-los para longe” ficou bem caracterizada dentro do grupo de trabalho, ao buscar alternativas para atender os trecheiros o desejo de bloquear o acesso à cidade, deixando como espaço para os trecheiros a rodoviária e, em casos extremos, o hotel social para pernoite.

Essa questão pode ser notada na fala de um profissional da assistência social que propõe que a cidade adote a política de outro município como se verifica a seguir:

mal põe o pé na rodoviária [do outro município²⁹] e a polícia já leva ele pra pegar outro ônibus, ele nem fica na cidade, aqui tinha que fazer isso também. (PAS, 7).

Outra questão que incomodava os profissionais era quando os trecheiros utilizavam de estratégias para conseguir vantagens no atendimento na unidade, principalmente quando tinham dinheiro consigo como aponta um profissional da assistência social ao atender um trecheiro que lhe diz:

eu tenho dinheiro, mas como vocês dão passagem eu não vou gastar meu dinheiro não. (PAS, 13).

Ao saber que o trecheiro tinha dinheiro o profissional negou conceder a passagem, fazendo com que o trecheiro embarcasse por conta própria como acrescenta a seguir:

o cara vem e me fala que tem dinheiro, me mostra umas notas de vinte e cinquenta reais e ainda quer que eu dê passagem pra ele, falei pra ele comprar. (PAS, 13).

No entanto, os trecheiros não mostravam ou diziam ter dinheiro, mas após conseguir o passe, os profissionais os surpreendiam adquirindo outra passagem ou comprando qualquer objeto. Demonstram desconforto com tal situação. Nesse sentido, um profissional da

²⁹ A cidade foi deliberadamente suprimida para não denunciar o local da pesquisa.

assistência social surpreso ao ver um trecheiro comprar passagem após sair da unidade expressa:

ele tinha dinheiro, olha lá tá comprando passagem. (PAS, 15).

Mas não era apenas o desconforto com essa situação que os profissionais demonstravam no trato com os trecheiros que conseguiam ludibriá-los. Eles também consideravam essa “esperteza” como uma estratégia deles para conseguir os encaminhamentos sem gastar, como relata outro profissional da assistência social:

ele é esperto conseguiu economizar uma passagem. (PAS, 13).

A política para os trecheiros durante o percurso da pesquisa consistiu em colocá-los em trânsito o mais rápido possível, de não deixá-los permanecerem no município, e para tanto, a administração municipal, por meio tanto do CREAS quanto da UAM, utiliza de estratégias para conseguir tal intento.

Dentre as estratégias podemos listar a ronda noturna, campanhas institucionais de distribuição de folhetos informativos, além de buscar a atuação da polícia, como na atividade delegada, para garantir que os trecheiros não entrassem na cidade, ou quando entrassem, que permanecessem o mínimo possível.

3. DISCUSSÃO

A discussão será realizada de maneira integrada, no sentido de responder às questões postas durante o processo de pesquisa, bem como dar conta das categorias descritas anteriormente. A escolha se justifica pelas temáticas perpassarem o tema central: a mobilidade das pessoas em situação de rua a trecheiros e às formas de gestão dessa mobilidade utilizadas pelos agentes públicos.

As formas de gestão da mobilidade utilizadas pelos agentes públicos foram diversas. Para os trecheiros, o atendimento rápido com encaminhamento para a cidade mais próxima por meio de concessão de passagem rodoviária. Para tanto, era mantido convênio com empresas de transporte rodoviário, que exigiam para o embarque, a sobriedade ou o baixo consumo de álcool dos beneficiários e outro convênio entre o município e governo estadual que consistia no pagamento de policiais militares para realizar rondas e também para permanecerem em lugares públicos específicos, dentre eles a rodoviária. A ação policial era não deixar os trecheiros perturbarem os frequentadores da estação rodoviária ou levá-los à UAM para serem encaminhados, buscando, assim, evitar a entrada e permanência deles na cidade.

Já em relação às pessoas em situação de rua a gestão da mobilidade se dava com a retirada das praças do município para colocação no hotel social; em hospitais psiquiátricos; em clínicas de recuperação; no trabalho ou na família. Essa ação era realizada pelos profissionais do CREAS sob a orientação do governo municipal, acrescentada pela ação de cidadãos por meio de abaixo-assinados e pela polícia com a atividade delegada.

Para auxiliar nessa gestão foi criado um Grupo de Trabalho com profissionais das secretarias de assistência social e saúde, além de representantes de instituições religiosas para dar maior resolutividade ao processo. No entanto, o grupo se tornou mais um espaço para relato dos casos atendidos do que propriamente propositor de intervenções sobre as pessoas em situação de rua.

Esse fato levou a secretaria de assistência social a instituir, no final da pesquisa, a ida a campo de todos os participantes do Grupo, para realizarem atendimentos às pessoas em situação de rua e tentar frear o aumento significativo dessas pessoas nas praças do município. A ação dos profissionais do grupo não se diferenciava das praticadas pelos profissionais do CREAS.

3.1 A política pública de assistência social e a mobilidade de pessoas em situação de rua e trecheiros

De início uma questão se coloca: como a política pública de assistência social, mesmo não sendo a política institucionalmente responsável para lidar com a questão da mobilidade humana – esta de responsabilidade do ministério das cidades – atua também com essa finalidade?

Esta questão se torna paradoxal, pois o objeto de ação da política assistencial é o social, mas compreensível posto que a mobilidade também é transformada em questão social corroborando as contribuições de Benjamim (2006) sobre a haussmanização, que consistia no processo de deslocamento das massas para determinadas áreas da cidade, juntamente com o alargamento das ruas e embelezamento da cidade.

Nessa tônica, a política assistencial, mesmo indiretamente, traz em seus textos a questão da atuação sobre a mobilidade das pessoas em vulnerabilidade e risco pessoal e social, principalmente na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004a), com os conceitos de universalidade, territorialização, descentralização, vigilância socioassistencial, além dos serviços dispensados para o atendimento dessas pessoas, descritos na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. (BRASIL, 2009c).

Esses serviços e diretrizes visam atuar diretamente com as pessoas descritas pela política como em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, nesses inclusos as pessoas em situação de rua e trecheiros, referenciados nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que dispensam cuidados tanto na unidade quanto em meio aberto, através do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (BRASIL, 2009b).

Nos municípios de pequeno e médio porte esse serviço é de responsabilidade do CREAS, que realiza as abordagens nos lugares públicos com o intuito de atender às pessoas em situação de rua e trecheiros que estão em trânsito no município.

Para as pessoas em situação de rua o processo visa o retorno à família, a inserção em um trabalho e acesso a direitos sociais, seguindo os princípios da Política Nacional para a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2008a). Para os trecheiros resta o encaminhamento para outra cidade, com ou sem contato com o município de origem.

Esse processo é realizado apenas no CREAS em vários municípios brasileiros. Em algumas cidades há uma separação de responsabilidade de atendimento, ficando a cargo do CREAS a atenção às pessoas em situação rua ou aos trecheiros que estão nas praças municipais. A Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM) se encarrega do atendimento aos

trecheiros que desembarcam na estação rodoviária. Essa separação ocorre no município pesquisado.

As duas unidades atuavam de maneira complementar na gestão da mobilidade. Na UAM a ação era no sentido de não deixar os trecheiros entrarem e permanecerem no município; no CREAS a ação era no sentido de retirar as pessoas em situação de rua ou trecheiros que adentravam a cidade das praças e espaços públicos do município, colocando-os em instituições ou encaminhando para a UAM.

A gestão da mobilidade dispensada pelos agentes públicos do município era diferente conforme o público atendido. Para as pessoas em situação de rua as ações eram voltadas para a sedentarização tal como o retorno para a família, a inclusão em um emprego ou fixação em um domicílio. Já com os trecheiros o processo de recolocação em trânsito era a prática primordial. Assim, os agentes públicos do município, curiosamente, não buscavam colocar os trecheiros dentro dos desígnios da sedentarização, não procurando, em momento algum, alternativas de sedentarizá-los, agindo apenas no sentido de promover o trânsito permanente. Em suma, a sedentarização era somente para aqueles nômades circunscritos aos espaços citadinos.

Os agentes públicos assumiam a função de exercer a dromopolítica, conforme postulado por Virilio (1996), gerindo os passos e a velocidade dos nômades³⁰, reorganizando, diminuindo ou amentando a velocidade dos fluxos de trânsito; controlando a entrada e permanência nos espaços públicos e instituições, assim como gerindo a frequência dos momentos de socialização dos nômades urbanos nos espaços públicos.

As ações produzidas pelos agentes públicos e também pelos citadinos, descritas nas categorias acima, eram no sentido de sincronizar os corpos dos nômades aos dos citadinos, segundo os desígnios da sociedade ocidental como postula Virilio (1996), agindo assim, sobre sua velocidade, suas rotas, paradas, desvios, tentando recolocá-los na velocidade desejada.

Para os que utilizavam bebidas alcoólicas acima do que era tolerado pelos agentes, os procedimentos eram: levar para consulta psiquiátrica para receberem medicação; colocação no hotel social para tomar a medicação e, para aqueles que “abusavam excessivamente” buscavam a internação involuntária ou compulsória, estacionando o nômade por um longo período.

³⁰ Por nômades estamos nos referindo a pessoas em situação de rua e trecheiros, já que o conceito de nomadismo é muito complexo e inclui os ciganos, andarilhos e outras formas de nômades.

Para os que esmolavam, os agentes públicos buscavam deslocá-los da região central e assentá-los em alguma residência na periferia, inseri-los no trabalho, além de monitorar seus passos para não retornarem à mendicância. Caso tais medidas não surtisserem efeito os agentes os ameaçavam de retirar os benefícios concedidos.

Outro processo de gestão da mobilidade dos nômades foi levado a cabo pelos cidadãos mediante dois abaixo assinados requerendo do município a retirada das pessoas em situação de rua, das praças e espaços públicos. Com os abaixo assinados acionaram o gestor municipal, a polícia, o Ministério Público, sob a alegação de que os nômades estavam incomodando os cidadãos das imediações das praças.

Para gerir a mobilidade os agentes públicos se valiam, também, das instituições disciplinares como descrito por Foucault (2009), realizando encaminhamentos e internações em hospitais psiquiátricos e em clínicas de recuperação. Essa prática cumpria dois papéis: primeiro, retirava dos espaços públicos e estacionava³¹ o nômade por um longo período e, segundo reduzia sua mobilidade tanto física quanto psíquica.

A colocação em instituições disciplinares era a ação preferencial dos profissionais da assistência social e da maioria dos integrantes do Grupo de Trabalho, já que acreditavam que a internação era importante para o restabelecimento do nômade e, conseqüentemente, aumentaria a possibilidade dele deixar a rua. Para tanto, recorriam às perícias psiquiátricas e à intervenção judiciária para forçar a internação e, também, para acelerar o processo.

Os agentes públicos ainda utilizavam as ações em espaço aberto como as rondas noturnas, o acompanhamento e monitoramento das pessoas em situação de rua, nas praças e de suas famílias com vistas a buscar o retorno do nômade à vida sedentária. Essas ações dispensadas seguem a linha que Deleuze (2008) denomina de Sociedade de controle.

Esse controle também ocorreu quando a coordenação do CREAS solicitou aos integrantes do Grupo de Trabalho para acompanhar semanalmente o atendimento da Equipe que atuava com as pessoas em situação de rua. Inicialmente o atendimento seria para saber o que queriam as pessoas em situação de rua, mas ao saberem que o desejo deles era permanecer nas praças o atendimento foi na direção de convencê-los a saírem dos espaços públicos.

Mas a colocação das pessoas em situação de rua, retiradas dos espaços públicos, não ocorria apenas nas instituições disciplinares como as clínicas de recuperação e hospitais

³¹ Estacionar uma metáfora utilizada para o processo de gestão da mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros que consistia em estratégias para reduzir a mobilidade destes por um período determinado.

psiquiátricos. Havia um local privilegiado de encaminhamento que era o hotel social. Porém, é necessário fazer uma ponderação. Esse encaminhamento só ocorria por falta de uma instituição disciplinar disponível para os nômades que não eram internados.

O hotel social, na maioria dos casos, servia para retirada provisória das pessoas em situação de rua, pois eles permaneciam de um dia a uma semana para reduzirem o consumo de álcool, realizarem a higiene pessoal e para a retirada de documentos. No entanto, esse espaço não era visto, pelos nômades urbanos, como lugares de reconhecimento e de pertencimento, tendo mais a característica de não-lugar como colocado por Augé (2012).

No tocante ao não-lugar, os agentes públicos da assistência social buscavam fazer dos espaços públicos, espaços de trânsito, traçando estratégias para a retirada constante das pessoas em situação de rua desses espaços e, assim inviabilizar a socialidade deles, além de solicitação de reestruturação das praças para eliminação do lugar de socialização (o coreto) e acionamento de outros agentes públicos como a inserção das praças na atividade delegada.

As ações sobre a mobilidade das pessoas em situação de rua era para restringir a permanência nos espaços públicos, se estendendo também, em algumas ocasiões, para construções, prédios abandonados, terrenos baldios, para colocação nas instituições escolhidas pelos agentes públicos. No caso dos trecheiros, a ação era monitorá-los no espaço da rodoviária até o embarque e os que perturbavam sofriam intervenção dos agentes e em muitos casos, eram tratados com violência física.

Um mecanismo buscado durante o percurso da pesquisa para dar maior resolutividade a esse processo de gestão foi a criação da Casa de Passagem considerada pelos agentes públicos um substituto do hotel social. Essa substituição modificaria o modo de atenção aos que fossem recolhidos nas rondas, pois seriam os agentes públicos e não mais terceiros que monitorariam a permanência dos nômades, ficando ao critério da assistência social o retorno deles à rua, à família, ao trabalho ou encaminhamento para internação.

Outra ação para impedir a permanência dos nômades urbanos consistia no recolhimento e queima dos pertences utilizados para a permanência nos espaços públicos. O intuito dos agentes públicos era de restringir a possibilidade de socialização, de pernoite nas praças, já que essa prática era um mecanismo para aumentar a probabilidade de colocação dos nômades no hotel social, pois não poderiam forçá-los a saírem das praças, utilizando a força física.

Além das ações citadas havia a campanha para a não doação de esmolas para as pessoas em situação de rua ou para trecheiros que estivessem na cidade, nem a venda de bebidas alcoólicas pelos comerciantes. Essas estratégias buscavam fazer com que os nômades

recorressem aos serviços assistenciais para garantir o acesso aos bens materiais, além de reduzir o consumo de bebidas alcoólicas, vista pelos agentes públicos como propiciador de continuidade na rua.

O controle sobre o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas pelos nômades era um dos pilares do trabalho dos agentes públicos tanto que foi instituído um grupo de trabalho específico para confeccionar relatório sobre a quantidade de pessoas que usavam drogas, bem como quais estratégias de intervenção poderiam ser dispensadas para esse público.

Para as pessoas em situação de rua a ação era colocação no hotel social até cessar a embriaguez ou solicitação de internação em clínicas de recuperação ou hospitais psiquiátricos para desintoxicação. Já para os trecheiros era apenas solicitada a suspensão do uso até o horário do embarque. No entanto, para os trecheiros que buscavam internação, os agentes públicos os encaminhavam para um profissional, prestador de serviços para as clínicas de recuperação, que realizava os procedimentos necessários para a internação.

Retomando à questão da atuação da assistência social sobre a mobilidade, podemos considerar que ela, mesmo não sendo responsável por tal política, contribuiu significativamente para a política municipal de gestão dos fluxos de pessoas nos locais públicos, atuando ativamente sobre a população que fazia desses locais espaços de convívio, no caso as pessoas em situação de rua, ou sobre aqueles que potencialmente poderiam utilizar esses locais – os trecheiros.

Para tanto, o CREAS e a UAM eram os dispositivos³² preferenciais para realizar tal tarefa. Assim, tanto o CREAS quanto a UAM tinham importância no cumprimento da política já que, se não houvesse uma unidade de atendimento no local de desembarque de trecheiros – a estação rodoviária – para pronto atendimento, o CREAS teria que realizar toda ação.

Além do pronto atendimento, os profissionais da UAM também eram responsáveis, juntamente com os profissionais do CREAS, pelas rondas. Dessa forma, cobriam tanto a porta de entrada do município quanto os locais de parada dos trecheiros e pessoas em situação de rua. Já os espaços intracitadinos eram de responsabilidade do CREAS. Nesse sentido toda ação era de responsabilidade de seus agentes.

Na tentativa de aumentar a efetividade de atuação sobre as pessoas em situação de rua, foram acrescentadas outras unidades públicas como os CRAS e as ESFs, por meio de inserção

³² O termo dispositivo é utilizado aqui conforme o uso corrente da língua e de acordo com o **Dicionário Houaiss** (2009), dentre as várias enumerações do verbete, o considera como o conjunto de ações planejadas e coordenadas, implantadas por uma administração, visando a algo, no caso atuar com pessoas em situação de rua, trecheiros e migrantes.

de profissionais dessas unidades no Grupo de Trabalho que contribuía, tanto dando sugestões de atendimento quanto atendendo diretamente os nômades urbanos buscando cumprir o objetivo de “*cercar de todos os lados*”³³.

Cercar os indesejáveis urbanos tornou-se objeto da política municipal, com destaque para a Assistência Social na retirada e deslocamento dos nômades dos espaços citadinos. Porém, essas ações cumpriam mais os desígnios da administração municipal - que considerava que a cidade estava limpa quando os indesejáveis não estavam nos locais públicos - do que propriamente as normativas da política assistencial, ou melhor, os instrumentais da política assistencial serviam também para cumprir os objetivos da administração municipal.

A municipalização das ações da política assistencial é decorrente da descentralização político-administrativo (BRASIL, 2004a) que deixou a cargo dos municípios a organização dos serviços e execução dessa política. Nesse sentido, cada cidade elege suas prioridades de atenção, assim como as maneiras de atender a essas prioridades.

Para dispensar atenção, o município também é responsável pela formação do quadro de profissionais, segundo a NOB-RH (FERREIRA, 2011) e capacitação desses profissionais seguindo as orientações da política pública, que visa garantir os direitos sociais por meio da universalização desses direitos.

No caso da atenção aos nômades citadinos a política estabelece que seja necessário um nível de complexidade dos serviços ofertados, que pode ser tanto de média ou de alta complexidade. No município pesquisado os serviços ofertados eram de média complexidade (CREAS e UAM), mas se buscava complementar a atenção com um serviço de alta complexidade, a Casa de Passagem.

No entanto nos serviços especializados, principalmente na UAM, os profissionais responsáveis pelo atendimento eram de nível médio, contratados ou deslocados para os serviços no início da gestão municipal. Durante o percurso da pesquisa não houve capacitação específica para esses profissionais.

A atenção aos trecheiros e as rondas municipais eram realizadas por esses profissionais que seguiam o roteiro definido pela secretaria municipal de assistência social, qual seja, percorrer as praças e convencer as pessoas em situação de rua a ir para o hotel ou conceder passagem aos trecheiros seguindo os prazos determinados.

³³ Fala de um agente público descrita durante a pesquisa e contida no diário de campo.

A rotina de atendimento na UAM era bem estabelecida e seguia os seguintes procedimentos: solicitação de documentação do trecheiro para averiguação no sistema do município da última passagem pela cidade; preenchimento da passagem se estivesse dentro do prazo estipulado, caso contrário negava-se a concessão da passagem; para os ébrios, solicitação de suspensão de ingestão de bebidas; para aqueles que os profissionais avaliavam estarem muito sujos eram encaminhados ao banheiro para tomarem banho, além de disponibilização de lanches aos que não haviam se alimentado.

Porém, não havia discussão entre os profissionais sobre os modos de atendimento aos trecheiros que passavam pela unidade, nem eram ouvidas as demandas trazidas por eles, havendo um distanciamento entre profissionais e nômades.

O serviço era executado de maneira ritual, seguindo os procedimentos já estipulados pela política municipal, no entanto, havia alguns escapes desses procedimentos, mas no sentido de colocar em trânsito os trecheiros, concedendo passagens antes do prazo determinado ou encaminhamento às clínicas de recuperação os trecheiros que solicitavam internação.

As demandas dos nômades urbanos também não era objeto de atenção pelos profissionais do CREAS e sim a busca incessante de realizar os procedimentos estipulados pela política municipal, já descrito nas categorias, procurando retirar as pessoas que permaneciam nas praças.

Os procedimentos eram apresentados no Grupo de Trabalho para a aprovação dos integrantes, sendo que toda discordância dos métodos ou da execução das ações era considerada indesejável e prejudicial ao trabalho. Partia-se do princípio de que os agentes públicos sabiam das demandas e também das melhores maneiras de satisfazê-las, mesmo quando o discurso era de fazer os nômades falarem de suas vidas e seus desejos.

Assim, a decisão de onde os nômades urbanos poderiam transitar ou permanecer era de responsabilidade dos agentes investidos das funções públicas, com apoio ou cobranças de cidadãos preocupados com as interferências que esses nômades faziam em suas mobilidades e nas suas subjetividades.

Nesse sentido, os agentes públicos agiam sobre a mobilidade dos nômades para organizar os fluxos e também os espaços disponíveis. Para tanto, os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social serviam para referenciar o trabalho, mas não no sentido de dar autonomia às pessoas atendidas e sim, para assegurar a recolocação delas em alguma instituição.

Para isso, era necessário atuar com a família para reconstruir os vínculos rompidos; inserir no trabalho para poder conseguir ter acesso aos bens produzidos; retorno à residência para reduzir as situações de vulnerabilidade; inserção em instituições psiquiátricas e hospitalares para garantir a vida biológica, assim como estabelecer os territórios disponíveis aos nômades, além de acompanhar e monitorar o sujeito nesses espaços na tentativa de assegurar sua continuidade dentro dos corredores de mobilidade.

Assim, as pessoas em situação de rua sofriam mais as ações de gestão da mobilidade, pois eles estavam circunscritos aos limites da urbe, já que as políticas assistenciais, juntamente com as outras políticas, privilegiam a cidade como objeto de ação criando instituições, serviços e produzindo documentos com o fito de regulamentar a atuação dos agentes públicos (BRASIL, 2004a; 2008a; 2009c) sobre os nômades, dentro dos espaços citadinos.

Nesse sentido, os agentes públicos referendados nas políticas públicas, buscavam por meio da gestão da mobilidade das pessoas em situação de rua retorná-las aos modelos sedentarizantes de vida, monitorando os espaços que eles habitavam e acompanhado seus fluxos, além de intervirem sobre os que desviavam significativamente dos parâmetros estabelecidos.

Já os trecheiros, por deslocarem entre cidades e permanecerem por pouco tempo dentro dos limites da urbe e por não serem atingidos de maneira contundente pelas políticas assistenciais, acabavam por ter maior probabilidade de escape dos processos de gestão da mobilidade para a sedentarização. A gestão da mobilidade dos trecheiros se dava por meio da criação de corredores de trânsito extra-citadinos, evitando-se deixá-los permanecer nas cidades. Nesse sentido, a UAM cumpria papel primordial na produção do trânsito contínuo dos trecheiros e o que é paradoxal: não buscam a sedentarização deles como faziam com as pessoas em situação de rua, já que eles não pertencem à urbe e não têm “raízes” na cidade.

É interessante notar a orientação da política pública de assistência social sobre os processos de gestão da mobilidade dos usuários, primeiramente elegendo as pessoas que a política atuará, posteriormente rastreando os locais em que essas pessoas residem ou se encontram e destinando a eles espaços e lugares da cidade.

Para conseguir realizar o deslocamento e vinculação das populações, a política de assistência social mantinha contatos com outras políticas (intersectorialidade) para ramificar a atenção para outros setores (universalidade), para garantir a inclusão das pessoas nos espaços de direitos assegurados pelas políticas sociais. Nesses termos, mesmo não tendo como princípio a gestão da mobilidade, a assistência social cumpria efetivamente esse papel.

3.2 As instituições de internação e a gestão da mobilidade

As instituições de internação e de confinamento representavam para os agentes públicos um importante instrumento para a gestão da mobilidade dos nômades urbanos, principalmente para as pessoas em situação de rua, por possibilitar a limitação dos espaços utilizados ou o confinamento por longo período de tempo.

A internação cumpria um duplo papel para os agentes públicos, possuindo um caráter complementar na maioria dos casos, já que, primeiro garantia a retirada dos nômades urbanos dos espaços públicos e, segundo, garantia o restabelecimento da saúde ou a desintoxicação por meio da internação daqueles que abusavam de substâncias psicoativas, principalmente para os “dependentes” de bebidas alcoólicas e de etanol³⁴.

Havia duas vias para a internação dos nômades, primordialmente pessoas em situação de rua. A primeira via consistia em utilizar do convencimento de que com a internação teriam uma melhora significativa e imediata e que após o término da internação as chances de voltar à vida sedentária aumentariam significativamente.

No entanto, quando o convencimento não surtia efeito entrava em cena a segunda via que consistia em requerer, junto ao poder judiciário, a internação involuntária ou compulsória, e, em casos especiais, uma modalidade de internação intitulada pelos agentes públicos de internação moradia ou, internação sem prazo de alta, podendo durar anos.

Para atingir tal finalidade os agentes públicos conseguiram acelerar o processo de internação via judicial, devido a uma mudança nos procedimentos jurídicos, que consistiu no aceite pelo juiz de laudos psiquiátricos produzidos pelos médicos que atendiam os nômades “dependentes” de álcool e outras drogas. Substituíam, assim, o procedimento de nomeação de um médico perito que demandava um atraso no tempo da decisão judicial.

Essa ação demonstrava a urgência que a questão da presença e da mobilidade dos nômades nos espaços públicos representava para o município. Buscava-se, dessa forma, uma maneira rápida de agir sobre eles, deslocando-os para outros espaços ou encerrando-os em alguma instituição. O desfecho rápido das ações era o imperativo a ser seguido.

Essa urgência podia ser notada no caráter assumido pelo Grupo de Trabalho de repasse de atendimentos e procedimentos adotados pela equipe, na pressão para a saída dos membros do grupo para atuar nos espaços onde se encontravam os nômades, além do incômodo pelo

³⁴ Etanol é o nome dado ao álcool combustível que algumas pessoas em situação de rua ingerem para substituir as bebidas alcoólicas, geralmente aguardente.

atraso produzido pelas discussões e contestações das ações e procedimentos adotados pela equipe e pelo município.

Esse processo coaduna com as postulações de Virilio (1996) sobre a assunção da velocidade como categoria política, ou seja, torna-se importante gerir a velocidade não só dos veículos, mas também dos corpos e de suas vicissitudes. Gerir os fluxos dos corpos, as trocas afetivas, as socialidades, o consumo (no caso de drogas), a saúde entre outras.

Para isso, a gestão da velocidade não poderia ficar restrita aos nômades, pois dessa maneira a possibilidade de êxito seria menor. Nesse sentido, ela tem que produzir efeitos nas práticas institucionais e nos agentes públicos, já que gerir a mobilidade daqueles responsáveis pelo planejamento e execução das políticas sociais é tão importante quanto daqueles que são atendidos.

Assim, torna-se fundamental, para os agentes públicos, a rapidez nas decisões e execução das ações estabelecidas, já que o sucesso das práticas para os agentes passava diretamente pela agilidade na resolução do problema. Como podemos verificar, houve todo um esforço para modificar os procedimentos visando garantir a celeridade dos processos judiciais e também acelerar a decisão de deslocamento dos membros do grupo para as praças.

A questão da velocidade também perpassava pelo Grupo e pelos agentes da UAM. Na UAM a rapidez do atendimento e de encaminhamento era a tônica, tanto para colocação dos trecheiros em trânsito, quanto para a internação nas clínicas de recuperação. Para garantir essa celeridade, os agentes da UAM mantinham contato com um profissional que prestava serviços para essas clínicas que realizavam a internação imediata dos trecheiros, sem passar pelos trâmites judiciais.

No caso do Grupo, a questão girava em torno da redução causada na celeridade pretendida pelo município para a resolução dos casos de internação. Essa redução era causada pelas discussões desses casos e também pelas contestações das solicitações de internação e dos encaminhamentos já realizados. Nesse sentido, podemos entender o deslocamento dos membros do Grupo para as praças como uma maneira de minimizar as interferências na velocidade das práticas de internação. Ao deslocarem os membros do grupo a coordenação do CREAS reduzia os questionamentos das internações e também atenderiam as pessoas em situação de rua do município.

Concomitante à busca de internação dos nômades urbanos, os agentes públicos atuavam também com as famílias desses nômades visando a recolocação destes na família após a alta das clínicas ou hospitais. A expectativa era de que a família cumprisse o papel de cuidado para evitar as recaídas e retorno aos locais públicos e consumo de bebidas alcoólicas.

Assim, a família era vista como uma ferramenta importante para contribuir com o processo de gestão da mobilidade dos nômades urbanos. Ela poderia colaborar com as mudanças de fluxos e trajetos deles, principalmente para reduzir a velocidade e a inconstância de seus movimentos, assim como diminuir a sociabilidade com outros nômades para, dessa maneira, colocá-los dentro dos corredores de fluxo e trânsito produzidos pelas políticas públicas.

Para conseguir tal intento – de atuar sobre a mobilidade dos nômades – os agentes públicos lançam mão do que Costa (2004) designou como Ordem Médica e Norma Familiar. Para conseguir a internação dos nômades os saberes técnicos da medicina, acrescidos dos instrumentos e normas jurídicas, se tornavam imprescindíveis e legítimos, complementado pela atuação sobre modos de vida das famílias na tentativa de garantir a recolocação desse nômade no ambiente familiar.

Dessa forma, os agentes públicos também apresentavam, em sua atuação sobre as famílias, características do que Donzelot (2001) denominou de Polícia das Famílias. Buscavam reduzir as fraturas produzidas pelos seus membros; produzir modos de vida capazes de garantir “o convívio familiar” e também corpos úteis ao Estado sustentados por saberes, técnicas e instrumentos principalmente das ciências sociais.

A inspiração para essa forma de atuação também está presente na Política Pública de Assistência Social (BRASIL, 2004a) com o conceito de vínculo familiar, com suas duas variantes: fortalecimento e reconstrução. Fortalecimento para as famílias consideradas com vínculos frágeis e reconstrução para as famílias com vínculos rompidos.

Já que os nômades, dentro da política de assistência social, são considerados com vínculos rompidos com suas famílias, cabia aos agentes públicos do CREAS o restabelecimento desses vínculos. Para isso, era necessário reorganizar os modos dessa família viver, incluso as formas de viver a mobilidade.

Porém, considerar que os agentes públicos atuavam em consonância com o exposto acima, não quer dizer que eles possuíam os aportes teóricos e técnicos que sustentasse esse tipo de intervenção e também que essas ações eram sistemáticas e reflexivas, com debates sobre os princípios, diretrizes e objetivos apregoados pela política pública.

A ação não seguia os parâmetros instituídos pela política assistencial, muito pelo fato de os agentes públicos não formarem um conjunto homogêneo. Possuíam formação técnica diferente, estavam vinculados a mais de uma política pública o que produzia avaliação conflitante e discussões no Grupo de Trabalho quanto às decisões de internação dos nômades.

Podemos acrescentar, ainda, que havia uma mistura de saberes utilizados pelos agentes públicos que se valiam em suas práticas cotidianas de postulados das políticas públicas, de saberes empíricos, do senso comum e de crenças religiosas. O caráter humanitário era o ponto mais importante do que o científico; o desejo era salvar uma vida a qualquer custo e fazer o bem e a internação era vista como a pedra angular desse processo de “resgate da humanidade”.

Não se pode esquecer de pontuar o papel desempenhado pela administração municipal na atuação dos agentes públicos responsáveis pela atenção aos nômades urbanos, pois a administração considerava um bom trabalho aquele que retirava os nômades dos espaços públicos. Assim os agentes orientaram-se para atender os desígnios da política municipal, pois a atuação tinha a resolutividade ao “*mostrar que tá tirando da rua, que o trabalho tá sendo feito*”³⁵.

Mesmo não sendo um conjunto homogêneo, nem seguindo as mesmas orientações e postulados, os agentes públicos não deixavam de buscar uma solução para os nômades “dependentes” de bebida alcoólica e de etanol, pois, como já visto, o caráter humanitário atrelado à pressão de retirada dos espaços públicos estavam presentes em todo momento.

Assim, restavam aos nômades poucas estratégias de escape da política de internação e deslocamento executada pelos agentes públicos, já que as praças da cidade eram seu habitat e seus deslocamentos ocorriam dentro do espaço da urbe, aumentando assim, a probabilidade de serem cooptados.

Essa ação raramente ocorria com trecheiros, visto que eles não “pertenciam” à cidade e, assim, a internação não era objeto de atenção dos agentes públicos, ficando a cargo das clínicas de recuperação esse papel. Esse fato pode ser um indicativo da ação dos profissionais da UAM manterem contato com um profissional ligado às clínicas, realizando encaminhamentos de trecheiros interessados em se internar.

Assim, podemos notar que a atuação modifica conforme a população. Para os da cidade todos os esforços para “resgatá-lo” da vida nômade e da dependência, utilizando todos os meios disponíveis para isso, mesmo contra a vontade do atendido. Já para os trecheiros, como não pertenciam ao município e eram vistos como aves de passagem, a atuação era

³⁵ Fala de um agente público, retirada do diário de campo, e descrita no acompanhamento das atividades do dia 26 de novembro de 2013.

recolocá-los em trânsito na maior velocidade possível, mesmo estes estando nas mesmas condições que “os da cidade”.

Para a internação dos nômades urbanos os agentes públicos se utilizavam de duas premissas da política de assistência social que eram: a universalização do acesso a direitos e da rede socioassistencial (BRASIL, 2004a). No que tange à universalização, era a busca de garantir a saúde e acesso aos benefícios assistenciais. Já no que concerne à rede, os esforços eram para inserir e responsabilizar outros serviços e políticas no processo de referência e contra referência, na tentativa de aumentar o cabedal de agentes e instituições envolvidos com o processo de internação dos nômades urbanos.

Essa busca de envolvimento de outros serviços e instituições ganhava peso à medida que os agentes públicos da assistência social eram reforçados com solicitações de internação por parte dos nômades ou pela condição física daqueles que saíam da internação. Nessas duas vias, a atuação era legitimada já que a restauração das condições físicas era um fator que justificava a continuidade das solicitações e encaminhamento para as internações.

A restauração física dos nômades que saíam da internação ganhava força como motivador e justificador das ações, principalmente quando empiricamente os agentes confrontavam as mudanças entre os nômades internados e os não internados ou daqueles que saíram da internação e voltaram a abusar das substâncias psicoativas.

Essas mudanças corporais, atreladas ao abuso de substâncias psicoativas, eram motivos para a recondução dos nômades à reinternação, pois assim acreditavam que uma nova internação poderia produzir efeitos sobre eles, principalmente tornarem-se abstêmios e, é claro, garantiria mais alguns meses deles longe dos espaços públicos do município.

Os nômades, nesse processo, não eram sujeitos passivos apenas sofrendo a ação dos agentes públicos. Eles também atuavam ativamente, pois a internação poderia ser uma importante estratégia para seu restabelecimento físico e para se viver mais, já que nas instituições de internação suspendiam o uso das substâncias psicoativas e trocavam pelas psicotrópicas, modificavam a alimentação e recebiam atenção médica e hospitalar para, em seguida, retornarem à vida nômade.

Assim, os nômades também geriam sua velocidade, reduzindo-a temporariamente para que ela não cessasse definitivamente, para em seguida retornar ao fluxo de deambulação e de imprevisão, tanto afetiva, social e cognitiva. Nesse sentido, agir sobre sua própria mobilidade, em muitos casos, tornava-se uma condição para viver seu modo de vida nômade.

Porém, a atuação dos agentes não ocorreu somente sobre aqueles internados ou em processo de internação. Ela se estendeu para os que abusavam de substâncias, mas que ainda

não foram diagnosticados como “necessitando de internação”. Para esses, havia a administração de psicotrópicos e encaminhamentos para o CAPS do município e para o hotel social para interromper o uso de bebidas.

Essa estratégia, de breve contenção tanto dos fluxos de mobilidade quanto do uso de bebidas, aparentemente não surtia efeitos já que os nômades ingeriam bebida juntamente com a medicação. Dizemos aparentemente pelo fato do uso concomitante de bebida e medicação ser um indicador e uma justificativa para os agentes públicos solicitarem a internação sob a alegação dos moradores não conseguirem, por si próprios, seguirem o tratamento em meio aberto.

É importante pontuar também que os nômades não eram internados apenas uma vez. Na maioria dos casos haviam reinternações, entremeadas de tratamento em meio aberto ou no CAPS e no hotel social, assim o processo ganhava caráter intermitente com idas e vindas entre as ruas, praças e espaços públicos e as instituições de internação, sob a avaliação dos agentes públicos das melhoras e recaídas apresentadas pelos nômades.

A intermitência entre internação e ida para a rua, apresentada pelos nômades urbanos, incomodava os agentes públicos, mas também, era um mecanismo para gerir a mobilidade. Se considerarmos que a modulação da velocidade se transformou em objetivo de ação política, todo escape dessa modulação necessitava de correção e a recaída e o retorno para as ruas, para o trânsito, representava uma perturbação nos processos dromológicos consignados pelas políticas e pelos agentes.

Dessa forma, gerir a mobilidade dos nômades por meio de internações, tornava-se um poderoso instrumento da política dromológica municipal, pois atuava temporo-espacialmente sobre eles confinando-os em espaços fechados por longos períodos, atuando sobre seus corpos na tentativa de restabelecê-los e tornarem úteis.

A questão tempo/espaço também se fazia sentir na urbe, quando nos espaços públicos não se percebia a presença dos nômades por determinado período, geralmente meses, além de não haver contato deles com os cidadãos que passavam ou utilizavam esses espaços. Assim, gerir a mobilidade dos nômades era um poderoso e marcante instrumento para o “desenvolvimento urbano” e para o êxito da política municipal.

Enfim, as instituições garantiam à cidade a retirada temporária ou permanente (no caso da internação moradia) dos nômades já que a quase totalidade delas está fora do espaço urbano ou localizada em outros municípios. Além da redução da probabilidade da perturbação de parte dos cidadãos incomodados com suas presenças, com suas socialidades e seus modos de vida, a gestão dos nômades possibilitava a expansão da mobilidade dos cidadãos.

3.3 A mobilidade e a presença dos indesejáveis na cidade

O que fazer com os nômades (pessoas em situação de rua e trecheiros) que insistiam em ficar nas praças e locais públicos ou que insistiam em entrar no município? Esta pergunta permeava a atuação dos agentes públicos durante todo o percurso da pesquisa e a ação para satisfazer essa pergunta consistia necessariamente em encontrar um lugar para os indesejáveis ou vedar o acesso e permanência aos lugares e espaços citadinos.

Encontrar um lugar ou restringir o acesso ou permanência nos lugares e espaços citadinos demandava uma série de agentes, ações e instituições capazes de deslocar, alocar ou realocar os nômades, para evitar que suas presenças nesses locais, modificassem a dinâmica e paisagem da urbe, tornando-os assim indesejáveis.

Tratava-se de lidar com essa indesejabilidade produzida pela presença dos nômades, que desafiavam os processos dromopolíticos municipais. Nesse sentido, atuar sobre a velocidade e mobilidade dos nômades e encontrar um lugar para eles tornou-se a meta a ser seguida pela política municipal. Nesse processo o lugar encontrado para o trecheiro era o banco dos ônibus e as outras cidades e, para as pessoas em situação de rua, as instituições de acolhimento e confinamento, a família, o emprego e a residência.

Para os trecheiros eram disponibilizados, pelos agentes públicos, os espaços de trânsito onde a UAM representava apenas uma breve interrupção no trajeto e um mecanismo para a recolocação em contínuo deslocamento.

A UAM servia essencialmente como espaço de trânsito, ou como um não-lugar como postulado por Augé (2012), já que sua dinâmica de atendimento privilegiava a rapidez tanto do atendimento quanto do encaminhamento dos trecheiros. Mas os trecheiros também solicitavam atendimento e encaminhamento imediato, o que tornou uma relação retroalimentativa para o trânsito permanente.

Assim, esse processo se assemelha a uma questão tautológica em que já não se sabe se os trecheiros estão em trânsito porque as cidades os deslocam ou se as cidades os deslocam porque os trecheiros estão em trânsito.

A colocação em trânsito imediato produzia um efeito significativo para os agentes públicos encarregados pela atenção desses nômades, pois atendiam ao “desejo” de andança dos trecheiros e impedia a entrada e permanência deles dentro da cidade. Colocava-os em trânsito por eles não pertencerem à urbe e também assegurava que não socializasse com os nômades do município, como também não perturbavam a mobilidade dos citadinos.

Já para as pessoas em situação de rua o processo era outro. Por serem considerados “pertencentes à cidade”, não havia a possibilidade de colocação em trânsito permanente, pois possuíam “raízes”³⁶ (família) na urbe. Assim, as estratégias necessitavam ser reorganizadas para deslocá-los, mas conservando os “vínculos” deles com a cidade.

Nesse sentido, as instituições assumiam função precípua no processo de deslocamento, alocação e realocação dos nômades urbanos, pois dessa forma, garantiam sua vinculação com a urbe, mas retirava-lhes a possibilidade de livre mobilidade nos espaços citadinos. Dentre as instituições de alocação e realocação ganhou destaque o Hotel Social, a Casa de Passagem, os hospitais psiquiátricos e clínicas de recuperação.

O retorno para a família, para o trabalho e a residência, mesmo sendo o objetivo a ser atingido, não seguia a mesma dinâmica, visto que o “controle” sobre o tempo de permanência não possuía a mesma efetividade das instituições citadas anteriormente e também pelo fato de os nômades “desistirem” rapidamente de permanecer tanto na família, no trabalho quanto na residência, retornando invariavelmente para a rua.

A não permanência ou o escape dessas instituições, bem como a utilização dos espaços públicos e sua maneira diversa de viver na cidade, não seguindo os parâmetros de civilidade, higiene, habitabilidade e de trabalho causa uma fratura na dinâmica da urbe subvertendo a ordem estabelecida, tornando-se assim, indesejáveis.

Escolhemos o termo indesejável e não excluído ou outro qualquer, pois partimos do princípio de que mesmo que o movimento da cidade seja o de excluir os nômades urbanos do convívio citadino, eles retornam e permanecem nos espaços públicos ou privados interagindo com os citadinos.

Essa insistência em permanecer e utilizar os espaços, concorrendo com outros citadinos pelo uso dos locais de trânsito, de passagem, “poluindo” a paisagem urbana – principalmente as praças e locais de grande movimento – os tornavam objetos de ações de afastamento e dispersão como recolha dos pertences, retorno para a família, emprego ou residência e colocação em instituições disciplinares.

A “poluição” da urbe ocorre também pelas características físicas dos nômades urbanos tais como corpos e roupas sujas exalando odor, aparência descuidada, fala cheia de gírias ou de difícil compreensão, comportamentos de abordagem de transeuntes entre outros; “agridem” os órgãos do sentido dos citadinos.

³⁶ Metáfora utilizada para designar o processo de vinculação das pessoas em situação de rua com o município que habita, com a família e com outras pessoas em situação de rua, pois mesmo se deslocando por vários locais, ainda permanecem dentro do espaço da cidade.

O nariz percebe o odor, o ouvido recebe os sons emitidos por tais sujeitos, o olho visualiza os corpos sujos e rotos e seus utensílios em igual situação, a pele que pode entrar em contato com a “sujeira”, se tocada, produz percepções e sensações que afetam e desagradam a maioria da população da urbe.

Não é só a poluição da urbe e a consequente afetação dos órgãos do sentido que causam desconforto. Há, também, o rompimento com os parâmetros vigentes de desenvolvimento e civilidade apregoados pela sociedade contemporânea: um duro golpe no ideário progressista, corroborados também pelas ciências sociais e humanas, que é o tripé família-trabalho-propriedade tidos como o alicerce da sociedade, aos quais todos necessitam preservar.

Outro fator importante para se compreender a indesejabilidade dos nômades urbanos consiste na facilidade de se adaptarem às intempéries da natureza, às difíceis condições de permanência e sobrevivência, às restrições impostas pelos cidadãos e pelos gestores públicos. Exibem também uma grande capacidade de resistir às estratégias utilizadas para controlar, gerir, distribuí-los no espaço, monitorá-los, para dificultar o acesso e a permanência dentro da urbe, caso negativo, nos espaços de maior circulação dos cidadãos.

A indesejabilidade não era somente pelo “medo” de contaminação e poluição que a presença dos nômades representava, não só com a sujeira, mas também, com seus estilos de vida, desregrados, móveis, não seguindo os modelos de produção de relacionamentos, de consumo, de propriedade ou outro pregado tanto pelas políticas públicas quanto pela sociedade ocidental.

O medo consistia em que esse modo de vida nômade “influenciasse” os cidadãos, e estes, passassem também, a viver de modo próximo às pessoas em situação de rua ou trecheiros, desistindo do trabalho, rompendo os vínculos familiares, escolhendo os espaços públicos para socialidade, mediados também pelo uso de bebidas alcóolicas.

Assim, todo contato mais duradouro, que possibilitasse maior socialidade, de cidadãos com os nômades, era motivo de intervenção por parte dos agentes públicos, buscando restringir o contato e socialidade entre nômades e cidadãos, intimando os cidadãos a retornarem para casa, para o trabalho e para a família, para que esses não se tornassem também pessoas em situação de rua.

Quando a presença dos indesejáveis se tornou intensa nos espaços públicos houve esforços significativos para deslocá-los para instituições e locais sem contato direto com os cidadãos, esses esforços foram tanto de cidadãos quanto de agentes públicos. Dos cidadãos

com as cobranças aos gestores municipais, com as denúncias ao CREAS e com abaixo-assinados.

No que concerne aos agentes públicos os esforços resultaram na retomada das rondas, da criação da Casa de Passagem, da Atividade Delegada, além das já citadas internações em hospitais psiquiátricos e clínicas de recuperação e colocação temporária no Hotel Social.

As cobranças e as denúncias eram estratégias utilizadas para “forçar” a administração municipal e os agentes públicos a se deslocarem para os espaços públicos e construções abandonadas para “atender” os nômades urbanos, mas a estratégia mais contundente para forçar uma ação mais efetiva dos agentes públicos foi a confecção de abaixo assinados.

Os abaixo assinados foram motivados pela perturbação que os nômades causavam aos cidadãos e comerciantes da região das praças. Os abaixo assinados serviam também como denunciador da ineficácia da ação do município sobre os nômades. Assim, esses cidadãos cumpriam a função de fiscalizadores do modo de execução da política municipal.

Para que a ação municipal fosse resolutiva os cidadãos se reuniram com representantes municipais e do Estado, como Polícia Militar e Ministério Público, requerendo a aplicação da Lei da Vadiagem e a instituição de legislação para regular o uso dos espaços públicos. Assim, nota-se que a questão da mobilidade dos nômades não é restrita aos agentes públicos municipais. Ela se expande para outros agentes e para cidadãos preocupados com a presença e perturbação que os indesejáveis podem causar.

No que concerne à política municipal para os indesejáveis, duas estratégias se tornaram fundamentais, pois elas eram responsáveis pelas ações realizadas em espaço aberto e, através delas era possível realizar abordagens e saber quais eram do município: recolher os de fora e encaminhá-los para as cidades “de origem”; retirar das praças e acompanhar os que se recusavam a sair, além de garantir a segurança dos cidadãos nos espaços públicos. Essas duas estratégias foram a Atividade Delegada e as Rondas realizadas pelos agentes públicos do município.

As Rondas e a Atividade Delegada, apesar de serem realizadas por agentes diferentes e aparentemente terem propósitos diversos, na realidade possuíam caráter complementar, já que com a Atividade Delegada, realizada pela Polícia Militar, os espaços públicos teriam fiscalização diária para evitar furtos, roubos ou outros tipos de violências além de impedir que os indesejados permanecessem nesses espaços.

A ronda também tinha como objeto de ação os espaços públicos, mas atuando especificamente com os nômades que permaneciam nesses espaços. Porém, o alcance da Ronda era maior do que da Atividade Delegada, pois cobriam outros espaços públicos que a

Atividade não atuava, recolhendo os nômades para colocação no Hotel Social, na família, nas instituições disciplinares ou encaminhamento para a UAM para colocação em trânsito.

Assim, os indesejáveis eram constantemente acompanhados, monitorados, deslocados já que os locais em que “habitavam” e socializavam tornaram-se regulados, administrados para garantirem aos cidadãos o “livre trânsito” sem serem interpelados pelos indesejados.

Chama a atenção também os termos adotados pelos agentes públicos para denominar as ações realizadas tais como Ronda, Abordagem, Denúncia e Atividade Delegada que remetem a termos utilizados nas condutas adotadas pela polícia. Dessas, a única ação exclusiva da polícia era a Atividade Delegada, as demais eram realizadas também pelos agentes municipais.

O que é interessante pontuar é o caráter policialesco das condutas dos agentes, adotados em suas atuações, pois o primeiro passo para realizar o trabalho era o recebimento da **denúncia**, seguida da **abordagem** e acrescido das **Rondas** nos locais designados como mais críticos e de maior incidência de nômades. Nesse sentido, os agentes públicos atuam também em consonância com as práticas policiais atuais: ostensiva e repressiva.

Ao dizer que as ações dos agentes públicos possuíam inspiração nas condutas policiais não estamos assegurando que a atuação desses agentes era realizada mediante a utilização da força e de caráter violento, mas que o processo se assemelhava pelo fato das ações serem realizadas em locais específicos e de forma a não possibilitar alternativas aos indesejáveis. Nesse sentido, a atuação era para garantir a vontade estatal.

Há que se considerar também que os modos de vida dos indesejáveis produziam nos agentes públicos questionamentos quanto a sua resistência física devido à insistência em permanecerem nos espaços que possibilitavam maiores riscos e de adotarem hábitos que os tornavam vulneráveis.

Os agentes públicos se surpreendiam com a resistência física desses indesejáveis que não morriam, mesmo vivendo constantemente em risco e adotando hábitos que debilitavam sua saúde, mas, mesmo assim, com todas as adversidades, continuavam a viver.

Resistir e não morrer, mesmo sem aceitarem a política pública de sedentarização, era um duro golpe para os agentes públicos pois, dessa forma, seus esforços humanitários de garantir a vida dentro dos parâmetros da política pública sofreram uma grande fratura, já que havia a possibilidade de viver de outra forma sem morrer tão rapidamente.

Essa fratura só cessava quando havia a morte de algum indesejável e a conseqüente solicitação de cuidados de outros indesejáveis, pois essa solicitação era vista como possibilidade de atuação para o retorno aos modos de vida desejáveis pelos agentes públicos.

No entanto, quase que invariavelmente os indesejáveis abdicavam dos cuidados e retornavam à vida nômade. Assim restava aos agentes públicos gerir sua mobilidade.

Se os indesejáveis urbanos não morrem com facilidade e insistem em permanecer nos espaços públicos, por que eles ainda estão presentes na cidade e não são eliminados do meio cidadão? Nossa hipótese para tentar responder essa questão é a de que eles são úteis para a política pública.

Os indesejáveis são úteis às políticas públicas, pois sem eles, não haveria a construção de toda a parafernália estatal, da sociedade civil e religiosa, para atuar sobre eles; não haveria também tantas pessoas imbuídas em dispensar atenção, liberação de recursos cada vez maiores e aumento considerável do número de agentes recrutados para atendê-los.

Essa utilidade pode ser vista também no crescente arcabouço de documentos, instrumentos, instituições, estratégias e agentes para lidar com eles, todos orientados pelos princípios postulados nas garantias fundamentais e nos direitos humanos, que reorientou as ações governamentais, as políticas públicas e normas jurídicas.

Dessa forma, as práticas estatais já não podem mais ser orientadas para a expulsão desses indesejáveis, para negligenciar suas presenças ou para adotar ações beneméritas. Agora, o Estado deve se pautar pela garantia de direitos e pelo acesso e inclusão nos direitos fundamentais. Deve assumir papel ativo nesse processo, para garantir a todos, por meio de políticas públicas, condições de vida dignas. Para tanto, um ator se tornou fundamental que é o agente público, responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e fiscalização de tais políticas.

Mas não podemos esquecer que todas as políticas elegem seu público-alvo, tendo como objetivo primordial assegurar um modo de vida consagrado como digno, humano e saudável. Assim, a atuação delas é para colocá-los ou recolocá-los dentro desses parâmetros. Nesse sentido, assegurar a vida com “dignidade” torna-se uma das tarefas primordiais do Estado e dos agentes públicos.

Se garantir a vida torna-se objetivo estatal, já não faz sentido eliminar os indesejáveis, pois fere os princípios assegurados nos direitos humanos, seguidos pelas políticas públicas. Dessa maneira, é necessária outra forma de atuação e de atenção sobre esses indesejáveis. Esta nova forma de atuação e atenção é a gestão dessa massa de indesejáveis tanto dentro de uma política específica, quanto entre políticas principalmente com os conceitos de universalidade, intersetorialidade e rede.

A principal forma de gestão utilizada está voltada para as questões dromológicas dos indesejáveis, em que o objetivo é modular a velocidade e os fluxos produzidos por eles.

Assim, os agentes públicos buscam gerir os desejos, afetos, socialidades, consumo, trajetos, paradas, entre outras.

Dessa forma, os agentes públicos também buscavam gerir o modo e a frequência com que os indesejáveis poderiam vivenciar suas mobilidades, em quais circunstâncias poderiam se deslocar pelos espaços públicos, com quais cidadãos e de que maneira poderiam socializar, a quantidade de consumo de bebidas e outras drogas, etc.

Como exemplos dessa gestão podemos citar: o local de fixação de pessoas em situação de rua (mesmo que em uma residência); quais outras pessoas poderiam residir com as pessoas em situação de rua em processo de retorno à residência; qual local em que elas poderiam dormir, beber ou fumar; quais deveriam serem internados; quais deveriam serem “incluídos” em um emprego; quais seriam escolhidos para irem para a Casa de Passagem.

É interessante pontuar o esforço extremo da política municipal em instituir a Casa de Passagem, elegendo como local de instalação uma unidade pública fechada há alguns anos e localizada nas bordas da cidade, já que dessa forma poderiam “hospedar” os indesejáveis em um local fora da vista dos cidadãos.

Dessa maneira, podemos postular uma dupla estratégia de gestão da mobilidade dos nômades indesejáveis que tinham papéis complementares: confinar em instituições e eleger lugares dentro da urbe que os indesejáveis poderiam habitar.

Por um lado, confinar esses indesejáveis por determinado período, em espaços construídos nas bordas da cidade ou fora do perímetro urbano, como se pode verificar no processo de encaminhamento para a Casa de Passagem, as clínicas de reabilitação (nas bordas da cidade) ou para hospitais psiquiátricos (fora do perímetro urbano).

Mas o processo de gestão da mobilidade não se restringia à colocação nas bordas da cidade. Esse processo, o segundo, também ocorreu dentro dos espaços urbanos em que os lugares disponíveis aos indesejáveis eram aqueles de pouca ou nenhuma circulação de cidadãos como construções abandonadas, estação ferroviária ou bosques/brejos, nesses lugares não era a busca de sedentarização e de gestão da saúde, mas sim a restrição dos movimentos e do contato com os cidadãos.

É importante considerar que o processo de colocação ou de não retirada desses lugares era para aqueles indesejáveis que não aceitavam as ofertas dos agentes públicos, para aqueles que resistiam em ir para os espaços designados pela política municipal.

Assim, havia uma diferença na atuação para conseguir o mesmo fim: gerir a mobilidade dos indesejáveis e para os que aceitavam as ofertas a gestão era no sentido de modular a velocidade e restabelecer a níveis compatíveis com os processos de sedentarização,

mas para os que resistiam a gestão era no sentido de deslocá-los dos espaços de circulação de cidadãos deixando apenas alguns lugares específicos para habitar.

Nesse processo os espaços públicos sofreram mutações. Deixaram de ser de uso comum tornando objeto de vigilância e controle onde os indesejáveis eram os alvos preferenciais, seja por não utilizá-los como espaço de trânsito, seja pelo seu modo de utilização ou por exercer seus modos de vida, tidos como desviantes e perturbadores.

No que concerne ao exercício do modo de vida dos indesejáveis havia uma ação de deixá-los restritos aos espaços privados, pois sua expressão em público causava desconforto nos cidadãos que cobravam atitude dos agentes públicos para não serem afetados por esse modo de vida. Daí resulta a ação dos abaixo-assinados, da iluminação e embelezamento das praças, a restrição/negação ao acesso aos banheiros públicos, à socialização, entre outros.

As ações de gerir os espaços disponíveis e disponibilizados eram formas da cidade lidar com os indesejáveis, pois a presença destes nos lugares públicos tornou-se “uma afronta” à política municipal de higiene e desenvolvimento urbano. Assim, os nômades para participarem da vida cidadina, necessitavam estar limpos físicos, afetivos e psicologicamente e em consonância com a velocidade (im)posta.

A atuação dos agentes públicos está, também, marcada pelas ideias de que o mundo atual implementa a mobilidade, conforme postula Bauman (1999) e Augé (2012), no entanto, segundo os autores, o mundo atual a faculta aos ricos – com amplo acesso à mobilidade – e aos pobres são reservados guetos de confinamento ou mobilidade incessante e em condições extremamente precárias.

Bauman (1999) denomina a primeira forma de mobilidade – a destinada aos turistas – aquela desejada e incentivada com acesso e permanência amplo e irrestrito, enquanto a segunda forma de mobilidade – a destinada aos vagabundos – torna-se controlada, vigiada e, em muitas situações, interditas.

O acesso à mobilidade se dá desigualmente também nos espaços de trânsito, nos não-lugares (AUGÉ, 2012), em que para os primeiros é disponibilizado livre circulação por tais espaços e aos segundos o acesso só ocorre após provarem inocência, já que há um controle a *priori* ou a *posteriori* sobre esse acesso e, caso não se prove inocência esses espaços se tornam interditos.

Os espaços interditados para os indesejáveis são precipuamente os espaços cidadãos, com atenção especial para os locais de maiores fluxos de pessoas, áreas comerciais e residenciais de luxo, praças e viadutos por constrangerem os órgãos dos sentidos e também

por molestar os modos de vida dos cidadãos, principalmente no que diz respeito às abordagens praticadas pelos indesejáveis.

Dessa forma, a presença dos indesejáveis nos espaços públicos representa, para os agentes públicos e para os cidadãos, um obstáculo para o exercício de sua mobilidade, uma alteração, muitas vezes bruscas, no fluxo de suas velocidades, a possibilidade de corromper os modos sedentários e assépticos de vida, além do risco de outros cidadãos aderirem aos modos de vida dos indesejáveis. Por isso, administrar e gerir essa população torna-se premente.

Mas, não basta gerir a mobilidade dos indesejáveis dentro do espaço urbano, era necessário também, atuar sobre a mobilidade daqueles que tentavam entrar na urbe ou que passavam por ela. Para esses a ação era o deslocamento imediato e com mínimo contato com os agentes públicos. A esses indesejáveis eram disponibilizados apenas as bordas da cidade e os espaços de trânsito. Desse modo, não deixar entrar e permanecer na urbe era o objetivo da política municipal levada a cabo pelos agentes públicos.

3.4 A busca da sedentarização dos nômades urbanos

É imerso no tripé sedentarista família, trabalho e residência, referência para a construção e consolidação das políticas públicas, que os agentes públicos orientam sua atuação sobre as populações-alvo³⁷ dessas políticas e, dentre elas, os nômades urbanos, considerados em situação de vulnerabilidade, risco e com vínculos rompidos por não viverem ancorados nesse tripé.

A família, o trabalho e a residência (propriedade) tornaram-se referência e parâmetro para os modos de vida desde a consolidação dos Estados Modernos e avançando até os dias atuais, gerando políticas e ações para garantir aos indivíduos esses direitos fundamentais para a construção da cidadania e para o desenvolvimento da nação.

Podemos notar essa referência também nos termos utilizados nos textos e discursos governamentais que orientam as políticas, nos postulados científicos ou nas práticas cotidianas. Assim, é a partir do trabalho, da família e da propriedade que toda discussão e ação se pautam.

Observamos a centralidade desse tripé nos prefixos como *des*, *sem*, *in*, *sub*, etc., na utilização de termos como desempregado, subempregados, inimpregáveis e desfiliaados

³⁷ Neologismo para designar os públicos objetos de atenção e ação das políticas públicas brasileiras que atuam sobre determinados grupos populacionais específicos, sustentadas por um arcabouço de normas, processos, estratégias que elegem as pessoas, os comportamentos, as situações e os territórios em irão atuar.

(CASTEL, 2009); sem teto, sem terra, sublocado, desalojado, residência ou trabalho precário, sem família, família desestruturada entre outras.

Podemos reportar a termos que seguem essa linha como desalinhado, maltrapilhos, deslocados, desnutrido ou subnutrido, suburbano, periferia, vulneráveis, que são utilizados pelos agentes públicos ao remeter as populações-alvo das políticas públicas.

Assim, partimos sempre do parâmetro desse tripé como possibilitador de vida digna e encaramos toda falta como problemática e, por conseguinte, necessária inclusão ou restabelecimento do indivíduo dentro desses parâmetros. Não conseguimos, ainda, realizar análises que não estejam em questão um ou vários pressupostos desse tripé.

Realizar análises em que a família, o emprego, a propriedade, a falta ou a precariedade destes não estejam presentes parece ser um desafio de difícil superação, visto que buscamos invariavelmente enquadrar as postulações e explicações dentro de parâmetros que satisfaçam um desses critérios.

No caso dos nômades também são utilizados como parâmetros tais critérios, já que se postula que eles estão desfilados, em situação de vulnerabilidade, por não estarem em uma família, em um trabalho ou em uma residência ou estarem precariamente neles. Mas não se considera o fato da possibilidade desses referenciais utilizados não fazerem parte como eixos orientadores dos modos de vida dos nômades, onde trabalho, família e propriedade podem ser temas secundários para eles.

Os agentes públicos não estão imunes ao processo de se referenciar pelos parâmetros da família, do trabalho e da propriedade. Eles são, também, atravessados por essa tríade em suas ações com as populações “em situação de vulnerabilidade”, se engajando firmemente para romper com os fatores que contribuem para a entrada ou permanência dessas populações em “zonas” de vulnerabilidade.

Os agentes públicos buscam na gestão dos modos de vida da família uma potente estratégia para romper com esses fatores que possibilitam a entrada e permanência nas zonas de vulnerabilidade³⁸. Assim, fortalecer vínculos torna-se o mecanismo primordial para a garantia da redução da probabilidade da fratura da família e “perda” de um ou vários membros.

³⁸ Zona de vulnerabilidade é uma apropriação do termo utilizado por Castel (2009) e que nesse trabalho significa os espaços tanto físicos, afetivos e sociais que contribuem para entrada e permanência do indivíduo nos processos de desligamento das produções sociais, culturais, econômicas entre outras.

Mas, para fortalecer vínculos é necessário que essa família esteja alocada em alguma forma de residência, exceto aquelas propriedades “particulares³⁹”, pois dessa maneira, o convívio familiar está minimamente a salvo dos fatores de risco e vulnerabilidade.

Atrelado à residência, é necessário, também, a garantia de inserção em um trabalho como forma de acesso aos bens materiais necessários à manutenção das condições mínimas de vida e ganho de autonomia e dignidade de seus membros, além de ser um dos pilares para a manutenção dos vínculos familiares e sociais e, também, contribuir para o desenvolvimento do país.

Essa foi a tentativa permanente dos agentes públicos que atuavam com os nômades urbanos. Recolocá-los nas famílias, em alguma forma de trabalho, em alguma residência ou em algum local com características próximas a uma residência, mesmo que estes invariavelmente voltassem para as ruas depois de permanecerem por um tempo com a família, trabalhando ou numa residência.

Dizemos permanente, pelo fato das relocalizações serem tentadas toda vez que os nômades urbanos retornavam para as ruas. Assim, a ação era realizada de maneira intermitente fazendo com que o nômade transitasse entre a rua e espaços públicos e as instituições de sedentarização. O objetivo dos agentes públicos era, aparentemente, cessar essa intermitência e sedentarizar os nômades atendidos, garantindo também a saída destes dos espaços públicos.

Dessa maneira, a família, a residência e o trabalho cumpriam o papel precípua para o processo de retirada da rua e mudança dos modos de vida dos nômades. Essas duas instituições, para os agentes públicos, tinham a função de reduzir a velocidade dos fluxos e das trocas afetivas, modificar os trajetos e socialidades, reduzir ou cessar o consumo de bebida alcoólica, tidos como propiciadores e mantenedores das vidas nômades.

Mas para que os nômades retornassem para a família, para a residência ou para o trabalho era necessário passarem também por um processo de limpeza, tanto física quanto psíquica. Assim outras instituições eram necessárias nesse processo, pois elas cumpriam a função de interromper a vida “desregrada” e restabelecer a saúde. Dentre as instituições destacaremos o hotel social, as clínicas de recuperação, a casa de passagem ou os hospitais psiquiátricos.

Enquanto estavam nessas instituições o trabalho dos agentes públicos era de encontrar um emprego, uma residência para os nômades ou convencer a família a aceitá-lo novamente

³⁹ Referência aos prédios abandonados em que os “sem tetos” usam como moradia.

assim que deixassem essas instituições. Após a colocação ou recolocação na família, no trabalho ou na residência a ação modificava e entrava em cena o acompanhamento tanto do nômade quanto da família para garantir a permanência deste na vida sedentária.

Porém, mesmo com todo o esforço dos agentes públicos de manter os nômades na vida sedentária, ocorria frequentemente o retorno destes aos espaços públicos, a socialidade com outros nômades, o uso de bebidas alcóolicas, o “descuido” com a higiene e aparência física e o contato com os cidadãos.

Esse retorno causava incompreensão, indignação nos agentes, pois para eles, era inconcebível uma vida que não a vivida sob o auspício do sedentarismo assim como frustração e impotência por “fracassarem” na missão de sedentarizá-los ou por tornarem-se cuidadores de adultos descompromissados.

Tornar-se cuidador dos nômades era uma dura constatação dos cuidados dispensados pelos agentes públicos, que assim como um cuidador se torna responsável por alimentar, entreter, levar ao médico ou para passear assim como educá-los e repreender uma criança pelos maus comportamentos, os agentes públicos também realizavam as mesmas ações descritas acima, mas com a diferença que era com as pessoas em situação de rua atendidas.

Essa ação de pegar pela mão, dizer o que deve ou não fazer era a tônica para os agentes públicos na atuação com os nômades. Nesse sentido, as atitudes dos agentes se assemelhavam a de um adulto para com uma criança em que este sabe o que é “melhor” para ela e, a criança (nômade) deveria colocar-se em condição de subordinação perante o adulto (agente) que a direcionaria nas suas decisões.

Essa ação de adulto perante a criança pode ser vista em verbalizações como as seguintes: “*estamos virando babás deles (das pessoas em situação de rua)*”, “*dá vontade de bater nele*”; “*eu cheirei a boca dele para ver se ele tinha tomado mesmo (bebida alcoólica)*”; “*you disse que iria fazer (ameaça de punição) agora tem que cumprir*” “*olha que bonitinho que ele está*”.

Mas, paradoxalmente, mesmo atuando dessa maneira de adulto sobre criança e de saber o que é melhor para os nômades, os agentes públicos buscavam cumprir os dispostos na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004a) e na Política Nacional para a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2008a), principalmente no retorno à vida sedentária por meio da família, da residência e do trabalho.

Porém, é necessário ponderar, como já exposto nesse trabalho, que os agentes públicos não lançavam mão apenas dos instrumentais técnicos disponibilizados pela política pública de assistência social e de seus referenciais teóricos. Os agentes públicos também utilizavam

outros referenciais como os do senso comum, religiosos e humanitários para balizar suas ações: resolver o problema do município, de lidar com a presença dos nômades nos lugares públicos, realocando-os com maior velocidade possível. Assim, retardar o processo discutindo aspectos teóricos e técnicos era contraproducente.

Mas, é preciso reafirmar, a ação de retorno à vida sedentária era apenas para as pessoas em situação de rua pertencentes à urbe, mesmo que das formas já descritas. Para os trecheiros não pertenciam à urbe o processo era de deslocamento para as “cidades de origem” e colocação em trânsito. Dessa maneira, pode-se notar uma distinção na atenção aos nômades a serem ou não sedentarizados onde o critério de inclusão/exclusão tornava a cidade de “residência”, a distinção entre os nossos, os filhos da terra, e os dos outros, os estrangeiros. Para os da cidade todo esforço para “recuperá-los”, para os de fora todo esforço para expulsá-los, continuando a política de “cada um cuida de seus indesejáveis”.

Os trecheiros, como são “aves de passagem”, pertencem a todos e ao mesmo tempo a nenhum município. Por esse motivo torna-se necessário criar estratégias como as UAMs e as passagens compulsórias para a permanência destes em trânsito para que, dessa forma, não tornem um residente da cidade e criem raízes na urbe.

Assim, é tão importante articular dois serviços distintos, mas complementares, para atuar com os nômades onde um “cuida” dos pertencentes à urbe e o outro cuida dos que passam por ela para que não se torne mais um integrante da cidade e, portanto, destinatário da política de sedentarização. Dessa maneira, podemos estabelecer que a política pública de assistência social, mesmo buscando sedentarizar os nômades o faz apenas para aqueles que circulam dentro do perímetro urbanos e “possuem raízes” na cidade. Para os “desenraizados” resta o trânsito constante, política sustentada pelo suposto “retorno para a família de origem”, o qual deveria servir como mecanismo de sedentarização, mas que foi usado pelos municípios para legitimar suas práticas de deslocamento dos nômades indesejados.

Sabendo que há processos diferentes para atender os nômades conforme pertença ou não ao espaço citadino, os agentes públicos envidam esforços para conseguir lidar com a política municipal de retirar os nômades urbanos dos espaços públicos, mas sem, com isso, colocá-los em trânsito. Assim torna tão importante o tripé família, residência e trabalho para a consecução de seus objetivos.

O tripé família, residência e trabalho podem juntos contribuir para a retirada dos nômades dos espaços públicos já que essas três instâncias possibilitam o assentamento do sujeito tornando-o útil ao Estado, além de inseri-los dentro dos corredores de velocidade das políticas dromológicas. (VIRILIO, 1996).

A política municipal busca também, com forte impulso, gerir a velocidade e a mobilidade dos nômades utilizando o tripé família, residência e trabalho como estratégias de controle dos fluxos e trajetos para que, nessas instituições, não habitem os espaços públicos e não utilizem esses espaços como os cidadãos. Assim, o constante esforço em recolocar os nômades nas instituições sedentarizantes torna-se estratégia de fundamental importância para a política municipal de gestão da mobilidade, mas não se pode esquecer que o município utiliza de outras estratégias para essa gestão: deslocamentos dos nômades para instituições disciplinares por tempo determinado.

Diante disso, podemos compreender a busca incessante dos agentes públicos em colocar ou recolocar os nômades urbanos, principalmente no trabalho e na família, mesmo que estes reiteradamente não permaneçam nessas instituições. Dessa maneira contribuem restringindo e controlando a mobilidade dos nômades para o livre deslocar dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Já que é sobre mobilidade, velocidade e de sua gestão que o trabalho se configura nesse momento optamos por considerações transitórias em detrimento de considerações finais, visto que os deslocamentos das análises durante a pesquisa foi o que levou a essa provisoriedade das considerações.

No início, o interesse era analisar os modos de atuação dos agentes públicos sobre os trecheiros, buscando entender o processo de indesejabilidade que esses nômades produziam nos agentes que justificavam práticas de distanciamento físico, de retorno aos modos higiênicos e sedentários estabelecidos ou de vinculação às políticas estatais.

No decorrer da pesquisa inserimos a atuação dos agentes públicos sobre as pessoas em situação de rua, pois essa foi uma possibilidade ímpar de análise que o município disponibilizou: poder analisar o modo de atuação no mesmo município a duas populações que têm a mobilidade como modo de vida.

Mesmo inserindo as pessoas em situação de rua, nosso propósito ainda consistia em analisar os processos de indesejabilidade produzidos pelos nômades, com a orientação inicial de que os agentes públicos atuavam no sentido de garantir as práticas de sedentarização e de estratégias para gerir os modos de vida desses nômades, sob a égide da garantia de direitos como saúde, alimentação, habitação, trabalho, etc.

No entanto, com o decorrer da pesquisa, das análises e discussões, houve um giro no entendimento do processo de atuação dos agentes públicos sobre os trecheiros e pessoas em situação de rua no município, pois já não tratava apenas de buscar sedentarizá-los e garantir uma vida saudável e acesso a direitos, mas sim, atuar sobre suas mobilidades, pois dessa forma, lidavam tanto com o processo de indesejabilidade quanto da gestão dos espaços e lugares disponíveis na urbe.

Dessa forma, os textos produzidos serviram de eixos orientadores, mais do que uma fundamentação teórica sobre postulados de autores que abordam as temáticas constantes nos textos, para contextualizar e discutir os modos de atuação dos agentes públicos sobre os nômades, culminando na questão da gestão da mobilidade destes pelos agentes públicos e cidadãos.

Para tanto, abordamos as temáticas que atravessaram essa problemática como: cidade, o social, políticas públicas, em especial a de assistência social, família, trabalho, residência,

mobilidade, agentes públicos, indesejabilidade, entre outros, como eixos orientadores na produção da atuação estatal e cidadina sobre as pessoas em situação de rua e trecheiros.

Com a abordagem dessas temáticas foi possível traçar algumas linhas para analisar e discutir o emaranhado de pontos que perpassam a atuação dos agentes públicos, principalmente sobre um público que se desconectou dos processos sedentarizantes que, constitui os modos de produção de práticas, ações, políticas e sentidos no ocidente, sob os quais os Estados, seus agentes bem como os cidadãos/citadinos se orientam quando da formulação, planejamento e execução das políticas públicas e práticas institucionais.

Nessas linhas, de considerações provisórias é que chegamos à questão da gestão da velocidade e mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros considerando como ponto de partida a relação fundamental entre a constituição das cidades modernas e a ascensão do nomadismo, da vagabundagem, da pobreza e da família como questão social.

No tocante às transformações das cidades, optamos por analisar as ocorridas a partir do Renascimento por ser na transição da cidade pré-moderna para a moderna que ocorreu a preocupação estatal com as demandas sociais e também preocupação com os modos de vida dos cidadãos, havendo uma relação intrínseca entre construção e reconstrução das cidades e o corpo (SENNET, 2001). Assim, as cidades deveriam ser saudáveis para ter cidadãos também saudáveis.

Porém, além de ser saudável, buscava-se o embelezamento da cidade. Para tanto, era necessário impedir as revoltas e gerir a massa de indesejáveis, espacializando os lugares de cada grupo populacional (BENJAMIN, 2006), além de abrir caminho para a cidade seguir rumo ao desenvolvimento e ao progresso (BERMAN, 2007) e para conseguir tal intento fazia necessário atuar sobre o Social. (CASTEL, 2009; DELEUZE, 2001; DONZELOT, 2001).

O Social, esse híbrido entre Estado, instituições, normas e saberes (DELEUZE, 2001) dedicados a manter a coesão estatal e reduzir as fraturas provocadas na ordem social, principalmente pelos miseráveis, vagabundos, agitadores, prostitutas, libertinos, desempregados e inimpregáveis (CASTEL, 2009), pelos membros perturbadores da coesão familiar que produzia, para o Estado, corpos inúteis e inutilizáveis. (DONZELOT, 2001).

Essas temáticas faziam e fazem parte da questão social que, segundo Castel (2009) teve na figura do vagabundo no início da modernidade até a consolidação dos estados nacionais, seu ponto nevrálgico e que na contemporaneidade os desempregados e inimpregáveis assumiram esse papel.

Outra figura primordial da questão social é a família e seus modos de vida, por isso, objeto de ações e intervenções estatais e de agentes sociais – a polícia das famílias

(DONZELOT, 2001), de produção de saberes e normas com o fito de manter a coesão familiar, instituir conceitos de família, formas de relacionamentos e saúde dos membros, pois a família é o reflexo do Estado. (COSTA, 2004).

Dessa forma, a questão social busca na família a fonte principal de atuação, não a família em si, mas o que ela pode produzir, o objeto da questão social se torna então os comportamentos de seus membros, na conjugalidade, com vistas a tornar seus membros forças úteis de trabalho, não se tornando forças inutilizáveis para os modos capitalistas de produção. (DONZELOT, 2001).

Assim, agir sobre a família, sobre a vagabundagem, sobre os desempregados e inimpregáveis, enfim todos os fatores que possam produzir insegurança tanto civil quanto social (CASTEL, 2005), é um dos maiores chamarizes estatais. Assim sendo, a construção de políticas públicas contribui sobremaneira para a gestão desses fatores de risco. (CASTEL, 1987; 2005).

Dessas políticas, tem destaque especial a política de assistência social – que possui o social como orientador – posta como a responsável direta para atuar sobre essas fraturas no Social, elegendo a família como a instituição primeira para garantir a coesão social. Para tanto, hoje, a estratégia é atuar sobre os vínculos familiares fortalecendo-os e não mais sobre as configurações familiares.

Atuar sobre os vínculos familiares e sociais para reduzir as situações de vulnerabilidade e risco, tanto pessoal quanto social, é objeto de atenção da política pública de Assistência Social (BRASIL, 2004a) que busca na territorialização o lócus de atuação estatal sustentados pelo acompanhamento, monitoramento e vigilância social para garantir as proteções sociais constantes na política.

A proteção social visa fortalecer os vínculos ou reconstruir os vínculos rompidos, como no caso das pessoas em situação de rua e trecheiros. É interessante perceber que essa população está inserida dentro das normativas estatais como em situação de vulnerabilidade e risco, com vínculos rompidos por estarem distantes da família, principalmente decorrentes de conflitos com algum ou vários membros que fazem parte da configuração familiar.

Estão ainda em risco e vulnerabilidade por não terem vínculos empregatícios, sobrevivendo de bicos ou achaques, não possuem um endereço para serem encontrados ou por fazerem uso de bebidas alcoólicas ou outras drogas, todos fatores considerados pela política pública de assistência social (BRASIL, 2004a, 2009c) como potencializadores de rompimento do sagrado vínculo.

Dado que a questão social demandada pela assistência social é calcada na vulnerabilidade e risco, a família será modulada para reduzir ao máximo tais riscos de desagregação por meio de fortalecimento dos vínculos, ganho de autonomia para superar a vulnerabilidade.

Para superar as situações de vulnerabilidade é preciso também agir em duas outras frentes que, juntamente com a família, contemplam o tripé sedentarista que são o trabalho (renda) e a propriedade (residência). Dessa forma, o Estado busca mecanismos para a inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco nas residências e no trabalho ou, caso não consiga, acesso aos benefícios estatais, nesse incluso os nômades urbanos.

Dessa forma, toda a política pública estatal está orientada e fundamentada sobre os parâmetros sedentaristas e a atuação dos agentes públicos é invariavelmente para recolocar aqueles que não estão dentro desses parâmetros, mas como os nômades não vivem sob a égide do sedentarismo preferindo o trânsito à permanência, essa atuação não cumpre sua função precípua: sedentarizar.

Sedentarizar é um processo orientado para manter o indivíduo, mesmo se deslocando, referenciado e vinculado à família, a um endereço e um emprego com acesso e consumo dos bens de serviços produzidos pelos modos capitalistas de produção. Para tanto, torna-se fundamental assegurar a defesa dos direitos fundamentais, como norteadora dos processos de sedentarização para contribuir com o desenvolvimento da nação.

No entanto, mesmo com todos os esforços para sedentarizar os que não participam do desenvolvimento da nação, ocorrem desvios, resistências dessas populações alvo que podem produzir fratura no processo de sedentarizar e dificultar ou inviabilizar a consecução desses esforços. Diante da “impossibilidade” de sedentarizar abre-se uma nova perspectiva que é gerir essas populações.

Assim, podemos compreender os esforços do Estado em construir políticas sociais para lidar com essas populações, conforme as proposições dos direitos e garantias fundamentais: de garantir a vida e a dignidade do cidadão, pois o êxito das políticas eleva o Estado a patamares maiores de desenvolvimento e respeito aos direitos humanos. Por esse motivo, torna-se importante sedentarizar ou gerir as populações desviantes.

Gerir as populações em seus trajetos e modos de vida é um dos fundamentos do Estado, como se pode observar nas políticas públicas atuais com os conceitos que norteiam a atenção dispensada por essas políticas, que remetem a atuação dentro de espaços específicos e criando corredores por onde as populações-alvo devem se deslocar. Dentre esses conceitos

podemos pontuar a descentralização, a territorialização, a rede, a universalização, acompanhamento, referenciamento, vigilância, monitoramento, etc.

Mas esses conceitos não ganhariam tanto destaque sem a entrada em cena de um ator fundamental para concretização dos postulados pelas políticas públicas – este ator é o agente público. Mesmo tendo papel primordial o agente público ainda é relegado a um segundo plano no estudo tanto das políticas quanto das populações atendidas.

Outro ponto a se considerar é o aumento sistemático de instrumentais e normas de atuação e conduta, produzidas pelo Estado, a que esses agentes se reportam ou estão submetidos na sua atuação. Como ilustração, destacamos a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004a), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c), Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2011c) e Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua. (BRASIL, 2008a).

Mas a questão fundamental para considerar os agentes públicos como objeto de estudo se dá, conforme Justen Filho (2010), por estes atuarem como órgão estatal, produzindo ou manifestando a vontade do Estado. Dessa maneira sua atuação sobre as populações-alvo traz em seu bojo a vontade estatal.

Podemos perceber a importância do agente público na atuação estatal pelo salto significativo no número de agentes, de unidades e serviços para atender às populações-alvo e, também, no crescente número de políticas implantadas e implementadas pelo Estado com a finalidade de gerir a massa de pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco provocado pelas fraturas no Social.

Nesse ponto, podemos tecer algumas considerações a respeito da atuação dos agentes públicos sobre as pessoas em situação de rua. De saída constatamos que eles utilizam na atenção dispensada a esse público ferramentas, técnicas, saberes, produzidos pelo que Foucault (2009) denominou de Sociedade Disciplinar; Deleuze (2005) postulou como Sociedade de Controle; Augé (2012) descreveu como não-lugares e Virilio (1996) considerou como Dromopolítica.

Dessa forma, os agentes públicos não elegem um desses postulados acima como o modo único de atuação, mas sim, utilizam-se de todos sem cerimônia, ora adotando um como preferencial ora adotando outro ou, conjugando-os, utilizando dois ou mais ao mesmo tempo, acrescido de práticas e saberes da experiência empírica.

Porém, é necessária uma ponderação. A atuação dos agentes públicos em consonância com esses postulados, não ocorre eminentemente de maneira sistemática, teórica e reflexiva, mas sim, por meio de entrelaçamento de vários postulados científicos, empíricos, de senso

comum, religiosos, estatais, e também, dos atravessamentos afetivos decorrentes da interação com os nômades.

O objetivo dos agentes públicos está mais para cumprir os ditames consignados pela política municipal, que se orienta nas políticas públicas, mas não necessariamente segue seus princípios, diretrizes e objetivos ou, melhor dizendo, adota e ressignifica as proposições das políticas públicas para sustentar sua atuação e cumprir com o imperativo municipal, ou seja, resolver o problema dos nômades na cidade.

Para resolver o problema e lidar com a massa de nômades urbanos os agentes públicos recorrem às instituições disciplinares (FOUCAULT, 2009) para tentar disciplinar os corpos, sedentarizar e torná-los produtivos. As instituições mais buscadas eram a família, o trabalho, hospitais psiquiátricos e clínicas de recuperação que tinham como função restabelecer a saúde e confiná-los por determinado período.

Porém, os nômades não ficavam confinados nas instituições disciplinares definitivamente. Eles saíam ou abandonavam essas instituições e retornavam para os espaços públicos, nesse momento, os agentes atuavam nos espaços abertos (DELEUZE, 2005) monitorando e acompanhado os nômades para, em seguida, tentar recolocá-los em instituições ou fazendo-os utilizarem os não-lugares.

Fazer os nômades utilizar os não-lugares – aqueles não identitários (AUGÉ, 2012), era uma estratégia para tentar forçar o retorno à vida sedentária. Assim, os agentes disponibilizavam apenas a provisoriamente do acesso e permanência nos lugares, como inserção temporária no hotel social, paragem nas praças e rodoviária, como forma de evitar a socialidade ou colocação em ônibus rodoviário.

Além de disponibilizar os não-lugares, os agentes públicos buscavam criar corredores de trânsito pelos quais os nômades deveriam percorrer, da praça para o hotel social, do hotel social para o CREAS, do CREAS para o emprego ou para a família, ou retorno à praça para, em seguida, colocação em instituição psiquiátrica e assim sucessivamente. Dessa forma, os agentes públicos buscavam modular e controlar a velocidade e fluxos dos nômades, seguindo os passos da dromopolítica. (VIRILIO, 1996).

Nessa senda, notamos que todas as estratégias utilizadas pelos agentes públicos e a política municipal estavam voltadas para gerir os modos de vida e os trajetos dos nômades, não só garantir a vida e retorná-los aos processos de sedentarização, mas também, e principalmente, para atuar sobre suas mobilidades e assim regular os espaços disponíveis dentro do espaço urbano, que em tese não poderiam ser o mesmo de uso dos cidadãos ou, em caso especial, em momentos que não havia a presença de cidadãos nos espaços.

Agir sobre a mobilidade dos nômades deslocando-os constantemente, internando ou regulando o acesso e permanência para garantir a política municipal de mobilidade dos cidadãos sobre esses espaços foi uma importante constatação que a pesquisa possibilitou, visto que todos os esforços dos agentes públicos direcionaram para gerir essa mobilidade, mesmo sob a roupagem do acesso e garantia de direitos.

Gerir a mobilidade conforme o público atendido também foi outra constatação importante, direcionando esforços diferenciados para as pessoas em situação de rua e para os trecheiros. Para os primeiros – da cidade – buscar a todo custo sedentarizar, em caso de não conseguir afastar da presença dos cidadãos. Para os segundos – os de fora – colocação em trânsito imediato como forma de restringir a entrada na urbe.

Ao colocar em trânsito os agentes públicos não buscavam sedentarizar os trecheiros como fazia com as pessoas em situação de rua do município, fato novo na pesquisa, pois o objetivo da política pública é sedentarizar o sujeito, mas paradoxalmente atuam de modo totalmente diverso acelerando seu nomadismo ao deslocá-los incessantemente.

Colocar em trânsito em detrimento de sedentarizar é uma prática já presente em várias cidades brasileiras que criaram entre elas corredores de trânsito por onde os trecheiros percorrem esses trajetos periodicamente, num incessante ir e vir, mas sem a terceira parte desse tripé que é permanecer.

Permanecer é indesejado, pois aumenta o número de nômades a sedentarizar. Nesse processo as UAMs têm papel fundamental para gerir os “não sedentarizáveis”, já que os procedimentos adotados não levam em consideração o retorno para a família e, sim apenas o destino solicitado pelo trecheiro ou o destino disponível no momento do atendimento. Nesse ponto, chegamos a uma questão insólita: os agentes públicos não cumprem os ideários estatais?

À primeira vista poderíamos ser levados a acreditar que os agentes públicos realmente deixaram de cumprir os ideários estipulados nas políticas públicas ao deixarem de buscar sedentarizar uma população-alvo. Com um olhar mais atento podemos perceber que eles cumprem os dispostos da política estatal que postula o retorno para a família de origem para as pessoas sem vínculos com a cidade, no entanto, realizam esse retorno segmentadamente, encaminhando para a próxima cidade até a “chegada” à cidade de origem.

Outro ponto que corrobora com essa questão são os princípios, diretrizes e objetivos estipulados pelas políticas, principalmente no que tange à descentralização político-administrativa, a territorialização e a gestão municipal que gerou o que podemos denominar

de *municipialismo*⁴⁰ das ações. Assim o município se responsabiliza apenas por seus “cidadãos”, por aqueles que **pertencem** ao município.

Como o trecheiro não pertence a nenhum município, pois “abandonou” o seu para viver no trecho acabou sendo elevado ao status do que denominaremos de sem-lugar⁴¹, pois estão suspensos de toda vinculação a algum ponto fixo, vagando de cidade em cidade sem receber outra atenção além daquela de continuidade de seu deslocamento.

Mas as pessoas em situação de rua não estão imunes a esse processo, mesmo estando restrito ao espaço citadino. A diferença é que os trecheiros vagam de cidade em cidade e as pessoas em situação de rua vagam de instituição em instituição e de um espaço citadino a outro sem outra possibilidade de paragem além da sedentarizante, já que não sedentarizar é estar fadado a se tornar um sem-lugar.

Encontrar um lugar para parar ou permanecer, mesmo que provisoriamente, como indaga um nômade urbano, tornou-se a questão fundamental para pessoas em situação de rua e trecheiros e, porque não dizer, para todos, frente à política de gestão da velocidade e mobilidade implementada nos últimos anos. Dessa forma, trata-se de encontrar alternativas para se vivenciar a velocidade e mobilidade sem ser forçado a vagar indefinidamente, eis ao que estamos convidados nesse momento.

⁴⁰ Neologismo criado para designar o processo de trabalho perpetrado pelos municípios de atender apenas as demandas locais desconsiderando as peculiaridades dos fluxos de pessoas, considerando o nascimento e fixação do sujeito no município como assegurador de políticas públicas. Essa questão se torna mais visível quando se trata do nomadismo e da errância.

⁴¹ Neologismo criado para designar o processo de deslocamento constante e ininterrupto de pessoas em situação de rua e trecheiros, gerando assim, uma dificuldade extrema desses terem acesso ou conseguirem um lugar para habitar dentro da cidade, mesmo que temporariamente, vagando entre os espaços citadinos sem poderem se vincular a um determinado território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. A questão social. In: ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. p. 92-157.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- ALBUQUERQUE, Cintia Maria da Cunha. **Loucos nas ruas**: um estudo sobre o atendimento à população de rua adulta em sofrimento psíquico na cidade do Recife. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- BOUMARD, Patrick. O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. **Psi. Revista de Psicologia Social e Institucional da UEL**, Londrina, v. 1, n. 2, nov. 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012a.
- _____. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica, 2012b.
- _____. **Plano operativo para implementação de ações em saúde da população em situação de rua 2012-2015**. Brasília, DF: Ministério da Saúde Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2012c.
- _____. **Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012**. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012d.
- _____. **Portaria nº 123, de 25 de janeiro de 2012**. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipe de Consultório na Rua (eCR) por Município. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012e.
- _____. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para população de Rua – Centro Pop. SUAS e a População de Rua Vol. 3. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011a.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social/CRAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2011b.

_____. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, 2011c.

_____. **Resolução nº 16 de 05 de maio de 2010**. Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. Ministério do Desenvolvimento Social, Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2010.

_____. **LOAS anotada**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a.

_____. **Orientações técnicas**: Centro de referência Especializado de Assistência Social/CREAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Brasília, 2009b.

_____. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009c.

_____. **Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SEDH/PR 2009d.

_____. **Portaria nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009**. Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009e.

_____. **Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua**. Brasília, junho de 2008a.

_____. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2008b.

_____. **Política Nacional de Atenção Básica**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007a.

_____. **Projeto de Lei**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2007b.

_____. **Coletânea de Normas para o Controle Social do Sistema Único de Saúde**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, DF: Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Imprensa Oficial, 2006a.

_____. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006b.

_____. **Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004a.

_____. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004b.

_____. **Lei 10.257, de 10 julho de 2001**. Estatuto da Cidade e legislação Correlata. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004c.

_____. **Lei 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. : Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2001.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/1998**. Brasília, DF: Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

_____. **Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992**. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1992.

_____. **Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941**. Lei de contravenções penais. : Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1941.

BUARQUE, Chico. Vai trabalhar Vagabundo. In. **Caros Amigos**. São Paulo/Rio de Janeiro Universal, 1976.

CANTELMO, Fernando; JUSTO, José Sterza. Os Andarilhos da (e na) Modernidade. **Revista da A P G, PUC**, São Paulo, v. 4, p. 165-188, 1996.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **As metamorfoses da questão social**: a crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes do fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CISNE, Mirla. A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. In: II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...**São Luiz, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2004.

COSTA, Pedro Cardoso da. Internação compulsória de moradores de rua. **Jornal de Assis**, Assis, ano XIII, Ed. 3037 de 11 de junho de 2013.

COSTA, Rogério. Sociedade de controle. In: CRUZ, Jorge. (Org.). **Gilles Deleuze: sentidos e expressões**. Rio de Janeiro, RJ: Editora ciência moderna, 2006, p. 31-46.

DAMÁSIO, Elizabete Baptista. **Assistência social – avanços e retrocessos: reflexões sobre os limites da Política Nacional de Assistência Social no enfrentamento da Questão Social no Brasil**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DELEUZE, Gilles. A ascensão do social. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. São Paulo, SP: Graal, 2001.

_____. Post-Scriptum sobre a sociedade de controle. In: _____. **Conversações: 1972-1990**. São Paulo, SP: Editora 34, 2008.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

DINIZ, Maria Helena. Agente público. In: _____. **Dicionário Jurídico de A-C**. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. p.158.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. São Paulo, SP: Graal, 2001.

FERREIRA, Jorge. Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. **Trabajo Social Global**, v. 2, nº 3, p. 63-77, jun., 2011.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2003.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GHON, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais**: a constituição da cidadania dos brasileiros. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.

GONTIJO, Cyntia Rúbia Braga. Agente. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena, MG: EdUEMG, 2012. p. 21.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

JUSTO, José Sterza. **Vidas errantes**: políticas de mobilidade e experiências de espaço-tempo. Londrina, PR: Eduel, 2012.

_____. **Andarilhos e trecheiros**: errância e nomadismo na contemporaneidade. Maringá, PR: EDUEM, 2011.

_____. Direito à errância. In: III ENCONTRO DE DIREITOS HUMANOS DA UNESP. **Anais...** Assis: Unesp, 2009, p. 1-9.

_____. Errância e Errantes: estudo sobre andarilhos de estrada. In: JUSTO, José Sterza; SAGAWA, Roberto Yutaka. (Org.). **Rumos do saber psicológico**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 125-139.

_____. Saúde Mental em Trânsito: Loucura e a Condição de Itinerância na Sociedade Contemporânea. In: BOARINI, Maria Lúcia. (Org.). **Desafios na atenção à saúde mental**. Maringá, PR: Eduem, 2000. V. 1. p. 9-29.

_____. Dromopolítica contemporânea: o caso dos andarilhos. In: FRANÇA, S. (Org.). **Estratégias de controle social**: errância, criminalização e gestão de risco. São Paulo, SP: Arte & Ciência, 2004. p. 101-124.

JUSTO, José Sterza; NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. Road wanderers in Brazil: A study on modern psychosocial human mobility. **International Journal of Sociology and Anthropology**, v. 4, p. 165-171, 2012.

_____. Errância e Delírios em Andarilhos de Estrada. **Psicologia. Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n.18, p. 177-187, 2005.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.) **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo, SP: Cortez; Brasília, UNICEF, 2005. p. 09-10.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992.

_____. **Por amor às cidades**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Situação de Rua e Modernidade**: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago., 2004.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Tendências teóricas, epistemológicas e metodológicas para a formação profissional do Assistente Social no Brasil, 2004, p. 117-132. In: 18º SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL. LA CUESTIÓN SOCIAL Y LA FORMACIÓN PROFESIONAL EM TRABAJO SOCIAL EM EL CONTEXTO DE LAS NUEVAS RELACIONES DE PODER Y LA DIVERSIDAD LATINOAMERICANA. **Anais...**San Jose/Costa Rica, jul. 2004.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. **Errância e nomadismo**: um estudo sobre a percepção de dirigentes e profissionais de instituições assistenciais em relação a andarilhos de estrada. 2012. 197f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

_____. **Errâncias e errantes**: um estudo sobre mobilidade do sujeito e o uso de bebidas alcoólicas na contemporaneidade. 2004. 144f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do; JUSTO, José Sterza; FRANÇA, Sônia Aparecida Moreira. Errância e normalização social: um estudo sobre andarilhos de estrada. **Psicologia em Estudo**, v. 14, p. 641-648, 2009.

PELBART, Piter Pal. Poder sobre a vida, potência da vida. Rio de Janeiro: **Lugar Comum**, n. 17, p. 33-43, set. 2001 a abr., 2002.

PERES, Rodrigo Sanches; JUSTO, José Sterza. Contribuições das técnicas projetivas gráficas para a compreensão da personalidade de andarilhos de estrada. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n.2, p. 305-312, 2005.

QUITES, Henrique Lima. Servidor público. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena, MG: EdUEMG, 2012. p. 430-432.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo, SP: Hucitec, 2005.

SATO, Leni; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v.12, n.2, p. 29-47, 2001.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

SIMMEL, George. Metrópole e vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço social**: resistência e emancipação? 2010. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2002.

VIÉGAS, Lygia de Souza. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em Psicologia e Educação. **Diálogos possíveis (FSBA)**, V.1, p.101-123, jan./ jun., 2007.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1996.